

CLÁUDIA APARECIDA ROMEIRO D'ÁVILA

**DENTRO DA ROÇA E PERTO DOS VIZINHOS:
MORADIAS NO ASSENTAMENTO VEREDA I**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2004

CLÁUDIA APARECIDA ROMEIRO D'ÁVILA

**DENTRO DA ROÇA E PERTO DOS VIZINHOS:
MORADIAS NO ASSENTAMENTO VEREDA I**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de "Magister Scientiae".

APROVADA: 30 de julho de 2004.

France Maria Gontijo Coelho

Neide Maria de Almeida Pinto

Maria Izabel Vieira Botelho
(Conselheira)

Pedro de Novais Lima Júnior
(Conselheiro)

José Roberto Pereira
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Finalizar um trabalho é olhar para trás e rever os diferentes momentos do caminho percorrido. Momentos muitas vezes marcados pela solidão, pela insegurança, pelas incertezas, intercalados por momentos de descoberta, de esperança e de expectativa. Se este é um trabalho do qual a autora assume as falhas, sua concretização e seus acertos devem-se à contribuição de muitos. Assim, gostaria de agradecer, especialmente:

Às famílias do Assentamento Vereda I, que, mais uma vez, ao longo de vários anos, com generosidade me abriram suas portas e me permitiram partilhar de seu cotidiano e conhecer suas histórias de vida. A Sra. Maria Liduína de Paiva e Sr. José Medeiros (Zezinho), não somente pela hospedagem no assentamento, mas pelos esclarecimentos e ensinamentos que se configuravam a cada conversa, em que não se via o tempo passar.

À minha família, especialmente minha mãe, Rosa Romeiro d'Ávila, que sempre me apoiou e incentivou.

Aos professores José Roberto Pereira, Maria Izabel Vieira Botelho e Pedro de Novais Lima Júnior, pela orientação, pelos comentários críticos e pelas sugestões.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Cláudia Medeiros Suassuna, Flávio Marques Castanho Barrero, Lidiany Silva Barbosa, Edney Neto Chagas e Ailton Dias dos Santos, pela parceria intelectual e cumplicidade afetiva.

A Roberta Vieira Raggi, Leandro de Aguiar e Souza e Helder Ribeiro Freitas, amigos que, dentro de suas respectivas áreas de conhecimento, contribuíram com sugestões e críticas enriquecedoras em várias fases deste trabalho.

Aos amigos Cloviomar Cararine Pereira e Daniel Ferreira da Silva, agradecimentos especiais pela atenção dispensada todas as vezes em que os procurei, demonstrando que a pesquisa constitui também uma rede de solidariedade.

Ao Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária (GT-RA), da Universidade de Brasília (UnB), especialmente à sua coordenadora, Mônica Castagna Molina, por propiciar condições financeiras para que o presente trabalho se tornasse possível.

Aos profissionais e funcionários da Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno (SR-28) e Minas Gerais (SR-06), especialmente Carmen Bispo da Cunha, José Ribeiro de Andrade e Rogério Carvalho de Castro, pelas informações, pela competência e pela simpatia com que sempre me receberam.

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural (DER), Terezinha de Castro Fontes, Luíza da Fonseca e Silva Bernardes, Maria do Carmo Pereira Souza, Rosângela Cruz Belcavelo, Maria D'Aparecida Fernandes de Araújo, Maria das Graças Lourenço Soares de Freitas, José Antônio de Souza Pimentel e Expedito dos Reis Campos, sempre dispostos a colaborar.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo suporte institucional que viabilizou a realização deste trabalho.

ÍNDICE

Página

LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE MAPAS	vii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE SIGLAS.....	x
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiv
INTRODUÇÃO	2
METODOLOGIA.....	7
I. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO.....	15
1.1. Entorno do Distrito Federal.....	16
1.2. O Município de Padre Bernardo	23
1.3. O Assentamento Vereda I	26

II. A MORADIA NA HISTÓRIA.....	31
2.1. Primeiras Construções	32
2.2. Moradia: cultura e identidade	38
2.3. Relações de Sociabilidade	44
III. TERRA ALHEIA, MORADIA TEMPORÁRIA.....	48
3.1. “Morador de Condição”	49
IV. ASSENTAMENTOS RURAIS: O PROBLEMA DA MORADIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA	55
4.1. Reforma Agrária, Assentamentos Rurais e Moradias.....	56
V. O ESPAÇO CONSTRUÍDO NO ASSENTAMENTO VEREDA I	67
5.1. Ocupação da Fazenda Serra Feia: dos acampamentos ao assentamento	68
5.2. O Processo de Construção das Moradias	80
5.3. Os Significados da Moradia.....	85
5.3.1. A <i>chácara</i> : lugar da família.....	86
5.3.2. Cantos e Recantos: a sociabilidade a partir da moradia	91
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXO	108
Anexo I: Tabela 1A. Famílias que participaram da pesquisa	109
Anexo II: Roteiro de Entrevistas - Assentamento Vereda I - Padre Bernardo (GO).....	109
Anexo III: Projeto Residencial - Implantação em Projetos de Assentamento - INCRA	113
Anexo VI: Projeto Residencial - Implantação em Projetos de Assentamento - INCRA	114

LISTA DE TABELAS

	Página
1. POPULAÇÃO REFERENTE A 1996 E TAXAS DE CRESCIMENTO REFERENTES A 1991/96, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS	21
2. DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DE PADRE BERNARDO	25
3. ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO	25
4. ASSENTAMENTOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO.....	26
5. DIFERENÇAS ENTRE MORADOR TRANSITÓRIO E PERMANENTE	51
6. ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, 2003.....	59
7. TIPOS DE MORADIAS, POR REGIÃO	65
8. RESULTADO DA ANÁLISE DOS DESEMHOS REFERENTES ÀS MORADIAS	78

LISTA DE MAPAS

	Página
1. REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL	20
2. REGIÃO DE LUZIÂNIA, EM DESTAQUE PADRE BERNARDO.....	24
3. MAPA DO ASSENTAMENTO VEREDA I.	29
4. ACAMPAMENTOS NO ENTORNO DA FAZENDA SERRA FEIA.....	70
5. OCUPAÇÃO DA FAZENDA SERRA FEIA	71
6. PARCELAMENTO DA ÁREA DA FAZENDA SERRA FEIA - MEDIÇÃO NA CORDA.....	72
7. PARCELAMENTO DEFINITIVO DO ASSENTAMENTO VEREDA I	76

LISTA DE FIGURAS

	Página
1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO. ENTORNO DE BRASÍLIA, MICRORREGIÃO 12 DO ESTADO DE GOIÁS, MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO.....	10
2. MORADIAS NO ASSENTAMENTO VEREDA I	277
3. ACAMPAMENTO DO POVO MORÉ, BOLÍVIA.	331
4. CABANA DE NEVE EM INUIT.....	34
5. MORADIA DOS UAUPÉS.....	35
6. TENDA PORTÁTIL.....	35
7. CONSTRUÇÕES CIRCULARES, ATUALMENTE USADAS COMO “PALHEIROS”.....	36
8. MORADIAS QUE UTILIZAM O MESMO MATERIAL, JUNCO	43
9. AGREGADO DO PLANALTO DE SÃO JOAQUIM, EM SANTA CATARINA.....	49
10. MORADIA DO AGREGADO NO SUL DE GOIÁS.	50
11. MORADIAS ‘TEMPORÁRIAS’ NO ASSENTAMENTO VEREDA I.....	74

12. RESULTADO DA ELEIÇÃO DE PRIORIDADES DA ÁREA SOCIAL.....	79
13. DIVISÃO INTERNA DA CHÁCARA DA SRA. ILMA.....	88
14. FACHADA FRONTAL E PLANTA BAIXA DA MORADIA DO SR. JOSUÉ.....	94

LISTA DE SIGLAS

AMAB: Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília;
APAVI: Associação P.A. Vereda I da Fazenda Serra Feia;
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
CODEPLAN: Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central;
CONCRAB: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA;
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
DETRAN: Departamento Estadual de Trânsito;
DRPE: Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador;
DSO: Divisão de Suporte Operacional;
ENCOL S.A.: Engenharia, Comércio e Indústria;
GEBAM: Grupos Executivos de Terras do Baixo Amazonas;
GEPAFI: Grupo Executivo para Assentamento de Favelas;
GETAT: Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins;
GT-RA: Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária - Universidade de Brasília;
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IBRA: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
INDA: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário;

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário;
MEAF: Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários;
MIRAD: Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário;
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
P.A.: Projeto de Assentamento;
PAPE: Programa de Atendimento Populacional de Emergência;
PCH: Pequena Central Hidrelétrica;
PDA: Plano de Desenvolvimento de Assentamento;
PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária;
PROCERA: Programa Especial de Crédito Rural para Reforma Agrária;
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
PROVAP: Programa de Valorização da Pequena Produção Rural;
RB: Relação de Beneficiários;
RIDE: Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno;
SHIS: Sociedade de Habitações de Interesse Social;
SIPRA: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária;
SR-06: Superintendência Regional do INCRA, jurisdição de Minas Gerais;
SR-28: Superintendência Regional do INCRA, jurisdição do Distrito Federal e Entorno;
STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
SUPRA: Superintendência de Política Agrária.

RESUMO

D'ÁVILA, Cláudia A. Romeiro, M.S., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2004. **Dentro da roça e perto dos vizinhos: moradias no assentamento Vereda I.** Orientador: José Roberto Pereira. Conselheiros: Maria Izabel Vieira Botelho e Pedro de Novais Lima Júnior.

Inicialmente estudada como um traço da cultura material pela Antropologia, a moradia ganhou destaque nos planos de desenvolvimento social quando se percebeu que garantia continuidade, permanência e estabilidade à vida familiar da qual é o *locus* por excelência. Ao longo da história da humanidade, a forma da moradia, nos mais diversos lugares, é influenciada não por causas físicas, mas sim por determinações sociais que dão forma ao ambiente edificado em função de exigências culturais. Constitui não somente o expoente econômico da sociedade, mas, sobretudo, em se tratando de particularidades, é considerada um dos indicadores mais importantes de classe social. Além disso, é uma das manifestações mais típicas das diferentes civilizações através dos tempos e lugares, estando intimamente ligada ao grau de estabilidade dos grupos sociais. Através da história, a moradia vai-se estruturando num sentido ascendente, simultaneamente à evolução, também ascendente, da civilização. No estudo sobre a moradia faz-se necessário compreender a sociedade na qual se insere, pois em cada época é possível registrar uma estreita relação entre os valores de determinado grupo, a cultura, o espírito de solidariedade, os costumes e o aspecto dos lugares de moradia. Foi a partir desta visão, da moradia enquanto manifestação cultural, reflexo do quadro de valores de determinado grupo,

que procuramos investigar a moradia rural no contexto da reforma agrária, encontrada no Assentamento Vereda I (GO). Para isso, orientações metodológicas próprias dos estudos antropológicos e o enfoque dado pela sociologia da cultura possibilitaram uma análise da moradia enquanto uma manifestação cultural, um sistema de significação. A interpretação das moradias do Vereda I nos revelou que as relações com a moradia e o entorno edificado se manifestam de maneira intensa, determinada por costumes e usos. É fato que, por meio da construção das moradias, o grupo reforçou os laços internos de proximidade, favorecendo a sociabilidade vicinal, iniciada nas fases de acampamentos. Entretanto, verificou-se que, antes de procurar obter na moradia elementos como estética, a família procura abrigo, espaço para guardar a produção da *chácara*, os objetos e utensílios que possui, além de exigir condições de intimidade para a família. A função abrigo, considerada primeira na moradia, é aquela indispensável, sem a qual não se poderia conceber a habitação, mas que é complementada por fatores sociais e culturais que o grupo lhe impõe. O referencial sociocultural que o indivíduo vivencia em determinado tempo atribui sinais marcantes sobre seu mundo físico, especialmente sobre sua moradia. No Vereda I a moradia se confunde com o próprio trabalho da família na *chácara*, sendo morar e trabalhar uma forma que assegura a produção dos meios de vida. Acredita-se que as experiências recentes de vida em assentamentos, principalmente aquelas no Entorno de Brasília, tenham influenciado na determinação de valores que orientaram a construção da moradia “permanente” como superação do, às vezes, longo período de acampamento. No entanto, a origem rural dessas famílias, ao que parece, é a responsável pelos usos dessa moradia. Isso porque, no Vereda I, a moradia é uma expressão de hábitos e costumes rurais sob pressão das ações políticas do Estado.

ABSTRACT

D'ÁVILA, Cláudia A. Romeiro, M.S., Universidade Federal de Viçosa, July of 2004. **In the field and to the side of the neighbors: Vereda I Settlement the home.** Adviser: José Roberto Pereira. Committee Members: Maria Izabel Vieira Botelho and Pedro de Novais Lima Júnior.

Initially studied as a line of the material culture by the Anthropology, the home won prominence in the social development plans when it was noticed that guaranteed continuity, permanence and stability to the family life of the which is locus by excellence. Along the humanity's history, in several places, the home form isn't influenced by physical causes, but for social determinations that give form to the building in function of cultural demands. It constitutes not only the economical exponent of the society, but, above all, treating of particularities, it is considered one of the most important indicative of social class. Besides this, it is one of the most typical manifestations of the different civilizations through the time and place, and this is being intimately linked to the stability degree of the social groups. Through the history, the home is going being structured in an ascendant sense, simultaneously to the evolution, also ascendant, of the civilization. In the study on the home is done necessary to understand the society in the which inserts, therefore in each time it is possible to register a narrow relationship among the values of the specific group, the culture, the solidarity, the costum and the aspect of the home places. It was starting from this vision, of the home while cultural manifestation, reflex of the values in a whole of the specific group, that we tried to investigate the rural home in the context of the

agrarian reform, that it was found in the Vereda I Settlement (Goiás). For this, own methodological orientations of the anthropological studies and the focus given by the culture sociology made possible an analysis of the home while a cultural manifestation, a signification system. The interpretation of Vereda I Settlement homes revealed that the relationships between the home and the surrounding manifest in an intense way, determinate for costumes and uses. It is fact that, through the home construction, the group reinforced the proximity internal bond, supporting the local sociability initiated in the camping period. However, it was verified that, before trying to obtain in the home elements as aesthetics, the family seeks shelter, space to keep the production of the small farm, the objects and utensils that it possesses, besides to demand intimacy conditions for the family. The shelter, considered the first function of the home, it is indispensable, without which one could not conceive the dwelling, but that is complemented by social and cultural factors that the group it imposes. The cultural and social reference that the individual lives in determinate time it attributes striking signs on your physical world, especially on your home. In the Vereda I Settlement the home gets confused with the own work of the family in the small farm, because the life and the work assure the production of the life means. It is believed that the recent experiences of life in settlement, mainly those in the surrounding of Brasília, have influenced in the determination of values that directed the construction of the “permanent” home as overcome of the, sometimes, long camping period. However, the rural origin of those families hints that it is responsible for the uses of this home. That because, in the Vereda I Settlement, the home is an expression of rural costumes under pressure of the political actions of the State.

Introdução

*Se a ciência quer ser verdadeira,
Que ciência mais verdadeira que a das cousas sem ciência?
Fecho os olhos e a terra dura sobre que me deito
tem uma realidade tão real que até as minhas costas a sentem.
Não preciso de raciocínio onde tenho espáduas.*

Fernando Pessoa

INTRODUÇÃO

A etimologia nos informa que o vocábulo "casa" provém da expressão grega *oikos*, que se refere à gestão do saber técnico, ou melhor, à relação instrumental entre o homem e a natureza, definindo a maneira de habitar e inserir-se no mundo. Nas relações entre o homem e o espaço habitado por ele, o seu *oikos*, há um conjunto de forças intrínsecas provenientes dos ambientes físico, social, econômico e cultural que refletem processos criativos, próprios de cada cultura.

Na acepção de Bachelard, a casa é como um “primeiro mundo do ser humano”, um mundo detentor de um “corpo” e também de uma “alma”. Ela traz em si significados essenciais às referências que o seu morador tem de modos de viver; o passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, que freqüentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro.

(...) a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem... A casa na vida do homem afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano... E sempre em nossos devaneios, a casa é um grande berço. A vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa (...).¹

¹ Bachelard, G. *A poética do espaço*, 1978: 201.

A moradia, sem dúvida, é o mais importante elemento do ambiente construído. Ocupando parcela substancial do solo urbano, ela constitui um elemento básico da reprodução da força de trabalho e um elemento privilegiado de investimento do capital na cidade. Parte integrante do cotidiano, a moradia interfere nas práticas sociais, apóia a memória individual e coletiva, guardando significados para os diversos segmentos da população, e participa da formação das identidades sociais.² Nos últimos anos, têm sido realizados uma série de estudos, sem negar aqueles que os precederam, acrescentando à visão do espaço de moradia brasileiro uma nova dimensão. Surgiram estudos sobre as edificações dos imigrantes, a propósito de suas habitações, como, por exemplo, “os alemães no Sul,³ os japoneses em São Paulo, as construções ‘americanas’ da Madeira-Mamoré ou ‘inglesas’ de Paranapiacaba, ou mesmo as construções pré-fabricadas de aço”.⁴

Nossa noção de ‘espaço’ tem como fundamento o espaço construído. À medida que esse espaço construído se torna mais dinâmico, pelas próprias relações humanas que nele se estabelecem, essa noção vai se tornando cada vez mais precisa. Podemos, pois, afirmar que o espaço ‘real’ por excelência é o espaço construído. Entendemos que todo espaço construído é imagem de nossa cultura. Os ambientes arquitetônicos e também os urbanos criados pelo homem são a expressão de processos culturais que permitem revelar diferenças entre populações, expressos nas formas de organização do espaço. Seja numa cidade ou numa moradia, as dimensões da cultura estarão presentes, explícitas ou não, seguindo uma linguagem. A humanidade tende a identificar sua própria imagem com aquela do espaço que ela habita.

Interpretamos a produção do espaço de moradia como resultado de um processo criativo, conduzido pelas necessidades culturais e sociais de um grupo específico. Como descreve Freyre, essa produção deveria abranger três Engenharias, a saber, a Física, a Humana e a Social, pois

*a Engenharia Física decerto lida com pedra, tijolo, madeira, telha, ferro, que reunidos resultam numa construção - arquitetura - destinada a abrigo humano. Mas, obra também, a que é preciso que concorra uma Engenharia Humana, que cuide das relações entre formas de corpo e de características, como pessoa, do futuro morador de uma casa em construção e, de Engenharia Social, que situe essa casa particular, privada, familiar, no contexto sócio-econômico, sócio-cultural com que terá que relacionar-se ou conviver.*⁵

² Vaz, L. F. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*, 2002.

³ Ver, Gunter Weimer. *Arquitetura da imigração alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*, 1983.

⁴ Azevedo, E. B. de. *Arquitetura do açúcar*, 1990: 9.

⁵ Freyre, G. *Oh de casa!*, 1979:22.

Nos estudos de Lemos,⁶ a moradia é entendida como um todo, como uma unidade, cuja função básica, a *função abrigo*, tem prioridade e as demais dela decorrem. Esta é entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção. Entretanto, a simples relação de cômodos numa moradia pouco exprime as questões referentes às funções da habitação, tais como atividades ligadas ao lazer, ao repouso noturno e aos serviços em geral. Essa enumeração de “espaços especializados” pode ser a mesma para qualquer família, independentemente do meio social. Todavia, não se pode deixar de considerar as expectativas de ordem cultural, próprias de cada família.

A moradia também pode ser vista como um espaço de tradução das relações sociais onde, através da forma e da utilização conferida aos seus espaços, podem-se identificar os agentes sociais e seus valores em determinado período histórico. No caso específico do Brasil, o mesmo autor retrata os tipos de moradias comuns ao período colonial, em que estas refletiam uma sociedade de classes, agrupadas em dois grandes tipos:

(...) as casas maiores, tocadas pelos escravos das lides domésticas, e as casas pequenas da gente pobre, qualquer que fosse a qualificação (...) eram tipos de moradas - a da classe dominante com cozinha desligada do núcleo residencial, cozinha fora, na edícula e a da classe dominada, com o fogão ao lado do dormitório, embaixo do mesmo telhado.⁷

Entretanto, a expressão física da moradia como um todo reflete igualmente a identidade cultural desses agentes sociais. Percebe-se, assim, que a habitação se revela não apenas como estrutura material, mas também como estrutura simbólica.

Nesse contexto, o presente estudo teve como recorte os espaços de moradia do Brasil rural. Mas é, também, no tempo, a reconstrução histórica das formas de morar de um grupo de assentados, fundamentada em referências teóricas básicas sobre habitação. Por meio do enfoque dado pela sociologia da cultura, realizou-se uma análise do significado da construção e do uso das moradias no contexto da reforma agrária.

Esta investigação foi dirigida para a moradia em assentamentos rurais, tendo como fundamento a proposição de que esta constitui uma das necessidades fundamentais do ser humano. Além disso, ao construir sua moradia, o homem pode estar registrando, historicamente, sua cultura e seu padrão socioeconômico.

⁶ Lemos, C. A. C. *Historia da casa brasileira*, 1996.

⁷ *Idem*, p. 19.

Parte do presente estudo está baseada nos dados reunidos durante o trabalho de campo realizado no Entorno do Distrito Federal, entre os meses de janeiro a março de 2001. Este trabalho fazia parte da elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA),⁸ através do convênio realizado entre a Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno (SR-28) e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária (GT-RA). O universo geográfico do estudo restringiu-se ao assentamento Vereda I, localizado no estado de Goiás, município de Padre Bernardo. Este assentamento caracteriza-se pelo fato de ser resultante de um processo migratório em que as famílias são originárias de várias regiões do país, mas com trajetórias de vida muito semelhantes.

Parte-se do pressuposto de que a construção de uma moradia é uma manifestação cultural, pois sua forma e sua organização são influenciadas pelo meio cultural a que pertence. Antes de procurar compreender as moradias de determinado grupo, faz-se necessário conhecer sua história, seus costumes e tradições, sua organização social e econômica, parte de sua cultura. Com base nessa afirmação, é apresentado o problema que irá nortear toda a pesquisa: Que valores culturais estão orientando a construção das moradias nos assentamentos rurais e como as técnicas empregadas na forma de construção dessas moradias ou o “saber fazer” estão sendo reproduzidas de geração para geração?

Assim, procura-se entender que tipos de relações os moradores dos assentamentos rurais estabelecem no momento da construção da moradia, como estruturam essas relações na vida prática e quais são os elementos fundantes desse processo. Assim, a hipótese orientadora deste estudo foi de que o saber técnico de construção das moradias constitui um dos elementos formadores da identidade dos assentados.

O presente trabalho teve como objetivo principal identificar e analisar os valores culturais que orientam a construção das moradias nos assentamentos rurais, considerando os aspectos históricos e econômicos e a realidade local. Além disso, procurou também identificar e analisar o conjunto das práticas, das técnicas e dos significados da moradia na percepção dos assentados.

A dissertação foi estruturada em seis capítulos, além da Introdução e da Metodologia utilizada na pesquisa. No Capítulo 1, “Contextualização da Região de Estudo”, é apresentado o Distrito Federal organizado em 19 regiões administrativas, conhecidas como cidades-satélites, além do Plano Piloto. Enquanto Entorno de Brasília, a delimitação mais abrangente se refere aos

⁸ O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) tem como finalidade a elaboração de um plano que definirá as diretrizes para o assentamento no curto, médio e longo prazo, sendo sua realização, a partir de 1999, uma exigência formal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

42 municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais, que fazem parte da Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília (AMAB), onde se localiza o município e o assentamento de interesse do presente estudo: Padre Bernardo e o Vereda I, respectivamente.

É apresentada, no Capítulo 2, “A Moradia na História”, a construção do quadro teórico que fundamenta este estudo. Através da análise bibliográfica, aborda-se o estudo da moradia na história, em várias cidades e/ou países. Para a revisão bibliográfica adotou-se o sistema usual, que adota as bibliografias como fontes principais e secundárias. Nesta revisão é recortado o aspecto da moradia que pretendo destacar: a estrutura simbólica, reflexo da cultura de grupos sociais. As diferenças entre os tipos de moradias de áreas distintas constituem, nesse contexto, evidências de diferenças culturais. No entanto, os modos de vida, a organização social e as técnicas utilizadas refletem práticas de solidariedade e sociabilidade próprias de grupos sociais considerados tradicionais.

No Capítulo 3, “Terra Alheia, Moradia Temporária”, procurou-se evidenciar que as formas de acesso e distribuição da terra no Brasil criaram condições de subordinação de parte da população rural, traduzidas principalmente na moradia, utilizada como contrapartida dos serviços prestados pelo morador em terra alheia.

Foram retratadas no Capítulo 4, “Assentamentos Rurais: o problema da moradia no contexto da Reforma Agrária”, as diferenças tipológicas das moradias, a partir de dados censitários.

No Capítulo 5, “O Espaço Construído no Assentamento Vereda I”, são apresentados e discutidos os dados fornecidos pelo trabalho de campo. Ao desvelar um pouco a realidade vivida cotidianamente no Vereda I, analisou-se como se manifesta o viver e o que significa o morar. São estabelecidas relações entre as análises teóricas utilizadas neste estudo e os dados fornecidos pelo trabalho de campo, evidenciando que a ação de construir possui dimensões simbólicas, em que a família constrói não apenas morada, mas também espaços sociais, econômicos e culturais.

No último capítulo são apresentadas as considerações reflexivas desta pesquisa, em que se procura responder à hipótese que orientou o presente estudo, além de indicar que o seu desenvolvimento firmou-se, desde o início, na expectativa de colaborar na construção do conhecimento das ciências humanas e sociais. O enfoque adotado centrou-se na análise das moradias do assentamento Vereda I enquanto a expressão direta de um campo de valores, símbolos, percepções e modos de vida. Especificamente, objetivou-se contribuir para a compreensão ‘do lugar de morar’ de milhares de famílias assentadas no interior do Brasil.

METODOLOGIA

A escolha de uma metodologia particular, no que concerne tanto à coleta quanto à análise de informações, está ligada a opções epistemológicas que fundamentam qualquer tipo de pesquisa.⁹ Técnicas de pesquisa qualitativa são o principal instrumento utilizado para a realização desse trabalho. Uma das diferenças apresentadas pela pesquisa qualitativa, como expõe Triviños,¹⁰ é o fato de que o pesquisador não fica fora da realidade que estuda, à sua margem ou à margem dos fenômenos que procura compreender, mas se insere no contexto que deseja estudar. Os fenômenos e os sujeitos não são observados e analisados em situações isoladas, artificiais, mas na perspectiva de um contexto social. A abordagem qualitativa parte do fundamento de que existe relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Pode-se dizer, portanto,

que o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.¹¹

⁹ Alencar, E. *Introdução à metodologia de pesquisa social*, 1999.

¹⁰ Triviños, A. N. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*, 1987.

¹¹ Chizzotti, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*, 1995: 78.

Assim, a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos do contato direto do pesquisador com a situação estudada. Esse contato direto do pesquisador com a situação em que os fenômenos ocorrem fundamenta-se no princípio de que as circunstâncias particulares em que determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entendê-lo. Nesse tipo de estudo há sempre preocupação em captar a perspectiva dos participantes, a maneira como os informantes consideram as questões que estão em foco na análise. Destaca-se, também, que esse tipo de estudo preocupa-se mais com o processo do que com o produto. O interesse do pesquisador ao analisar dado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.¹² Com o propósito de assumir a concepção qualitativa nesta pesquisa, foram adotados procedimentos técnicos de coleta de informações que possibilitassem apreender o objeto de estudo em suas múltiplas dimensões. Na construção do objeto, a metodologia utilizada sustentou-se em uma base diversificada e combinada entre si, em que história de vida, história oral,¹³ entrevista semi-estruturada, técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE)¹⁴ e registro fotográfico de manifestações da vida social local possibilitaram abstrair da concretude da vida diária elementos importantes de teorização sobre a construção das moradias enquanto manifestação cultural. As entrevistas semi-estruturadas,¹⁵ técnica muito utilizada em pesquisa social para coleta das informações primárias, possibilitaram aprofundar cada vez mais na trajetória de vida dos atores envolvidos na pesquisa, por meio da história oral. Do DRPE utilizaram-se informações oriundas das técnicas denominadas *Construção*¹⁶, *Matriz Realidade/Desejo* e *Eleição de Prioridades*.

A técnica da *Construção* objetivou estimular a criatividade das famílias assentadas na utilização de recursos escassos, observando-se o projeto que cada grupo apresentava para o assentamento. Ao apresentarem seus projetos, as famílias caracterizaram o espaço social onde vivem, revelando os problemas e as necessidades em relação ao espaço produtivo e à socialização do grupo. Essa técnica possibilitou a visualização da organização espacial desejada para o futuro do assentamento.

¹² Ludke, M. e André, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*, 1986.

¹³ Amado, J.; Ferreira, M. de M. (coords.). *Usos & abusos da história oral*, 2002.

¹⁴ "O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) é uma metodologia inicialmente elaborada para intervir, de forma planejada, na complexa realidade dos assentamentos rurais de Reforma Agrária no Brasil. Sua metodologia é composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa que permite obter informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo" (Pereira, 1998:1).

¹⁵ Queiroz, M. I. P. de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*, 1991.

¹⁶ Para a realização dessa técnica, as famílias presentes à reunião se organizaram em cinco grupos. Cada grupo recebeu um conjunto de materiais encontrados no assentamento, como paus, pedras e areia. Este material deveria ser utilizado pelo grupo, dentro de um tempo limitado, para a construção de um projeto para o assentamento. O objetivo foi captar a dimensão simbólica dos projetos entre os participantes.

A *Matriz Realidade/Desejo* consistiu na apresentação, pelas famílias, dos principais problemas da área social e de produção. Para cada problema apresentado, foram discutidas, detalhadamente, as suas causas e indicados os respectivos desejos. Em seguida, foram apresentados os possíveis caminhos que permitirão atingir os desejos, atribuindo responsabilidades a instituições e às famílias envolvidas.

A *Eleição de Prioridades* consistiu na apresentação de demandas existentes no assentamento, da área social e de produção, identificadas pelas famílias, tendo como objetivo elegê-las em ordem crescente de prioridade.

A utilização de material iconográfico, entre estes a fotografia, foi entendida, neste estudo, como uma pausa no movimento, originando sentimentos que criam e valorizam continuamente o significado de um lugar, de uma paisagem, de moradias, de pessoas, trazendo à tona certas representações.

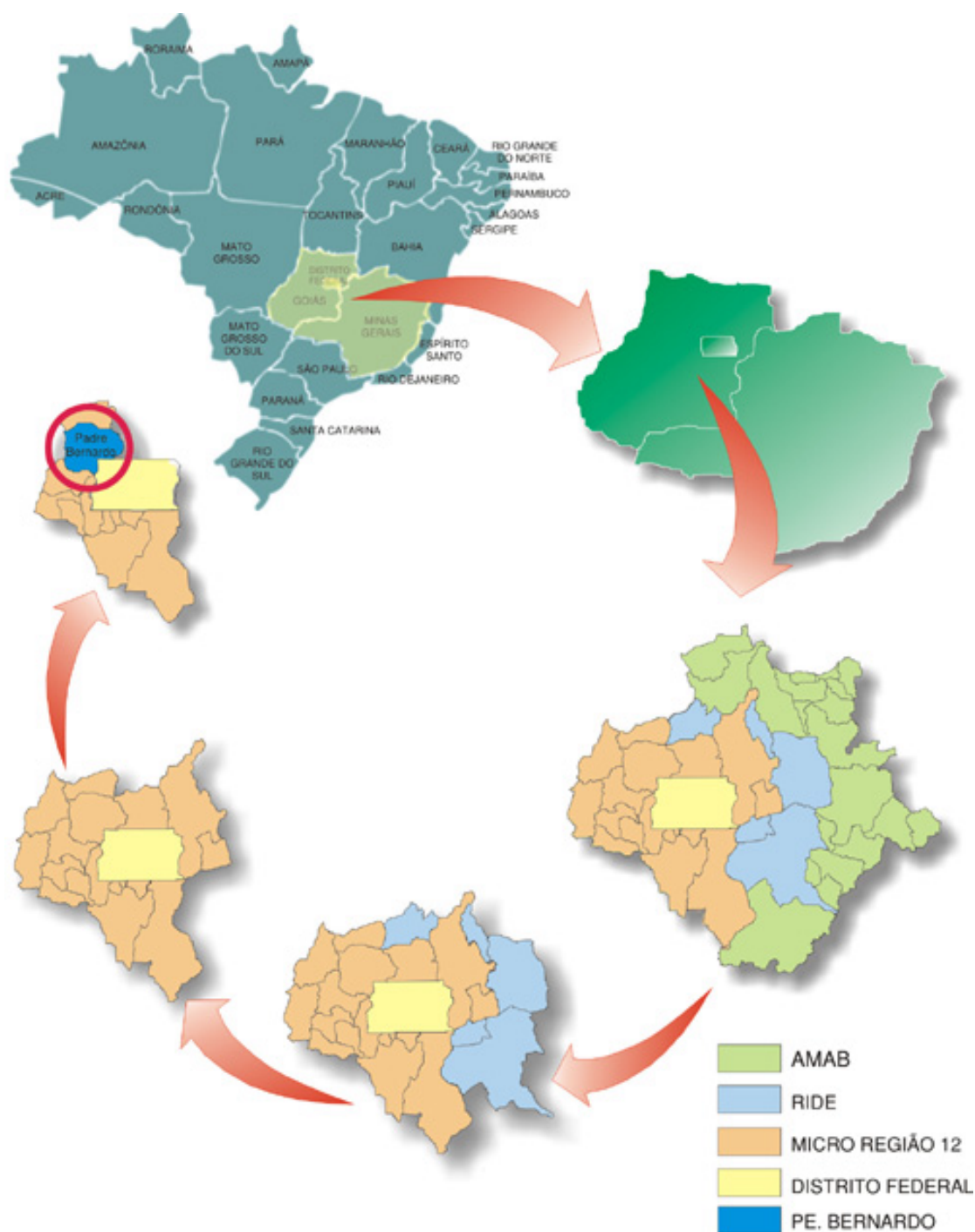
O estudo buscou associar o trabalho de campo sincrônico, centrado na observação direta e na conduta participante, à reconstrução histórica. Procurou-se orientar a pesquisa para a perspectiva do trabalho etnográfico, considerando-se a orientação de Geertz, segundo o qual

*praticar a etnografia é mais do que estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, visto que o que a define é o esforço intelectual que ela representa, ou seja, uma descrição densa.*¹⁷

Com esse propósito, procurou-se desvendar a *teia de significados* nos quais se inserem os atores sociais envolvidos na pesquisa, partilhando de suas práticas culturais, das experiências, do cotidiano, do lugar de viver e dos significados a ele atribuídos.

Na fase exploratória da pesquisa, informações foram levantadas a partir do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vereda I, de Relatórios de Atividades da Superintendência do INCRA no Distrito Federal e Entorno, de reuniões realizadas no assentamento e dos cadernos de campo, que compõem o arquivo do autor, sobre as famílias do Vereda I. O assentamento Vereda I, localizado no município de Padre Bernardo, Entorno de Brasília, Estado de Goiás, abriga 70 famílias (Fig. 1).

¹⁷ Geertz, C. *A interpretação das culturas*, 1973:15.



Fonte: Elaborado pelo autor.

FIGURA 1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO. ENTORNO DE BRASÍLIA, MICRORREGIÃO 12¹⁸ DO ESTADO DE GOIÁS, MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO.

¹⁸ Compõem a microrregião 12 os seguintes municípios: Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto (CODEPLAN, 2001).

A segunda etapa da pesquisa referiu-se ao trabalho de campo propriamente dito. Embora o trabalho de campo tenha procurado, a partir da observação direta, apreender a realidade social do assentamento como um todo, as entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com os atores sociais identificados, primeiramente, por meio de documentos fornecidos pela SR-28, como a lista de beneficiários do Crédito Aquisição de Materiais de Construção. A lista forneceu o número de 66 moradias do assentamento Vereda I que foram construídas com recursos, parcial ou total, deste Crédito. No segundo momento, com o nome dos beneficiários e a localização das moradias, foram realizadas entrevistas com 55 famílias assentadas, obtendo informações sobre área construída, técnicas construtivas referentes à fundação, telhado, esquadrias e vedação vertical das moradias. Além disso, também foi possível identificar a lógica que rege as construções nesse espaço, a escolha do terreno para implantação da moradia, a presença de puxados e a colaboração ou não de vizinhos e parentes na construção. Após as entrevistas, as moradias foram fotografadas, obtendo informações que permitissem analisar seu entorno e as características deste ambiente rural como um todo. Para subsidiar a análise antropológica, identificou-se o conjunto das moradias¹⁹ do assentamento pesquisado, classificando-as por tipos:

- Projetos do INCRA: ²⁰ modificados e os que permaneceram fiéis à planta.
- Edificações autoconstruídas.²¹

Por meio dessa classificação foi possível identificar que 13 famílias modificaram o projeto do INCRA, totalizando 23,6%; 27 famílias utilizaram a planta sugerida pelo INCRA, totalizando 49,1%; e 15 famílias são responsáveis pelas edificações autoconstruídas, representando 27,3% do universo pesquisado. Em relação à área construída, em média, os projetos modificados possuíam 54,60 m² e as edificações autoconstruídas, 70,50 m².

No terceiro momento, critérios foram considerados para escolha das famílias com as quais foram realizadas entrevistas em profundidade,²² a saber:

¹⁹ No Vereda I, em sua totalidade, as moradias são unifamiliares.

²⁰ Quando é liberado o Crédito Aquisição de Materiais de Construção, a família recebe a planta baixa da moradia, junto com o memorial descritivo. Em relação ao Vereda I, a área da moradia, especificada na planta baixa, corresponde a 48 m².

²¹ Moradias cujo trabalho de construção e gestão é realizado pelos próprios moradores.

²² A entrevista em profundidade pode ser não-estruturada ou semi-estruturada. É utilizada, geralmente, em pesquisas cuja análise se relaciona a valores culturais, simbólicos, tradições. Resultam não só da teoria que orienta a pesquisa, mas de informações, anteriormente reunidas, sobre o fenômeno social de interesse (Triviños, 1987).

- Ter recebido o Crédito Aquisição de Materiais de Construção: acesso a recursos financeiros, possibilitando a construção da moradia.
- Não ter utilizado a planta baixa sugerida pelo INCRA na construção da moradia: ruptura com um modelo-padrão que vem sendo copiado e que expressa valores culturais externos aos assentados.
- Ter sido utilizada força de trabalho da própria família na construção da moradia: a tradição de técnicas construtivas, transmitida, talvez, pelos antigos mestres-de-obras.
- Presença de construção que prolongue o corpo central da moradia, ou seja, presença de puxados: estabelecem formas de identidade que acabam imprimindo uma marca, através de alternativas aos problemas presentes.
- Utilização de matéria-prima presente no assentamento: interessa olhar e compreender através da moradia como o assentado se relaciona com a natureza, como dela se apropria, enfrentando as dificuldades e adversidades que lhe são próprias.

Com os critérios definidos, seis famílias foram selecionadas e, em seguida, foi elaborado um roteiro (Anexo II), para servir de orientação às entrevistas. A partir deste roteiro, realizou-se inicialmente um pré-teste, visando aperfeiçoar esse instrumento. Foram gravadas entrevistas em profundidade com as seis famílias selecionadas (Tabela 1A), das quais participaram homens, mulheres e, algumas vezes, filhos. Nesta fase da pesquisa utilizou-se o caderno de campo, onde foram transcritas as impressões e observações sobre as entrevistas. Assim, os dados citados provêm, sobretudo, da pesquisa de campo. Como Malinowski *apud* Garcia Jr. chamou a atenção, o campo não é meramente o momento da pesquisa que serve para a coleta de dados,

*mas onde o diálogo teoria-dados é mesmo intensificado, tanto na busca de dados quanto na verificação da necessidade de especificação ou reformulação das teorias com que se trabalha. O teste da teoria não é se a coleta de dados demonstra sua verdade ou falsidade, mas é continuamente saber o que explica e o que não explica, e se seu campo de formulações alternativas exige apenas uma maior precisão nos termos, ou se estamos diante da necessidade de reformulação geral.*²³

A transcrição das entrevistas teve início no próprio assentamento, com os objetivos de analisar as informações até então coletadas e identificar situações a serem observadas e os temas a serem abordados nas próximas entrevistas.²⁴ Isso porque Queiroz considera ideal que a

²³ Garcia Júnior, A. R. *O sul: caminho do roçado*, 1989: 33.

²⁴ Alencar, E. *Introdução à metodologia de pesquisa social*, 1999.

transcrição das entrevistas seja realizada pelo próprio pesquisador que entrevistou o informante, pois

ouvir e transcrever a entrevista constitui, para ele, um exercício de memória em que toda a cena é revivida: uma pausa do informante, uma tremura de voz, uma tonalidade diferente, uma risada, a utilização de determinada palavra em certo momento, reavivam a recordação do estado de espírito que então detectou em seu interlocutor, revelam aspectos da entrevista que não haviam sido lembrados quando efetuou o registro do dia no caderno de campo, ou mesmo dão a conhecer detalhes que, no momento da entrevista, lhe escaparam.²⁵

Após a finalização do trabalho de campo, iniciou-se a organização das informações coletadas, de acordo com as etapas descritas a seguir:

- Finalização das transcrições das entrevistas gravadas.
- Elaboração do Caderno de Entrevistas.²⁶
- Leitura e análise em profundidade das entrevistas.
- Elaboração de mapas.
- Análise de documentos fornecidos pela SR-28.
- Organização e análise de dados secundários.

Com as informações coletadas e analisadas, procurou-se relacioná-las com as referências teóricas pertinentes, no sentido de extrair dessas discussões teóricas o significado simbólico que orienta a construção - o saber fazer - das moradias no assentamento Vereda I.

²⁵ Queiroz, M. I. P. de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*, 1991:82.

²⁶ Após a transcrição das entrevistas, estas foram organizadas no Caderno de Entrevistas, que constitui, nesta fase da pesquisa, dado secundário.

Capítulo Um

Contextualização da Região de Estudo

*Deus quer,
O homem sonha,
A obra nasce (...).*

Fernando Pessoa

I. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO

Neste capítulo são apresentados a região e o município no qual se insere a área de estudo, resgatando aspectos históricos, e é caracterizado o assentamento Vereda I. Apresento o Distrito Federal organizado em 19 regiões administrativas, conhecidas como cidades-satélites, além do Plano Piloto. Enquanto Entorno de Brasília, a delimitação mais abrangente se refere aos 42 municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais, que fazem parte da AMAB, onde se localiza o município de Padre Bernardo.

O capítulo está estruturado em três partes. Na primeira é apresentado o Entorno do Distrito Federal, a partir do recorte das fronteiras atuais. Procura-se mostrar que, freqüentemente, os municípios inseridos no entorno de uma capital - neste caso, o município de Padre Bernardo - tendem a se tornar vulneráveis e facilmente transformados em uma periferia suburbana, onde se avolumam, principalmente, os problemas sociais. Os espaços rurais, em especial os assentamentos, e a população que neles vivem aparecem freqüentemente, nesse quadro geral, como realidades remanescentes e secundárias.

Na segunda parte é descrito o município de Padre Bernardo, cuja história se inicia no século passado, com a formação das primeiras fazendas de criação de gado às margens do Rio Maranhão.

Na terceira parte é apresentado, de forma resumida, o assentamento Vereda I, quanto a localização geográfica, tamanho da área, características físicas, processo de implementação, vias de acesso e limites geográficos.

1.1. Entorno do Distrito Federal

O início da ocupação humana no território que hoje se denomina Estado de Goiás ocorreu no princípio do século XVII, quando bandeirantes passaram a abrir os primeiros caminhos em busca do ouro.

Minas de ouro descobertas por um punhado de homens audaciosos e empreendedores; um enxame de aventureiros que se atira sobre as riquezas prometidas, animados por um excesso de esperança e cupidez; uma sociedade calcada em toda espécie de crime e que se habitua gradativamente com a ordem, sob o rigor do despotismo militar, e cujos costumes não tardam a ser abrandados pelo clima ardente da região e uma entorpecedora ociosidade; momentos de esplendor e de prodigalidade; a triste decadência e a ruína. Eis aí, em poucas palavras, a história da Província de Goiás.²⁷

Antes de 1670, um paulista, Manuel Correia, que havia embrenhado nos sertões em busca de escravos, chegou ao rio denominado Rio dos Araês,²⁸ nas terras que atualmente constituem o Estado de Goiás, retornando à sua cidade com ouro e índios acorrentados. Por volta de 1680, outro paulista, Bartolomeu Bueno da Silva, chegou ao local ocupado pelos indígenas da nação Goiás. Em 1726, seu filho mais uma vez transpôs sertões e tornou a encontrar o rico território habitado pelos goiases. Os indígenas, pressentindo que seriam reduzidos à escravidão ou expulsos de suas terras, lutaram para afastar dali os intrusos. Uma vez iniciada, a guerra foi fatal aos indígenas. Os goiases se viram finalmente forçados a abandonar as terras de que eram os legítimos donos. Foram desaparecendo aos poucos, e deles “só resta o nome”.²⁹

Entretanto, a fama das riquezas de Goiás atraiu para a região um prodigioso número de aventureiros, que aí fundaram os arraiais de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte (1727), transformado, em 1732, em distrito de Meia Ponte e, em 1890, em Pirenópolis; Santa Luzia (1746), hoje Luziânia; Santo Antônio do Descoberto (1750); Corumbá de Goiás (1750);

²⁷ Saint-Hilaire, A. de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*, 1975:159.

²⁸ Os Araês ou Aracis eram uma tribo indígena (Saint-Hilaire, 1975:159).

²⁹ *Idem*, p.161.

além do Arraial de Couros (1736/1750), mais tarde transformado na Vila Formosa da Imperatriz, atual Formosa.

De acordo com Luís Antônio da Silva e Souza, a população da província de Goiás em 1804 somava 50.135 indivíduos, dos quais 7.273 eram brancos, 11.417 escravos negros e 7.868 mulheres negras. Vinte anos depois, segundo dados do governador militar da província, M. da Cunha Matos, referentes à população, somava 62.518 indivíduos, distribuídos em 12.119 habitações.³⁰

Em relação à ocupação do território denominado Entorno do Distrito Federal, sua história encontra-se vinculada a um conjunto de elementos físicos muito diversificados, no qual se estruturam as relações homem-natureza, contribuindo para a definição dos atuais padrões de utilização do espaço geográfico. O Entorno é uma região com meio ambiente diversificado, que vem sendo utilizado segundo necessidades internas e externas à região, em ritmo muito acelerado, com problemas típicos desse tipo de exploração.

A ocupação do território intensificou-se no século XIX, com a expansão dos povoados já existentes e através da criação de novos núcleos urbanos, como Posse (1874), atualmente uma vila do município de Abadiânia; Olhos d'Água, em Alexânia; Mestre d'Armas ou, posteriormente, Altamir/Planaltina; e Serra dos Cristais, atual Cristalina.

O declínio da mineração de ouro e cristais levou à estagnação econômica dessas áreas, que passaram a contar com a pecuária extensiva, praticada em amplas áreas de pastagens naturais e lavouras de subsistência. Essa situação se prolonga até meados do século XX, quando se iniciam os preparativos para a transferência do Distrito Federal para terras goianas.

Um dos objetivos básicos da mudança da capital federal do Rio de Janeiro para o interior de Goiás foi a criação de condições que mudassem os padrões de migração interna até então existentes, isto é, “do rural pobre para o urbano incipiente”. Nesse sentido, Brasília pode ser analisada como uma “tentativa racional de se efetivar uma urbanização compreensiva de áreas não-urbanas”.

A idéia de se mudar a capital do Brasil para o interior apareceu pela primeira vez em 1789, no contexto do movimento da Inconfidência Mineira. Transformada em artigo da Constituição Brasileira de 1890, essa idéia foi mantida nas constituições subseqüentes, até a de 1946. Decisões concretas para a construção da cidade, entretanto, efetivaram-se somente em 1957, quando o plano de Lúcio Costa foi escolhido como o projeto vencedor. Brasília foi construída em apenas 36 meses e inaugurada em 21 de abril de 1960.

³⁰ Saint-Hilaire, A. de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*, 1975:167-168.

A nova capital do Brasil, localizada na parte mais alta do Planalto Central de Goiás, Serra dos Pirineus, está a uma altitude de 1.300 metros e ocupa 5.814 km². O solo é formado por rochas “metamórficas velhas, que dão à terra um aspecto seco e arenoso”, e a área é dominada pela vegetação de cerrado. As temperaturas variam entre 16 e 26 graus centígrados, com umidade relativamente baixa.³¹ O Distrito Federal está dividido em três zonas principais: o Plano Piloto, as Cidades- Satélites e a Zona Rural. O Plano Piloto baseia-se nos dois eixos que se intersectam e formam a cruz “indicadora do centro gerador de civilização e dos caminhos pelos quais a cultura e o progresso deveriam propagar-se em direção ao interior do Brasil”.³² As formas de ocupação no Plano podem ser agrupadas em dois tipos: áreas ao longo do eixo principal, onde se localizam os edifícios governamentais, e áreas ao longo das asas do pássaro, onde se agrupam residências, centros comerciais e outros.

As cidades-satélites estão localizadas dentro de um raio aproximado de 40 km a partir do Plano Piloto. Nenhuma das cidades-satélites tem completa autonomia administrativa. Todas são subordinadas à administração central do Distrito Federal, embora muitas delas possuam suas subprefeituras funcionando como executivas dos planos oficiais. Enquanto o Plano Piloto é às vezes chamado de “a cidade lunar do século XXI”, as cidades-satélites, em seu conjunto, parecem “constituir um resíduo do século XIX”.³³ São grandes as alterações na organização do espaço introduzidas a partir da criação de Brasília, destacando-se, principalmente, as relativas à fragmentação do território, ao crescimento das cidades, bem como às transformações nas formas de uso do solo.

No que se refere à fragmentação do território, cabe destacar a criação de novos municípios, como Alexânia, Cabeceiras, Santo Antônio do Descoberto, Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Padre Bernardo, todos correspondendo a desdobramentos realizados a partir da década de 1950. Esse processo continua em curso, tendo sido criados, após 1992, três novos municípios: Cocalzinho (Corumbá de Goiás), Vila Boa (Formosa) e Valparaíso (Luziânia). Nessa época, nove municípios³⁴ faziam parte da região do Entorno do Distrito Federal. O crescimento populacional que nos últimos anos vem ocorrendo nos municípios do Entorno do Distrito Federal de forma desordenada traz inúmeros problemas para a administração tanto das prefeituras municipais como do Estado de Goiás e do Distrito Federal. Parte dos municípios do Entorno vem-se constituindo em local de moradia para expressiva parcela da mão-de-obra que

³¹ Pastore, J. *Brasília: a cidade e o homem*, 1969:44.

³² *Idem*, p.45.

³³ *Ibidem*, p.49.

³⁴ Municípios que faziam parte da região do Entorno de Brasília, na década de 60, eram: Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras, Cristalina, Formosa, Luziânia, Pirinópolis, Planaltina e Unai.

trabalha na Capital Federal e tem-se transformado em simples fornecedores de matéria-prima para o Distrito Federal. Além disso, a organização socioeconômica, caracterizada pelo predomínio de uma agropecuária tradicional e de baixa produtividade ou pela introdução de uma agricultura altamente modernizada, não tem sido capaz de gerar empregos que absorvam a mão-de-obra local. A partir da década de 1970, os fluxos migratórios responsáveis pelo crescimento de Brasília passaram a ser direcionados, também, para o Entorno do Distrito Federal, gerando expansão urbana acelerada e transformações na economia dessa região.

Dessa forma, surgem novos padrões de utilização do espaço, tanto em áreas rurais quanto urbanas. No espaço urbano, observa-se o surgimento de embriões de zonas industriais em Formosa, Luziânia e Santo Antônio do Descoberto e de áreas residenciais, caracterizadas pela expansão de loteamentos de grande densidade de moradias, como em Luziânia e em Planaltina. No contato rural/urbano, notam-se, igualmente, transformações, sendo freqüente a utilização do espaço por sítios e chácaras de lazer, alguns como local de segunda residência para a população do Distrito Federal. Nas áreas rurais são grandes as alterações nos padrões de uso do espaço, constatando-se a expansão da agropecuária, com mudanças no sistema produtivo, especialmente ao longo dos principais eixos viários que cortam Planaltina, Luziânia e Cristalina. Ao lado das novas atividades econômicas, responsáveis por mudanças nos padrões de uso do espaço, verifica-se a presença de estruturas consolidadas, que se expressam tanto na sobrevivência de áreas produtivas tradicionais como na manutenção de hábitos e traços culturais específicos. O Distrito Federal, no ano de 2000, encontrava-se organizado em 19 regiões administrativas³⁵, que são as Cidades-Satélites, além do Plano Piloto. De acordo com a CODEPLAN (s.d.), a delimitação mais abrangente do Entorno se refere aos 42 municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais, que fazem parte da Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília (AMAB). Na região do Entorno, aquela que mais se destaca é a Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)³⁶. A região de influência do Distrito Federal, apresentando as delimitações da AMAB e da RIDE, pode ser observada no Mapa 1.

³⁵ Cada região tem um administrador regional, nomeado pelo governador, responsável pela promoção e coordenação dos serviços públicos da região (CODEPLAN, 1999).

³⁶ Criada por meio da Lei Complementar n.º 94, sancionada pelo Presidente da República em 19 de fevereiro de 1998, a RIDE tem como função promover o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e seu Entorno, a partir da ampliação e consolidação da infra-estrutura e do fortalecimento da base econômica, com diversificação de oportunidades de emprego e renda. Com 55.574 quilômetros quadrados, essa região é composta pelo Distrito Federal e outros 22 municípios - três são de Minas Gerais (Unai, Buritis e Cabeceira Grande) e 19 são de Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa) (CODEPLAN, s.d.).

Em 1996, a RIDE apresentou a segunda maior taxa de crescimento das “periferias” das regiões metropolitanas brasileiras. O Distrito Federal, com 2,62% de crescimento, figurou em primeiro lugar das capitais observadas, como pode ser visualizado na Tabela 1.

TABELA 1. POPULAÇÃO REFERENTE A 1996 E TAXAS DE CRESCIMENTO REFERENTES A 1991/96, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS

Regiões Metropolitanas	População	Total	Capital	Periferia
São Paulo	16.583.234	1,43	0,40	3,07
Rio de Janeiro	10.192.097	0,76	0,26	1,38
Belo Horizonte	3.803.249	2,05	0,70	3,87
Porto Alegre	3.246.869	1,41	0,40	2,10
Recife	3.087.967	1,13	0,73	1,44
Salvador	2.709.084	1,65	1,28	3,39
Fortaleza	2.582.820	2,28	2,13	2,77
RIDE	2.548.922	3,35	2,62	5,33
Curitiba	2.425.361	3,34	2,34	5,03
Belém	1.485.569	2,19	-1,67	31,09
Vitória	1.182.354	2,11	0,54	2,60

Fonte: IBGE, Contagem Populacional de 1996, elaborado pela CODEPLAN.

Na década de 1970, a população do DF representava em torno de 10,60% do percentual da população da região Centro-Oeste e, em 1991, 17,3%. Nos resultados preliminares do Censo 2000, o crescimento de Brasília na década de 1990 foi equivalente a 2,77%. Essa tendência de aumento foi acompanhada também pelos municípios pertencentes a AMAB.

Dentre os municípios da AMAB, aquele que se destacou com a maior taxa média de crescimento populacional foi Águas Lindas de Goiás, cuja população em 1996 era de 61.478 e em 2000 era de 105.641, com taxa de crescimento de 14,49%. É interessante ressaltar que esse município se encontra apenas a 50 km de Brasília. Apenas cinco municípios do Entorno tiveram taxa populacional negativa de crescimento, estando em média a 300 km de distância de Brasília. Dessa forma, constatou-se que os municípios do Entorno, localizados no Estado de Goiás, que mais cresceram estão até 100 km de Brasília.

Em se tratando de habitação popular em Brasília, a política habitacional, adotada desde a construção da cidade, tem oscilado entre intensos processos de desfavelamento, com a

remoção das denominadas “invasões” das populações de baixa renda para as periferias distantes da cidade, não-oferta de terras para expansão urbana no quadrilátero do Distrito Federal e implementação de políticas de corte populista do tipo “lotes semi-urbanizados”, como, por exemplo, a recente política do governo Joaquim Roriz.³⁷

Mesmo nos períodos em que houve oferta de habitação popular, como entre 1962 e 1978, quando a Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS), criada em 1964 como órgão executor do Plano Nacional de Habitações do Distrito Federal, produziu 53.387 unidades habitacionais, para populações numa faixa de renda de até cinco salários mínimos, essa oferta esteve muito aquém das necessidades desse estrato social.³⁸

Entre 1979 e 1983, praticamente não houve oferta de imóveis populares pela SHIS, seguindo uma política adotada pelo governador do Distrito Federal, Aymé Lamaison, que responsabilizou a construção de habitações pelos altos índices de migração.

Caracterizando a oscilação acima referida, o governo do Distrito Federal mudou a estratégia anterior de não-oferta de habitações, em face da nova conjuntura política do país com o esgotamento do regime militar e, relacionada também a essa nova conjuntura, o crescimento das condições de organização e reivindicação popular.

Foi criado a partir de 1983 o Grupo Executivo para Assentamento de Favelas (GEPAFI), no âmbito do Programa de Atendimento Populacional de Emergência (PAPE), que, num levantamento preliminar de caráter censitário de todas as famílias residentes em “invasões” e acampamentos do Distrito Federal, identificou a existência de 17.000 famílias em 62 desses núcleos de baixa renda. O PAPE atendeu 48% dessas famílias.

Com o advento da “Nova República”, paradoxalmente, em Brasília, tem-se um recrudescimento da estratégia utilizada predominantemente no período do regime militar, com a produção reduzida de habitações populares, com o governador do Distrito Federal José Aparecido empreendendo um programa denominado “Entorno com Dignidade”, isto é, erradicação de favelas e expulsão de sua população não mais para a periferia do Distrito Federal, mas para assentamentos freneticamente promovidos pela especulação imobiliária no entorno do Distrito Federal. Por outro lado, promove uma significativa produção habitacional no regime de autoconstrução, decorrente da política de assentamento da população de baixa renda em lotes semi-urbanizados, que, em razão de seu forte apelo populista, angaria dividendos eleitorais para os seus formuladores.

³⁷ Campos, N. *Brasília - a “capital” do capital incorporador*, 1996:159.

³⁸ *Op. cit.*, p.160.

1.2. O Município de Padre Bernardo

Padre Bernardo começou sua história no início do século XX. Em 1915, chegavam os pioneiros atraídos pela fertilidade da terra. O núcleo cresceu e, em 1932, Januário de Amorim e Valentim José Cabral doaram terreno para construção de uma igrejinha em louvor do Divino Espírito Santo e para que, no local, também as famílias mais pobres pudessem construir suas casas. Em 1951, foi fundado o arraial com o nome de Barro Alto de Vão dos Angicos. O distrito foi emancipado em maio de 1964.

Criado pela Lei nº 4.797 de 7 de novembro de 1963, Padre Bernardo se localiza na região de Luziânia (Mapa 2), Estado de Goiás, Microrregião 012 - Entorno de Brasília. Limita-se ao norte com Mimoso de Goiás, ao sudeste com Brazlândia (DF), ao sul com Águas Lindas de Goiás e ao sudoeste com Cocalzinho de Goiás e Pirenópolis. Município com fortes traços rurais, possui área de 3.148,9 km² e localiza-se a uma altitude de 629 metros, situando-se na latitude 15°09'37S e longitude 48°17'02W.

O município tem sua sede estruturada em uma cidade de pequena dimensão que, entretanto, apresenta um movimento bastante significativo e um comércio diversificado. Um dos seus traços marcantes é a existência de uma estruturação interna, com arruamento em torno da praça, que é constituída de um espaço com tratamento paisagístico expresso na presença de canteiros, bar, estátua, além de um coreto. Ao seu redor estão concentrados alguns dos serviços, havendo também algumas residências.

A praça é cortada pela avenida principal da cidade, onde se concentram-se os estabelecimentos comerciais, banco, posto de gasolina, restaurantes, bares, hotel, delegacia de polícia, correio e DETRAN. O comércio ao longo dessa via é diversificado, contando com vários armazéns, armarinhos, papelarias, confecções, farmácias e outros. Possui 384 estabelecimentos comerciais variados, como o comércio informal de fabricação caseira de doces, biscoitos e outros gêneros alimentícios, além do comércio de prestação de serviços. Nas ruas paralelas a esta via principal estruturam-se as áreas com ocupação predominantemente residencial. Aí os lotes apresentam-se arborizados, sendo freqüente a existência de quintais com árvores frutíferas e pequenas criações.

MAPA 2. REGIÃO DE LUZIÂNIA, EM DESTAQUE PADRE BERNARDO.



Fonte: Catálogo dos Municípios, Região de Luziânia.

Na saída para a zona rural, em direção a Sumidouro, há um setor residencial de população de baixa renda que ainda não se encontra estruturado em termos de equipamentos urbanos. Na periferia do núcleo urbano nota-se uma expansão da cidade, com loteamentos de casas populares.

As festas religiosas constituem tradição no município, como a Folia de Reis (junho/julho), Festa do Pouso e do Divino, Festa do Muquém e da Padroeira da Cidade de Nossa Senhora da Abadia, que agregam diferentes faixas etárias e classes sociais da população. Essas festas constituem um elo entre as áreas urbana e rural, pelos contatos que propiciam e que são favorecidos também pela realização da Feira do Pequeno Produtor, realizada aos domingos.

A igreja do Divino Espírito Santo é um dos pontos turísticos do município. Data de 1932, quando Rosa Fernandes Cabral, Januário de Amorim e Valentim José Cabral doaram 12

alqueires de suas terras para a construção do templo. Atrás desse gesto estava o Padre Bernardo, cuja ação foi importante na formação do antigo povoado. Na Igrejinha do Divino Espírito Santo realiza-se, em maio e junho, a tradicional quermesse, com folias e missas dominicais. Nessa igreja foi sepultado o corpo do Padre Bernardo, e só posteriormente foi feita exumação dos seus restos mortais, que foram transferidos para Luziânia. Foi em honra a esse benemérito que a localidade lhe rendeu essa homenagem, dando-lhe o seu nome.

Padre Bernardo destaca-se dentre os municípios do Entorno por se constituir num espaço caracterizado por forte especulação fundiária, com formação de terras para pecuária, e pela permanência de características rurais, expressas no contato direto da cidade com o espaço rural.

Segundo o último recenseamento do IBGE, o município possui uma população de 21.495 habitantes (Tabela 2) e taxa de crescimento populacional anual equivalente a 6,23.

TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DE PADRE BERNARDO

Homens	Mulheres	Urbana	Rural
11.066	10.429	13.272	8.223

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Os estabelecimentos agropecuários do município ocupam uma área equivalente a 204.292 hectares, divididos em lavouras permanentes, pastagens, matas e áreas não-utilizadas, conforme Tabela 3.

TABELA 3. ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

Lavouras permanentes e temporárias	Pastagens naturais e artificiais	Matas naturais e plantadas	Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas
7.783 ha	143.070 ha	25.614 ha	7.955 ha

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996.

A principal atividade econômica do município é a agropecuária. Na agricultura predomina o plantio de culturas de ciclo curto, como arroz, milho e feijão, destacando a cultura de mandioca. Na pecuária, utiliza-se a criação de gado bovino nos sistemas extensivo e semi-intensivo. Segundo o IBGE, em 31 de dezembro de 1995 havia 3.804 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários e 206 pessoas menores de 14 anos ocupadas na agricultura.

De acordo com dados do INCRA (SR-28), existem sete assentamentos no município de Padre Bernardo, conforme Tabela 4. Ao final de 2000, eram 100 assentamentos sob jurisdição da SR-28, com destaque para os municípios de Formosa, Padre Bernardo e Flores de Goiás, que juntos somam 40,01% dos assentamentos sob jurisdição da SR-28 no Estado de Goiás, e o município de Unaí, com 45,24% do total de assentamentos que estão sob jurisdição da mesma superintendência no Estado de Minas Gerais.

TABELA 4. ASSENTAMENTOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO

Assentamentos	Número de Famílias	Área (ha)
Água Quente	55	2.829,3041
Boa Vista	145	4.380,0339
Colônia I	23	598,4660
Colônia II	21	590,0000
Vereda I	70	2.063,7800
Vereda II	150	3.760,7900
Jacinto Durães	61	1.623,8200

Fonte: INCRA: Divisão de Suporte Operacional - DSO, 2003.

1.3. O Assentamento Vereda I

O assentamento Vereda I, criado pela Portaria INCRA/SR-28/DFE/nº. 0047/99, de 21 de dezembro de 1999, localiza-se no município de Padre Bernardo, Estado de Goiás, distante aproximadamente 60 km da sede do município e 150 km de Brasília.

Sua área total, com 2.063,7804 hectares (dois mil, sessenta e três hectares, setenta e oito ares e quatro centiares), consiste em terras do antigo imóvel "Fazenda Serra Feia", adquirido para fins de reforma agrária, com objetivo de assentar 70 famílias de agricultores sem terras. Possui um relevo, em sua maior parte, plano e suave ondulado, apresentando vegetação típica de cerrado e clima tropical úmido. Parte de sua área é banhada pelo córrego Água Quente.

O assentamento tem uma trajetória que se inicia em 1998, quando o município de Padre Bernardo foi palco de várias ocupações de terras, organizadas, principalmente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da região. A trajetória iniciada em 1998 apresenta as seguintes fases: movimentos de ocupação, acampamentos em fazendas da região e implementação oficial do assentamento. Em cada uma

dessas fases observa-se uma tipologia de moradia, assim como formas diferenciadas de espacialização (Fig. 2).



FIGURA 2. MORADIAS NO ASSENTAMENTO VEREDA I. NA FASE DA VIDA SOB AS LONAS, AS MORADIAS SÃO TEMPORÁRIAS, ORGANIZADAS EM NÚCLEOS. NAS FASES DE OCUPAÇÃO DAS CHÁCARAS, ESTAS SÃO ORGANIZADAS INDIVIDUALMENTE, CONSTRUÍDAS COM MATERIAIS LOCAIS E, POSTERIORMENTE, EM ALVENARIA.

Fonte: Arquivos do autor, 2001/2003.

Na fase de acampamentos predominaram barracos construídos de lona, dispostos em núcleos. Na fase de ocupação das *chácaras*,³⁹ embora ainda fossem encontrados barracos de lona, a maior parte das moradias foi construída com materiais encontrados na natureza. Moradias cujas paredes eram de paus roliços e pau-a-pique, com cobertura de fibras vegetais, foram implantadas individualmente nas *chácaras*, próximas ao traçado da picada⁴⁰ e não muito distantes do curso de água. Nessas fases, o método construtivo e os próprios barracos são, talvez, o mais forte símbolo da “temporalização do espaço” a que estas famílias estão submetidas.

*Precisei aprender a construir o barraco usando madeira branca, como pindaíba e mutamba. Não precisa tirar madeira boa não, porque aqui [no barraco] é tudo improvisado. Em dois anos já construí mais de 20 barracos. Tenho esperança de não mudar mais antes de ir pra casa definitiva.*⁴¹

³⁹ Segundo as famílias do assentamento Vereda I, “chácara é uma parcela de terra maior que um lote [urbano] e menor que uma fazenda”. No Vereda I as chácaras têm área uniforme: 20 hectares. Essa denominação é uma apropriação, ao que tudo indica, das chácaras localizadas no entorno de Brasília, onde muitos trabalharam como chacareiros.

⁴⁰ Atalho estreito, aberto no mato normalmente a golpes de facão (Aurélio - Séc. XXI).

⁴¹ Pereira et al. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vereda I*, 2001:23.

Na fase atual do assentamento, após o recebimento do Crédito Aquisição de Materiais de Construção,⁴² as moradias são construções térreas de porte pequeno a médio. A alvenaria dessas moradias foi executada em paredes de tijolos furados (25x20x10 cm), as quais, tanto as externas quanto as internas, apresentam tijolos à vista, na sua maioria. O telhado é em duas águas, com estrutura de madeira e telhas de fibro-cimento ondulado. As janelas e as portas externas são de metal, sem pintura. O piso foi executado em concreto rústico, na maioria dos casos. As moradias encontram-se implantadas individualmente nas *chácaras*, próximas ao traçado da estrada e dos vizinhos.

Em cada uma dessas fases, as famílias assentadas deixaram importantes lições: de conhecimento da natureza, de utilização do espaço construído e de relações sociais.

A área do assentamento pode ser classificada em três ecossistemas, como apresentado no Mapa 3. A primeira é a área de mata, caracterizada por grande teor de matéria orgânica e diversidade na fauna e flora; a segunda caracteriza-se pela transição mata-cerrado fechado, com predominância de Latossolos Vermelhos com baixa fertilidade natural dos solos, presença de cupinzeiros e escassez de água; e a terceira, por uma pequena faixa margeando o córrego Água Quente, apresentando manchas de mata ciliar, caracterizada pela transição campo-cerrado ralo.⁴³

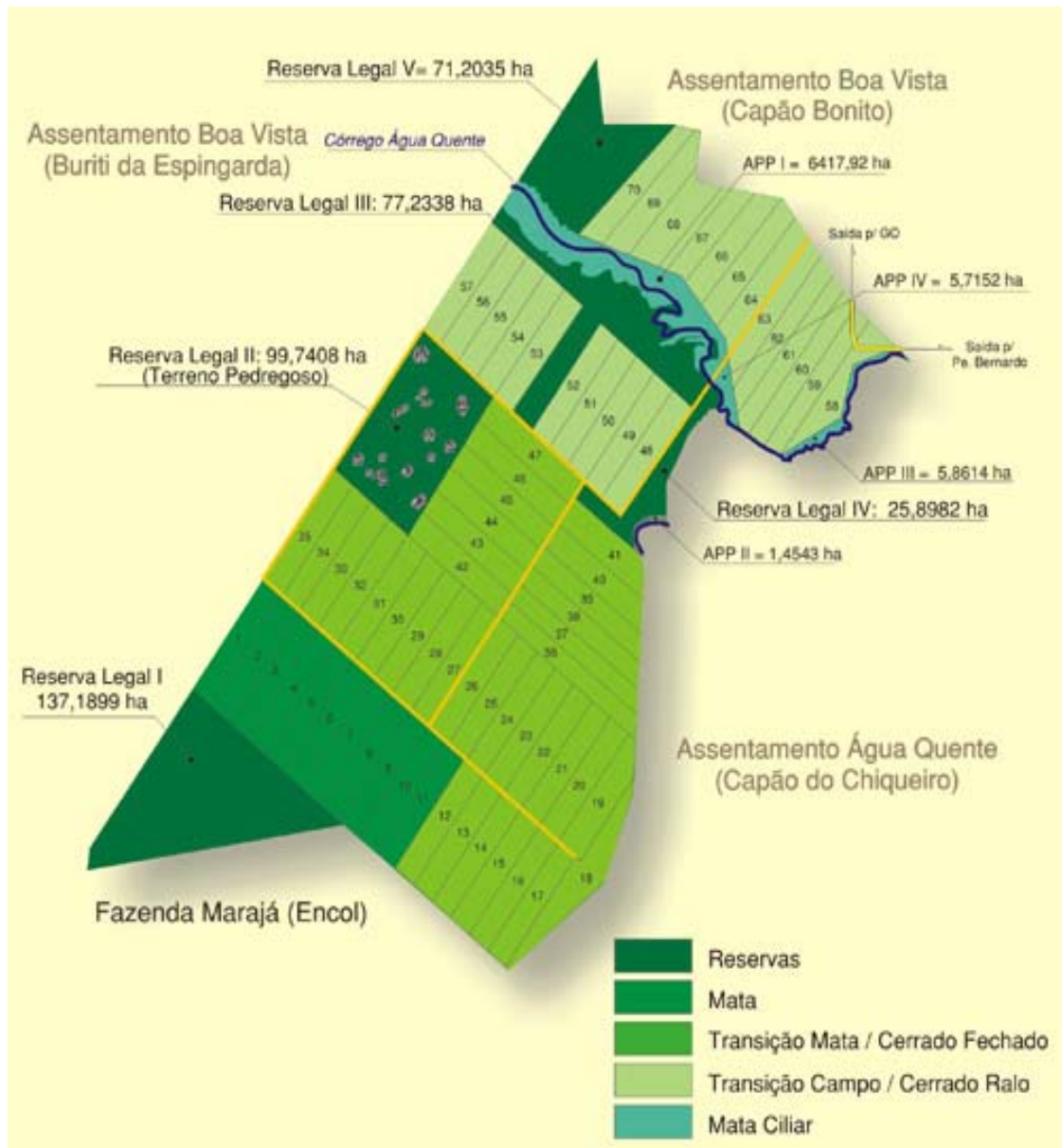
Há duas vias de acesso ao assentamento. A principal é pela rodovia Brazlândia - Padre Bernardo, atravessando o leito do córrego Água Quente, pois não há ponte. Por este acesso, do município de Padre Bernardo ao assentamento a distância é de aproximadamente 100 km. O outro acesso é pela estrada Anápolis - Padre Bernardo. Por este acesso, do município de Padre Bernardo ao assentamento a distância é de aproximadamente 54 km. Parte do acesso faz-se por rodovia pavimentada e parte por estrada não-pavimentada, o que dificulta a locomoção das famílias assentadas no período de chuvas. Os limites geográficos do assentamento são:

- A norte: assentamento Boa Vista (Buriti da Espingarda).
- A sul: fazenda Marajá (ENCOL).
- A leste: assentamento Água Quente (Capão do Chiqueiro).
- A oeste: assentamento Boa Vista (Buriti da Espingarda).

⁴² Os trabalhadores rurais assentados nos projetos de Reforma Agrária são beneficiados por dois segmentos de programas de financiamento: o Crédito de Instalação e o Crédito de Produção. Parte dos recursos do Crédito de Instalação, denominado Crédito Aquisição de Materiais de Construção, antigo Crédito Habitação, se destina a apoiar a construção da moradia. No Vereda I este recurso, liberado em novembro de 2001, foi de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por família.

⁴³ Pereira et al. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vereda I*, 2001.

MAPA 3. MAPA DO ASSENTAMENTO VEREDA I.



Fonte: Adaptado de INCRA/SR-28. Divisão Técnica - Seção de Cartografia e Recursos Naturais, 2003.

Capítulo Dois

A Moradia na História

No entanto, se é que existe tal referência a um passado histórico, a particularidade das tradições “inventadas” é que elas se ligam a ele de modo extremamente artificial.

Eric Hobsbawm

II. A MORADIA NA HISTÓRIA

Neste capítulo é apresentada a construção do quadro teórico que fundamenta este estudo. Através da análise bibliográfica são abordados conteúdos que possam auxiliar o estudo das moradias de povos antigos, enquanto manifestação cultural.

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira seção são descritas as tradições de alguns povos, dentre essas, suas edificações. Mostra-se que, entre os povos mais antigos, as construções de uso pessoal sempre foram muito efêmeras. Assim, rastros de estabelecimentos que se tornaram antigos com o passar dos anos raramente são originários dessas primeiras culturas. Muitos dos assentamentos, assim como as choupanas de povos que viviam como catadores, são de pouca duração como tais, mas duradouras como tipos, hábitos e tradições. Dessa forma, o que resta dessas culturas são modelos que podem estar em uso ainda hoje.⁴⁴ Na segunda seção a moradia é apresentada enquanto reflexo de uma cultura. Neste trabalho, a cultura é entendida como realização de certa civilização ou ainda atividade simbólica, que pode ser compreendida tanto como um modo de vida, em que se têm as idéias, atitudes, linguagem e ações, quanto uma série de práticas, entre elas a escrita, as construções, as edificações e assim

⁴⁴ Como exemplo de edifícios "primitivos" e "vernáculos" atuais, podemos citar "las cabañas de hierba, como las conocidas en el Neolítico, se usan todavía en Fiji, Nueva Guinea, América del Sur y otros lugares. Las viviendas del Neolítico europeo (sobre pilares en los lagos) parecen idénticas a algunas de Nueva Guinea y Sudamérica y hasta algunas que vi a la salida de Singapur" (Rapoport, 1972:27).

por diante. Assim, os espaços arquitetônicos são apresentados enquanto lugares significativos, espacializações da *praxis* social,⁴⁵ que revelam indicações sobre comportamentos e sobre relações sociais. Ou seja, a estrutura da habitação é descrita como um dos indicadores da formação social, enfatizando que relações sociais se expressam por meio de categorias espaciais.

Na última seção busca-se conhecer alguns aspectos das relações sociais cotidianas das famílias assentadas. Na reconstituição de seus modos de vida, essas famílias relatam fatos e relações de uma memória coletiva, progressivamente destruída. Contudo, nas experiências no assentamento, algumas práticas de solidariedade e sociabilidade, próprias de comunidades camponesas, estão sendo reconstruídas, como as relações de compadrio e vicinalidade.

2.1. Primeiras Construções

O homem primitivo buscava abrigo nas árvores, em seus galhos ou troncos. Porém, em algum momento na história da humanidade, começou a improvisar/construir sua própria “moradia” com materiais disponíveis localmente. Povos que até os nossos dias continuam a viver em condições muito próximas daquelas do tempo de sua evolução,⁴⁶ praticamente com a mesma economia, normalmente guardam seus primeiros hábitos construtivos. Essas práticas construtivas são conhecimentos que se transmitem, geralmente, de geração para geração. São tradições nas quais as edificações começaram a ter um caráter permanente.

Conicionados pela cata, povos que vivem como catadores praticamente não conhecem outra forma de edificação que não a choupana. Esta resiste fortemente ao tempo em sociedades orientadas pelas tradições. Isso explica a estreita relação entre a forma da moradia e a cultura da qual faz parte, como também porque algumas formas persistem durante longos períodos de tempo. Nas sociedades denominadas primitivas, “todas las viviendas son básicamente idénticas”.⁴⁷ Os parentes do povo semang, em Málaca, descritos por Cornell,⁴⁸ levam uma “vida errante” entre as pousadas na selva enquanto catam raízes, nozes e frutas e capturam pequenos animais selvagens. Param no máximo três ou quatro dias em cada pousada, até que os frutos sejam colhidos. Em cada lugar fazem uma choupana fácil de ser reerguida, caso tenha sido derrubada entre as visitas. As mães levantam um tapume inclinado de varas armadas tanto

⁴⁵ Neste sentido, a moradia encontra-se no centro da relação espaço-sociedade.

⁴⁶ Através da história, a moradia se vai estruturando num sentido ascendente, ao compasso da evolução também ascendente da civilização.

⁴⁷ Rapoport, A. *Vivienda y cultura*, 1972:14.

⁴⁸ Cornell, E. *A arquitetura da relação cidade-campo*, 1998.

na horizontal como na vertical. A parte externa é coberta de baixo a cima com folhas de palmeira bem compactadas. Sob o tapume armam um catre de bambu sustentado por forquilhas e paus. Conforme a direção do vento e da chuva, podem mudar o tapume de posição.

Segundo o mesmo autor, as tribos moré e siriono, que habitam a divisa da Bolívia com o Paraguai, vivem em condições bastante semelhantes, construindo o mesmo tipo de choupana (Fig. 3). Toda construção é também uma construção social. Todas as



FIGURA 3. ACAMPAMENTO DO POVO MORÉ, BOLÍVIA.
Fonte: Cornell. E.. 1998:2.

moradias reunidas representam algo mais que uma simples conjugação de casas. Cada lugar de pouso tem seu caráter social próprio, por mais curto que seja o seu tempo de uso. As maneiras de dispor cada moradia ou agrupamentos de moradias podem variar de lugar para lugar, mas seguem, de um modo geral, costumes bem definidos. Pode-se tratar de distância e de disposição, do posicionamento em relação ao terreno, ao sol, ao clima ou aos cursos d'água. Na acepção de Cornell, como catadores, os homens fazem duas descobertas fundamentais: "a construção de casas e a construção social".⁴⁹

Enquanto os homens continuam com o mesmo tipo de economia, modificam muito lentamente os seus hábitos de construção. Aqueles que vivem vida de catadores fazem variar suas habitações e lugares de pouso, mas conservam o tipo básico. Trocar as formas de subsistência é, portanto, mudar o modo de vida. E os hábitos de construção fazem parte do modo de vida. Mesmo que a forma de garantir a subsistência conduza à mudança, é a mudança cultural que possibilita a nova forma de existência, dando-lhe conteúdo e caráter.

Como tudo o mais, os hábitos de construção fazem parte do próprio modo de vida. Cada povo, cada tribo que rompe com a vida de catador aprende a direcionar toda a sua construção de moradias e de assentamentos no sentido da nova forma de economia e aprende, ao mesmo tempo, a considerar as novas possibilidades do ambiente em que acampa, em que percorre ou em que fixa moradia. Entretanto, traços comuns podem ser observados. Os tapumes nos lugares de pouso, que os catadores mantêm independentemente do quanto se mudam, são transformados em quase todos os lugares em cabanas agrupadas. Mudam as edificações também por aprenderem a manusear outros materiais, não só madeira, mas também pedras, barro e torrões e tudo que se possa encontrar.

Os povos que se dedicam a colheitas podem-se estabelecer por tempo maior do que quando eram catadores. Sua vida pode assumir uma primeira tendência de se estabilizar em

⁴⁹ Cornell, E. *A arquitetura da relação cidade-campo*, 1998: 4.

assentamentos mais duradouros. Aqueles povos que passam a se dedicar à caça movem-se mesmo não necessitando mudar tanto como antes.

Os lapões, assim como os esquimós, habitam a calota polar norte. Ambos vivem em ambientes geográficos muito semelhantes, dispendo de flora e fauna também semelhantes. Portanto, era de se esperar que encontrassem as mesmas respostas culturais para a sobrevivência nesse ambiente. Mas isso não ocorre. Os lapões vivem em tendas de peles de rena. Quando desejam mudar os seus acampamentos, desmontam as tendas, retiram o gelo que acumulou sobre as peles, secam estas e as transportam para o novo sítio. Em compensação, “os lapões são excelentes criadores de renas, enquanto tradicionalmente os esquimós limitam-se à caça desses mamíferos”.⁵⁰

Durante muitos séculos os esquimós desenvolveram construções apropriadas ao ritmo anual da caça nas geleiras árticas. Os esquimós erqulikes, mencionados por Cornell,⁵¹ moram durante o verão em tendas de pele sobre armação de madeira em forma cônica. Para que a tenda seja protegida de ventos e chuva, os esquimós constroem duas paredes de pedras chatas, formando uma choupana por fora daquela de pele. Durante as andanças no inverno, quando os esquimós caçam as focas, levam as tendas consigo. Ali não dispõem de nada, além de gelo e neve para proteger a tenda. Com esse material fazem seus iglus (Fig. 4).

A neve é usada também como argamassa, ligando os blocos assentados numa espiral que vai-se encolhendo no topo. Quando os esquimós erguem a tenda de peles dentro da cabana de neve não necessitam de nenhuma armação de madeira. A tenda é dependurada em correias, enfiadas em pequenos orifícios feitos na neve e fixadas no lado de cima com pequenos pedaços de osso.

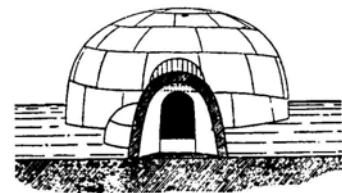


FIGURA 4. CABANA DE NEVE EM INUIT.
Fonte: Cornell, E., 1998:6.

Para povos caçadores, mudar não constitui um hábito geral. Algumas tribos mantêm rígidas regras sobre como configurar seus assentamentos. Bem claras são as determinações quanto aos hábitos dos cheyennes, durante o século XIX.⁵² Ordenam as suas *tipis* em grandes e rigorosos círculos, segundo tradições e posição social, com um grande lugar aberto ao meio para encontros e outras conveniências coletivas. Costumes muito mais rituais do que estéticos. Com isso, os hábitos são nitidamente formalizados, como tantos outros, além das necessidades puramente materiais.

⁵⁰ Laraia, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*, 1993:22.

⁵¹ Cornell, E. *A arquitetura da relação cidade-campo*, 1998.

⁵² *Op. cit.*, p. 8.

Povos lavradores ligam sua existência ao uso da terra. Podem construir suas comunidades nos lugares onde permanecem por anos. Aproximam sua construção decisivamente em direção a hábitos permanentes. Os borós, os uaupés e outras tribos da região amazônica⁵³ vivem mais da agricultura. Abrem clareiras na selva para plantar feijão, mandioca e milho. Mudam-se somente cada três ou quatro anos, para então abrir novas clareiras e ligar-se com relativa perenidade ao novo lugar. De uma fase anterior, como catadores, herdaram o hábito de construir choupanas-tapume.

Como lavradores, em que grupos de parentes podem cooperar tanto na lavoura como nas construções, criam algo novo. Dois enormes tapumes são apoiados um no outro. O telhado-tapume ficou maior e mais resistente, podendo abrigar uma família ou toda uma comunidade com específicos hábitos de construção (Fig. 5). Povos podem passar diretamente da vida de catadores para a de lavradores ou de nômades, que se dedicam à criação de animais, ou darem mesmo saltos maiores. Para o seu desenvolvimento, a cultura não conhece etapas definidas, como acontece na natureza.



FIGURA 5. MORADIA DOS UAUPÉS.
Fonte: Cornell, E., 1998:9.

Uma cultura não evolui em si, mas em ação recíproca com os homens. Uma das tradições de construção mais antiga é encontrada entre povos pastores no Iraque, em que

*arcos feitos com molhos de canas prendem canas transversais, colocando tapetes como revestimento. As choupanas mais comuns atingem a altura de um homem, mas algumas casas de hóspedes, mudif, são feitas com uma altura três vezes maior. Em tamanhos variados esse tipo de moradia vem sendo construído há pelo menos seis mil anos.*⁵⁴

Uma das mais frágeis habitações é a tenda dos nômades (Fig. 6). O material varia, podendo ser de feltro, tecido de lã de cabra, pêlo de camelo, variando também a forma e as proporções, porém o frágil objeto atravessa os séculos. Quando da mudança de um lugar para outro, armam as tendas com a abertura contra o vento, sobre hastes verticais de madeira fincadas com cordas em diagonal e presas a paus fincados na areia.



FIGURA 6. TENDA PORTÁTIL.
Fonte: Rapoport, A., 1972:42.

Essas tendas simples atravessam os séculos sem mudar, muitas vezes tecidas no mesmo tear primitivo de outrora. Em cada lugar de pouso, têm o mesmo tamanho para cada

⁵³ Cornell, E. *A arquitetura da relação cidade-campo*, 1998:10.

⁵⁴ *Idem*, 1998: 11.

família. Em grande parte, a forma de subsistência é comum a todo o parentesco, dando ao trabalho doméstico condições semelhantes.

Da mesma forma, permaneceram inalterados os hábitos da construção de pastores e carvoeiros nas regiões ao redor de Roma e no sul da Itália. *Capanna* é a denominação da grande choupana de capim construída por estes. Inclina hastes em círculo, amarrando-as no topo. Um pouco antes do encontro das hastes com o solo, enfiam postes nos quais fixam varas finas e flexíveis, formando uma parede. Nessa parede fixam varas transversais, colocando capim da parede até o topo, ou até a cumeeira, se a *capanna* for do tipo alongado.⁵⁵ Construções circulares também são encontradas na Serra do Caldeirão, na povoação da Mealha. Estas construções são feitas com paredes em xisto, cuidadosamente compostas, em média com 0,50 metros de espessura e com dimensões até seis metros de diâmetro por 2,5 metros de altura, formando cabanas de cobertura cônica e cobertas com materiais vegetais, em colmo ou junco da ribeira.

Trata-se de um elemento de construção tradicional, sendo provável que a sua origem remonte aos primórdios da arquitetura habitacional. Essas construções circulares são atualmente utilizadas pelas populações locais como “palheiros” (Fig. 7), local onde se armazena palha ou feno para o gado. Estudos realizados por Oliveira et al.⁵⁶ revelam que está na memória dessas populações sua utilização como moradia. Para os camponeses que habitam o interior das ilhas Celebes, a

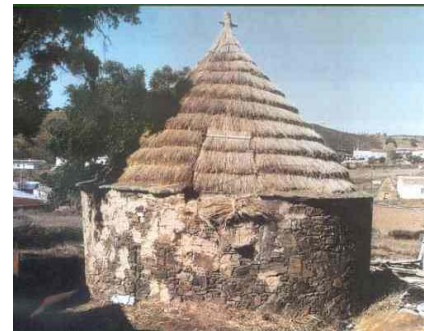


FIGURA 7. CONSTRUÇÕES CIRCULARES, ATUALMENTE USADAS COMO “PALHEIROS”.
Fonte: Oliveira. E. V. et al. 1988:127.

condição determinante para suas construções e para a sua construção social era o fato de estabelecerem-se durante a maior parte do ano nas terras de uso da família, do parentesco, da tribo. A nova base do desenvolvimento e da conformação, tanto de moradias como da sociedade desses grupos, é a perenidade da habitação. Acrescentam novos traços aos velhos tipos de habitação, proporcionando novas formas de uso. Como observa Cornell,

muitas tribos no Camerun erguem suas casas com o barro de suas terras. Conformam-nas com paredes circulares sobre as quais pousam uma cúpula ou um cone feitos de varas e capim. Alguns constroem as paredes sob forma de cone. Valem-se de porções de barro ao qual juntaram capim e ligantes vegetais, fazendo toda a construção sob forma de cúpula. Essa casca de barro é cozida pelo sol tropical, formando um enorme recipiente cerâmico.⁵⁷

⁵⁵ Cornell, E. *A arquitetura da relação cidade-campo*, 1998:11.

⁵⁶ Oliveira, E. V.; Galho, F. e Pereira, B. *Construções primitivas em Portugal*, 1988.

⁵⁷ Cornell, E. *A arquitetura da relação cidade-campo*, 1998:14-15.

Do ponto de vista deste estudo, a linha geral do processo foi determinada pelos tipos de ajustamento dos grupos ao meio. Esta linha é estabelecida e seguida nos estudos de Schoenauer,⁵⁸ partindo de uma classificação utilizada por Gabriele Schwarz para estudar a hierarquia na tipologia de moradias indígenas pré-urbanas.

O sistema de classificação proposto abrange seis categorias, da moradia transitória à permanente. A primeira, denominada “vivienda efímera o transitória”, constitui a moradia de famílias nômades, de economia baseada na caça e na coleta. A segunda o autor designou de “vivienda transitória o temporalmente irregular”, pertencente a grupo social cuja economia estava baseada em práticas de pastoreio e formas primitivas de cultivo. “Vivienda periódica o temporalmente regular” é a terceira categoria, que corresponde à moradia de sociedades tribais, cuja economia está baseada no pastoreio. A quarta, “viviendas estacionais”, corresponde às moradias de sociedades tribais de vida seminômade, cuja economia está baseada tanto no pastoreio quanto em cultivos marginais. O quinto tipo de moradia é classificado como “viviendas semipermanentes”, habitadas por comunidades sedentárias de camponeses que praticam o cultivo de subsistência. A última categoria são as “unidades habitacionais permanentes”, pertencentes a comunidades agrícolas que possuem uma organização social e política, como a de uma nação, e uma economia agrícola de excedentes.⁵⁹

O estudo da hierarquia dos tipos de moradias pré-urbanas, segundo o mesmo autor, comprova que o espaço construído, ao longo do tempo, caracterizou-se como resposta não só a um conjunto de forças intrínsecas de tipo físico, mas, principalmente, como reflexo determinante de ordem cultural, econômica e social.

As moradias constroem-se ou reconstroem-se segundo modelos tradicionais. É um setor em que, mais do que em qualquer outro, se faz sentir o peso do precedente. Essa permanência é ainda mais acentuada nos camponeses de todo o mundo. Analisar, a partir da sua estrutura de madeira, uma casa de camponês pobre, de caboclo, “é dispor de um documento sem idade”.

Onde não há madeira suficiente, a terra, a argila, a palha são o único recurso. Perto da Goa portuguesa, em 1639, as casas são todas de palha e pequenas, sem outra abertura a não ser uma porta estreita e baixa. Os móveis consistem apenas numas esteiras de junco nas quais as pessoas se deitam para dormir ou tomar as refeições. (...) Besuntam as casas com bosta de vaca porque acham que isso afasta as pulgas.⁶⁰

⁵⁸ Schoenauer, N. *6000 años de habitat*, 1984:12-13.

⁵⁹ *Op. cit.*, p. 13.

⁶⁰ Braudel, F. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, 1995:243.

Partindo-se do princípio de que moradias são artefatos, e que artefatos são objetos legítimos para o estudo das populações que os criaram, uma moradia, seja ela qual for, não pára de testemunhar a lentidão de civilizações, de culturas obstinadas em conservar, em manter, em repetir, em criar.

2.2. Moradia: cultura e identidade

Originalmente estudada no campo da antropologia, que se firmou através da observação e do registro de sociedades denominadas exóticas ou tradicionais, é bastante freqüente a dificuldade em definir *cultura*, devido especialmente à histórica diversidade de significados que é dada à palavra. Esta pode ser entendida como realizações de certa civilização ou, ainda, atividade simbólica. Contudo, pode-se dizer que cada uma das tentativas em definir cultura nasce da necessidade de respostas às mudanças históricas e que pode ser entendida tanto como um modo de vida, em que há idéias, atitudes, linguagem e ações, quanto uma série de práticas culturais, entre escritas, construídas e assim por diante. Etimologicamente, como demonstrado, nota-se a recorrência dos dois termos da oposição material/simbólico presentes na palavra.

No final do século XVIII e início do século XIX, o termo alemão *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo.⁶¹ Elias assinala que palavras como *Civilization* ou *Kultur* são compreensíveis no emprego interno da sociedade a que pertencem. O conceito francês e inglês de civilização pode-se referir a fatos políticos, econômicos, religiosos, técnicos, morais ou sociais. Entretanto, o conceito alemão de *Kultur* refere-se, por um lado, a fatos intelectuais, artísticos e religiosos, relacionando-os a fatos políticos, econômicos e sociais, por outro lado. Ainda, segundo Elias, os conceitos de *Kultur* e *Civilization* são comuns a povos inteiros ou, em alguns casos, representam apenas certas classes. Entretanto, são usados “por e para povos que compartilham uma tradição e situação particulares”, povos “que compartilham experiências, que falam a partir da mesma tradição e da mesma situação”.⁶² Ambos os conceitos foram sintetizados por Edward Tylor no vocábulo inglês *Culture*, que

⁶¹ Laraia, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*, 1993.

⁶² Elias, N. *O processo civilizador*, 1994: 26.

*tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.*⁶³

Na sua forma substantiva, o termo cultura, de acordo com Bosi,⁶⁴ aplica-se tanto às labutas do solo quanto ao trabalho feito pelo ser humano desde a infância, vertendo, nesta última acepção, ao grego *paideia*: ideal pedagógico voltado para a formação do adulto na *polis* e no mundo. No seu significado mais geral, cultura é “(...) o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”.⁶⁵

O termo “culturas brasileiras” é empregado pelo autor como consequência da diversidade cultural do país, expressiva das múltiplas tendências. No entanto, cada uma destas “culturas” tem como referência a vida material e simbólica de um grupo específico, os modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social. No conceito mais restrito, cultura se refere ao mundo da produção escrita provinda, de preferência, das instituições de ensino e pesquisa superiores. O que caracteriza a cultura extra-universitária é o seu caráter difuso, “mesclado intimamente com toda a vida psicológica e social do povo”. No mundo extra-universitário, os símbolos e os bens culturais não são objeto de análise ou de interpretação sistemática. Eles são *vividos* e pensados, esporadicamente, mas não tematizados em abstrato.⁶⁶

A cultura erudita brasileira, centralizada no sistema educacional, é vista enquanto herança de valores e objetos compartilhados por um grupo humano relativamente coeso, em nível das idéias. Em contraposição, a cultura popular, iletrada, corresponde aos *mores* materiais e simbólicos do homem “rústico”, sertanejo ou interiorano, e do “homem pobre suburbano”.⁶⁷

Ainda em relação à cultura popular, segundo o mesmo autor, não há uma separação entre uma esfera puramente material da existência e uma esfera espiritual ou simbólica. Sua matéria-prima é o cotidiano físico, simbólico e imaginário do homem brasileiro, em que teores e valores são mesclados, implicando modos de viver: a moradia, o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, as palavras tabus, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo.⁶⁸ Essa enumeração, que passa do material ao simbólico e

⁶³ Laraia, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*, 1993: 25.

⁶⁴ Bosi, A. *Dialética da colonização*, 1992.

⁶⁵ *Idem*, p. 324.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 320.

⁶⁷ Bosi, A. *Dialética da colonização*, 1992.

⁶⁸ *Op. cit.*, p. 324.

volta do simbólico ao material, tem a intenção de deixar clara a indivisibilidade, no cotidiano do “homem rústico, de *corpo e alma*, necessidades orgânicas e necessidades morais”.⁶⁹

Apoiando-se em Weber, segundo o qual “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, Geertz define a cultura como “essas teias e suas análises”.⁷⁰ Defende o conceito de cultura semiótico, enquanto uma ciência interpretativa, à procura de significados. Na análise de Geertz, enquanto sistemas “entrelaçados” de signos passíveis de interpretação, a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos. A cultura é

*um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade. Compreender a cultura de um povo expõe a normalidade sem reduzir sua particularidade.*⁷¹

No estudo da cultura, segundo o mesmo autor, os significantes são atos simbólicos ou conjunto de atos simbólicos, e o objetivo é a análise do discurso social. Aproximando-se do pensamento de Bosi, para Geertz, têm-se as idéias, os valores, os atos, até mesmo as emoções, como produtos culturais.

Para compreender as diferentes significações da moradia, foram investigados tanto o campo material quanto o simbólico da cultura. A procura das relações entre objetividade/materialidade e subjetividade nos estudos sobre cultura, principalmente na antropologia, tem privilegiado os sistemas simbólicos ou significativos. Isso não significa privilegiar um dos termos, mas sim, como afirma Sahlins,⁷² transcender à contradição simbólico/real e à descontinuidade subjetivo/objetivo. Essa mediação é realizada pela cultura, enquanto uma estrutura simbólica. Compreende-se que através da cultura conferem-se significados aos mais diversos elementos presentes em cada sociedade. Assim, podem-se “ler” significados através de símbolos, que são construídos pela ação humana num processo de permanente transformação.

Analisando a relação entre a objetividade e a subjetividade, Sahlins faz uma crítica ao raciocínio econômico racional, objetivo e prático, mostrando que essa forma de pensamento não é única. Na sua concepção, não costuma se perceber que cada escolha é tornada racional por uma seleção cultural que a antecede e a comanda. O que faz de um objeto uma utilidade não é uma propriedade do objeto que atende a uma necessidade prática, mas sim uma significação

⁶⁹ Bosi, A. *Dialética da colonização*, 1992: 324.

⁷⁰ Geertz, C. *A interpretação das culturas*, 1973.

⁷¹ *Idem*, p. 24.

⁷² Sahlins, M. *Cultura e razão prática*, 1979.

atribuída àquelas qualidades objetivas. Para exemplificar, Sahlins se fundamenta em Marx, que usa como objeto a moradia, demonstrando que

(...) o valor de uso não pode ser compreendido especificamente ao nível natural de “necessidades” e “desejos” - precisamente porque os homens não produzem simplesmente “habitação” ou “abrigo”: eles produzem unidades de tipos definidos, como uma cabana de camponês ou o castelo de um nobre. Essa determinação de valores de uso, um tipo específico de construção habitacional como um tipo específico de lar, representa um processo contínuo de vida social na qual os homens reciprocamente definem os objetos em termos de si mesmos e definem-se em termos de objetos.⁷³

As culturas convivem entre si no tempo e no espaço, penetrando umas nas outras. Não vivem simplesmente uma após outra. Os povos criaram culturas independentemente uns dos outros. Ao mesmo tempo, cada cultura, cada povo e cada época apresentaram particularidades, inovações, independentemente de estas terem sido mais ou menos consideradas.

Todo espaço construído é imagem de nossa cultura. Os ambientes arquitetônicos e também os urbanos e rurais criados pelo homem são a expressão de processos culturais que permitem revelar diferenças entre os povos, expressos nas formas de organização do espaço. Seja numa cidade ou numa moradia, as dimensões da cultura estarão presentes, explícitas ou não, seguindo uma linguagem. A humanidade tende a identificar sua própria imagem àquela do espaço que ela habita. Os espaços arquitetônicos são sempre lugares significativos, porque são as espacializações da *práxis* social e, assim, revelam indicações sobre comportamentos e sobre relações sociais.⁷⁴

Embora nem todas as formas e unidades de integração social sejam, ao mesmo tempo, unidades de habitat e de moradia, todas podem ser reconhecidas por determinados tipos de organização no espaço. Trata-se de “unidades de seres humanos” que mantêm relações entre si, ligados uns aos outros por uma rede de interdependências.⁷⁵ Sob este aspecto, poder-se-ia definir que “a todas as reuniões de seres humanos corresponde uma certa organização do espaço” que lhes permite organizarem-se na totalidade ou por unidades.⁷⁶

Por esse motivo, o reflexo de uma sociedade no espaço, o tipo de organização espacial que adota, representa, de maneira concreta, suas características particulares. Considerada sob esse ângulo, a habitação dos homens de corte, descrita por Elias,⁷⁷ fornece uma visão de algumas das relações sociais características dessa sociedade. Esse fenômeno social torna-se

⁷³ Sahlins, M. *Cultura e razão prática*, 1979:188.

⁷⁴ Malard, M. L. *O método em arquitetura: conciliando Heidegger e Popper*, 2001.

⁷⁵ Elias, N. *A sociedade de corte*, 1987: 20.

⁷⁶ *Op. cit.*, p. 20.

⁷⁷ *Idem*, 1987.

evidente ao se considerarem as denominações dos vários tipos de moradias existentes nessa sociedade hierarquizada.

'As habitações têm diferentes nomes consoante o estado de quem as ocupa. Diz-se a "casa" de um burguês, o hôtél de um grande, o palácio de um príncipe ou de um rei'. Dava-se também este nome às sedes dos tribunais superiores, visto que, afinal, eram a extensão das dependências da casa real. Pouco a pouco, a palavra passou a designar também as residências do alto clero. 'Com esta exceção - afirma a Enciclopédia - nenhuma pessoa, seja de que estado for, tem o direito de inscrever a palavra palácio sobre o portal da sua residência'.⁷⁸

Nessa sociedade absolutista, o palácio de Versalhes, residência da corte régia, da nobreza francesa e do rei, simboliza, de certo modo, o apogeu. Todavia, não é possível compreender a função do palácio de Versalhes se o encararmos como uma unidade isolada. A análise da planta permite constituir uma idéia sobre as funções atribuídas aos diversos locais e à parte central do edifício. Quando se examina a vida e a atividade que tem lugar nos dois pátios de serviço, por exemplo, nota-se a abundância de pessoal e a variedade de tarefas típicas das exigências, dos gostos, das necessidades culturais desta sociedade. A disposição dos compartimentos, que prevê para cada câmara uma ou mais antecâmaras, é a expressão da "vizinhança", desse contato íntimo acompanhado de uma grande distância entre duas camadas sociais.

A posição do homem e da mulher nesta sociedade pode ser caracterizada pela separação absoluta dos respectivos quartos e zonas privadas. A distância que separa os apartamentos privados permite avaliar a natureza das relações conjugais dos seus ocupantes. Os cônjuges representavam a sua "casa" perante os outros. Portanto, a planta da casa senhorial constitui um reflexo desse tipo de casamento. Sob esta ótica, o espaço doméstico dos grandes senhores e das grandes senhoras do antigo regime reproduz a natureza da *teia de relações* em que estavam envolvidos. O caráter de suas relações com a criadagem fica em destaque através do isolamento dos locais agrupados em torno dos pátios de serviço e da existência de antecâmaras. A disposição dos salões e das salas de recepção reflete a inserção nesta "sociedade". O fato de os "locais sociais" estarem situados na parte central do rés-do-chão, a zona mais representativa do edifício, e de ocuparem uma área maior que a dos dois apartamentos privados juntos demonstra o papel primordial que a "sociedade" tem na vida destes homens e destas mulheres.⁷⁹

⁷⁸ Elias, N. *A sociedade de corte*, 1987: 28.

⁷⁹ *Idem*, p.28.

A residência da nobreza de corte do antigo regime denominava-se, conforme a posição social do seu proprietário, “hotel” ou “palácio”. Às diferentes funções sociais correspondem as diferentes soluções arquitetônicas das moradias. As camadas sociais “inferiores”, segundo Elias, não têm necessidade de se “representar”, pois não possuem deveres de classe. O aspecto de suas habitações é determinado por estruturas que não estão, obrigatoriamente, ausentes nas demais. Valores utilitários como o conforto e a solidez são evidenciados claramente nestas habitações. A preocupação “econômica é patente no aspecto exterior” delas.⁸⁰

A construção de uma moradia é uma manifestação cultural, porque sua forma e sua organização são influenciadas pelo meio cultural a que pertence. O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manifestação criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções.⁸¹

Na maioria dos casos, as diferenças existentes entre os homens não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu conjunto de elementos biológicos ou pelo seu meio ambiente. Portanto, as diferenças entre os tipos de moradias de áreas distintas constituem a evidência das diferenças na cultura, nos ritos, nos modos de vida e organização social, no clima, na paisagem, entre outros fatores (Fig. 8).

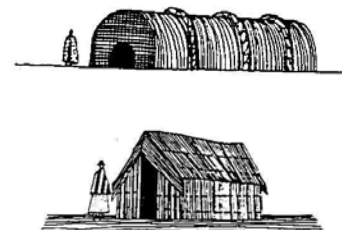


FIGURA 8. MORADIAS QUE UTILIZAM O MESMO MATERIAL, JUNCO. ACIMA, LAGO TITICACA, PERU. ABAIXO, FRONTEIRA DO IRAQUE COM O IRÃ.
Fonte: Rapoport, A., 1972:42.

Utilizando os mesmos materiais, as técnicas revelam diferenças na construção, evidenciando as necessidades e os desejos do grupo. Como diz Rapoport,

*o ambiente procurado traduz numerosas forças sócio-culturais, que compreendem as crenças religiosas, a estrutura da família e do clã, o modo de se ganhar a vida e as relações sociais entre os indivíduos. Eis porque as soluções são muito mais variadas que as necessidades biológicas, os meios técnicos e as condições climáticas.*⁸²

Por meio da estrutura espacial da moradia, podem-se evidenciar as condições materiais de existência de determinado grupo. Entretanto, a sua expressão física como um todo reflete igualmente a identidade cultural desse grupo social. É também através da relação com a cultura, da qual o ambiente construído é expressão privilegiada, que o ser humano se reconhece e se

⁸⁰ Elias, N. *A sociedade de corte*, 1987: 34.

⁸¹ Laraia, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*, 1993.

⁸² Rapoport, A. *Vivienda y cultura*, 1972:65.

expressa, tanto individual quanto coletivamente, donde se apreende o papel estruturante do ambiente construído na organização social e nas relações entre os seres humanos.

2.3. Relações de Sociabilidade

Embora a modernidade surja na consciência social no século XVIII, no mundo ocidental, apenas no século XIX é que encontra sua explicação sociológica inicial. Todavia, o tema ainda é reconhecido, por alguns, como o moderno em oposição ao tradicional. Essa interpretação relega ao passado aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade, como as tradições dos povos migrantes, a cultura popular e outros. Segundo Martins, estas

seriam manifestações anômalas⁸³ e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização.⁸⁴

Como categoria sociológica, Simmel designa a sociabilidade como a *forma lúdica da sociação*, sendo sua relação com a sociação concreta, determinada pelo conteúdo. Esta diz respeito às regras sociais e aos valores que orientam as relações entre pessoas, grupos ou pequenas comunidades, expressos nas diferentes formas de ajuda mútua, solidariedade, contratos, entre outros.

Sociedade, em geral, se refere à interação entre indivíduos. Interação essa que surge, quase sempre, em função de certos propósitos, em que se desenvolvem os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. A coesão dos grupos humanos depende das relações sociais e da coerência das representações coletivas ou culturais. A sociedade, para Simmel,⁸⁵ só é possível pela existência das formas de sociabilidade, condições formais *a priori* que tornam possível sua existência. A sociabilidade, em suas várias formas de se manifestar, depende inteiramente das pessoas entre as quais ocorre. Seu objetivo é o sucesso do momento sociável e, também, a lembrança deste.

A análise sociológica de Simmel se detém, sobretudo, na interação ou na relação de reciprocidade que pode ligar os indivíduos. Nesses termos, a sociedade só é possível como resultante das ações e reações dos indivíduos entre si, isto é, por suas interações. O processo

⁸³ O conceito de anomia foi criado por Durkheim para designar, no plano das representações, a desagregação dos valores e a ausência de referências, de normas. No plano das relações humanas, designa a desagregação do 'tecido' de relações sociais.

⁸⁴ Martins, J. de S. *A sociabilidade do homem simples*, 2000:18.

⁸⁵ Simmel, G. *A metrópole e a vida mental*, 1979.

básico de sociabilidade é constituído pelos impulsos dos indivíduos, interesses e objetivos, bem como pelas formas que essas motivações assumem. O espaço, no seu sentido sociológico, é uma das condições de sociedade e, nesses termos,

a interação converte o espaço, antes vazio, em algo cheio para nós, já que faz possível a relação. Assim, ao procurarmos conhecer as formas de sociabilidade, temos de inquirir a importância que as condições espaciais de uma sociabilidade têm no sentido sociológico, para suas qualidades e desenvolvimento.⁸⁶

Nas relações sociáveis, posição social, méritos e capacidades excepcionais não devem representar qualquer papel na sociabilidade. A manifestação de vocações pessoais se opõe ao propósito maior da sociabilidade. A discricção, que é a condição primeira da sociabilidade, no que diz respeito ao comportamento de uma pessoa em relação a outras, é exigida com respeito à relação consigo mesmo. Dessa maneira, Simmel nos fala dos “limiars superiores e inferiores” de sociabilidade do indivíduo.

Esses limiars são transpostos quando os indivíduos interagem motivados por propósitos e conteúdos objetivos e quando seus aspectos subjetivos e inteiramente pessoais se fazem sentir. Em ambos os casos, a sociabilidade deixa de ser o princípio formativo e central de suas sociações e se torna, no melhor dos casos, uma conexão formalista e superficialmente mediadora.⁸⁷

O princípio da democracia deve ser a estrutura de toda sociabilidade. Entretanto, seu caráter democrático só pode se realizar no interior de um dado segmento social, pois sociabilidade entre membros de classes sociais muito diferentes é conflitante. O tipo de interação que a sociabilidade requer é a *interação entre iguais*, em que cada um deve obter valores de sociabilidade para si mesmo apenas se os outros com quem interage também os obtêm.

A evolução das sociedades parece um processo de emergência de necessidades, renovadas e multiplicadas, em que se têm os recursos também renovados e multiplicados para satisfazê-las, resultando em alterações dos vínculos entre homem e meio natural. Esses vínculos resultam numa solidariedade em que as diferenças desaparecem, e o meio vai se tornando reflexo da ação do homem na dimensão do tempo. O tempo como duração social acrescenta ao espaço a história dos grupos, evidenciando diferentes aspectos da solidariedade destes. Cândido assinala que

⁸⁶ Simmel, G. *A metrópole e a vida mental*, 1979;24.

⁸⁷ Simmel, G. *Georg Simmel: sociologia*, 1983:171.

o espaço se incorpora à sociedade por meio do trabalho e da técnica, que o transformam sem cessar e o definem, por assim dizer, a cada etapa da evolução, fazendo com que 'o mundo sensível (possa ser concebido) como a atividade sensível total e viva dos indivíduos'.⁸⁸

A obrigação recíproca, elemento integrante da sociabilidade dos grupos, adquire consciência de unidade e funcionamento. Para exemplificar, Cândido descreve o *mutirão*⁸⁹ enquanto prática tradicional de trabalho recíproco, uma das manifestações mais importantes da sociabilidade na sociedade caipira. Na expressão de Franco, o mutirão é visto enquanto ação integradora, que, “mediante obrigações tácitas de contraprestação, regenera os laços de solidariedade, imprescindíveis para preservação de sociedades restritas”.⁹⁰

A existência de todo grupo social pressupõe relações em que o significado precede o conhecimento compartilhado entre os sujeitos, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação, não há reciprocidade. A significação da ação é, de certo modo, negociada pelo grupo. No entanto, não é necessário que haja significações preestabelecidas para que a interação aconteça.

⁸⁸ Cândido, A. *Os parceiros do Rio Bonito*, 2001:30.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 87.

⁹⁰ Franco, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*, 1983:29.

Capítulo Três

Terra Alheia, Moradia Temporária

(...) ter uma “tripa de terra”, que só dá para servir como “chão de morada” é motivo de orgulho, porque esta terra, por ínfima que seja, “è uma bolinha pequena, mas uma bolinha de ouro” (ex-morador).

Afrânio Raul Garcia Jr.

III. TERRA ALHEIA, MORADIA TEMPORÁRIA

A análise neste capítulo se restringirá a recapitular a habitação do morador de condição no Brasil, objetivando estabelecer alguma comparação com as moradias encontradas nos assentamentos rurais, que fazem parte deste estudo.

No senso comum, morar significa habitar. Mas, para alguns trabalhadores rurais, principalmente da região Nordeste do Brasil, o termo significava ligar-se a um engenho,⁹¹ de maneira particular. Essa condição se estabelece por meio de um “contrato de trabalho”, que determina uma forma de subordinação de parte da população rural. É esse modelo, que subordina o trabalho à moradia, que se procura evidenciar em relação ao trabalhador em terra alheia.

O capítulo está estruturado em uma seção na qual se procurou analisar o morador transitório, assim como as origens de sua fixação temporária. São traçadas diferenças entre o sitiante, o posseiro, o agregado e morador em terra alheia. A constituição deste trabalhador como categoria social completa-se quando se conclui a ocupação de terra sob a forma de grande propriedade privada e se expande a agricultura comercial baseada no trabalho escravo. Ainda hoje, parte da população rural pobre tem na transferência de domicílio uma prática para

⁹¹ O termo é utilizado em Pernambuco, onde os últimos engenhos deixaram de moer na década de 50, para designar qualquer grande propriedade (Palmeira, 1977).

melhorar as condições de subsistência. Esses deslocamentos, na maioria das vezes, falam da oposição entre libertos e sujeitos.

3.1. “Morador de Condição”

Segundo descrição de Antônio Cândido, denomina-se transitório “o morador que, não tendo títulos legais, pode a cada momento perder a terra onde mora”.⁹² A presença de terras disponíveis constituía um estímulo à mobilidade, embora as principais determinantes eram sociais, relacionadas, precipuamente, ao caráter precário dos títulos de propriedade. As origens da fixação, quase sempre temporária, do “morador de condição” podem ser muitas: “em nossa formação destaca-se o foragido das autoridades, por infrações quaisquer, e, por isso mesmo, interessado em se isolar”.⁹³ Apesar da vasta dimensão territorial do país, a maior parte das terras encontra-se nas mãos de certo número de grandes proprietários. Para assegurar a manutenção e o desenvolvimento dessas propriedades, ainda é comum, em várias regiões do país,⁹⁴ mediante combinações, fazendeiros se cercarem de trabalhadores pobre, os quais, sem obrigação de pagamento, passam a morar e trabalhar nas terras na fazenda.

O trabalhador típico destas fazendas, quer de gado quer de criação, é justamente o agregado (Fig. 9). O termo era usado antigamente, segundo José Veríssimo, “para designar uma das personagens dependentes do fazendeiro, mas de condição distinta da dos escravos. Era homem livre”.⁹⁵ Através da permissão do proprietário para morar e plantar, o agregado se fixava temporariamente, tendo como contrapartida alguma prestação eventual de serviço. Em oposição à denominação “camarada”, que significa trabalhador assalariado, vivendo ou não na fazenda, o termo agregado é empregado, atualmente, para designar o trabalhador residente em terras de uma fazenda ou engenho. Ambos são ocupantes, a título gratuito, da propriedade alheia.⁹⁶

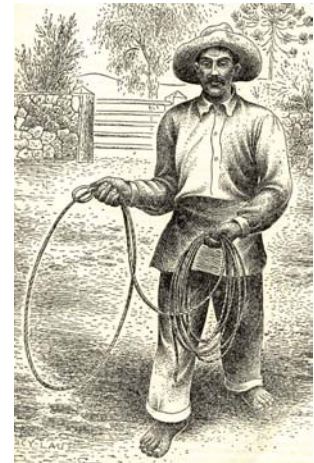


FIGURA 9. AGREGADO DO PLANALTO DE SÃO JOAQUIM, EM SANTA CATARINA.
Fonte: Pereira, J.V. da C. 1975:451.

⁹² Cândido, A. *Os parceiros do Rio Bonito*, 2001:78.

⁹³ *Idem*, p.78.

⁹⁴ Encontrado em áreas de Mato Grosso, Goiás, Bahia, assim como em todos os estados situados ao norte destes. Embora sem conservar diversas características coloniais, também está presente em Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e em certos trechos de São Paulo (Pereira, 1975).

⁹⁵ Pereira, J. V. da C. *Agregado*, 1975:449.

⁹⁶ *Op. cit.*, p. 449.

Em Santa Catarina, no planalto de São Joaquim, o agregado significa o operário da fazenda pastoril. Trabalha, sobretudo, com o gado. Sua existência é uma reminiscência da ocupação paulista na região pastoril.

No Estado de São Paulo, na área do atual município de Cunha, Mário Vagner Vieira da Cunha observou que os agregados eram os “crias da casa”, os “parentes pobres”.⁹⁷ No início do século passado, o antigo “morador de favor” passou a ser também denominado agregado. O termo tornou-se, assim, muito mais amplo porque serviu para designar não apenas os “crias da casa”, mas todos aqueles que moravam de favor nas terras de outrem, sujeitos à obrigação de prestarem serviços aos proprietários das terras. Nas fazendas de criação e usinas dos pantanais mato-grossenses, o agregado costuma ter o direito de criar algumas cabeças de gado e fazer pequenas roças.

Em certos municípios de Minas Gerais, sobretudo nos que se encontram entre Belo Horizonte e o rio Paranaíba, o termo agregado costuma ter diferente acepção. Em Carmo do Paranaíba, por exemplo, o termo é reservado ao arrendatário que reside na fazenda, chamando-se arrendista o que vive fora desta. Já nos municípios do oeste de Minas, na região do município de Lavras, por exemplo, o termo conserva o seu significado tradicional.⁹⁸

O agregado é um dos tipos rurais encontrados na bacia do médio São Francisco. Nesta parte da Bahia, como em outros estados, vive em terreno considerado do domínio fazendeiro. Em Goiás, como na Bahia, as fazendas têm, geralmente, agregados que somente cuidam da lavoura. As do município de Luziânia, por exemplo, apenas possuem agregados desse tipo. Muitas vezes a função é exercida por baianos, como ocorre em Planaltina.



FIGURA 10. MORADIA DO AGREGADO NO SUL DE GOIÁS.
Fonte: Pereira, J.V. da C. 1975:473.

Talvez por influência do oeste mineiro, o agregado em Luziânia é um tipo de agricultor que pode arrendar a terra para trabalhar. O agregado habita meios geográficos bastante diferenciados entre si quanto a solo, clima, vegetação, meios de vida. Como expressão desses meios, a moradia onde vive está sujeita a influências naturais, sociais, culturais e econômicas. Como conseqüência, é grande a diversidade de partidos das moradias habitadas por esses trabalhadores rurais (Fig. 10). Um traço, porém, na opinião de José Veríssimo, é comum a todas: “a sua precariedade. (...) Construir é ordinariamente um ato de confiança no futuro; como

⁹⁷ Pereira, J. V. da C. *Agregado*, 1975:450.

⁹⁸ Pereira, J. V. da C. *Casa do agregado*, 1975.

para o agregado este é sempre incerto, a sua construção só poderá ser, logicamente, precária”.⁹⁹

Diferentemente do agregado, normalmente o posseiro ignora a situação legal da terra que ocupa, podendo esta não ter proprietário, ter proprietário ou, ainda, vir a ter proprietário.¹⁰⁰ A predominância da economia de subsistência, associada à fertilidade natural das terras virgens, complementada com a precariedade dos direitos territoriais, possibilitou ao agregado e posseiro, cultivadores instáveis, só plantarem “grãos cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e o feijão”.¹⁰¹

Continuando nesta linha de pensamento, de acordo com os tipos sociais caracterizados anteriormente, pode-se estabelecer um esquema de ocupação do solo e denominação da moradia, como se pode observar na Tabela 5.

TABELA 5. DIFERENÇAS ENTRE MORADOR TRANSITÓRIO E PERMANENTE

Tipos de Morador	Natureza da Ocupação	Designação da Moradia
I. Morador transitório 1. Cultivador nômade 2. Agregado 3. Posseiro	1. Precária 2. Consentida 3. De fato	1. Capuava 2. Capuava 3. Capuava
II. Morador permanente 1. Sítiante 2. Fazendeiro	1. Propriedade ou arrendamento 2. Propriedade	1. Sítio 2. Fazenda, sítio, sesmaria

Fonte: Adaptado de Cândido, 2001:78.

A forma de utilização da terra pelo “morador de condição”¹⁰² não resulta em “fixação”. Este está sempre pronto a abandonar sua moradia de pau-a-pique e sua roça de milho para ir morar onde encontre melhores condições de trabalho. O patrão, de acordo com José Veríssimo, considera o morador menos que o meeiro e mais que o empregado. Ele não preocupa em fazê-lo abandonar sua roça. Frequentemente dispensa o que poderia exigir das colheitas, pois o interessa, antes de tudo, tê-lo para quando dele precisar.¹⁰³

⁹⁹ Pereira, J. V. da C. *Casa do agregado*, 1975:472.

¹⁰⁰ Cândido, A. *Os parceiros do Rio Bonito*, 2001:78.

¹⁰¹ Saint-Hilaire, A. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*, 1974:39.

¹⁰² Aquele que não detém a posse da terra, mas que a utiliza enquanto uma concessão do proprietário, morando de favor, em troca de trabalho.

¹⁰³ Pereira, J. V. da C. *Agregado*, 1975.

Na região açucareira do Nordeste, com as modificações que se fizeram sentir a partir de meados dos anos 50, morador significa, atualmente, pouco mais que uma denominação local para proletários rurais. A ênfase na residência, que o termo morar revela, tem um forte significado simbólico. Quando o trabalhador que já constituiu família procura um engenho, antes de pedir trabalho, ele procura é uma casa. Mas não é qualquer casa. É uma casa de morada, que permitirá a subsistência da família e certas vantagens no engenho, como, por exemplo, o direito a um sítio no qual ele produz a sobrevivência.¹⁰⁴ Aquele que concede a morada dispõe de um patrimônio fundiário suficiente que lhe permite receber famílias de trabalhadores para viver em seus domínios. E, ao pedir morada, quem o faz já demonstra não ter escolha melhor, nem para onde ir, nem meios de organizar sua existência social.

Com a casa, o morador recebe trabalho, o que o torna um morador de condição, ou recebe terra e será um morador-foreiro. Em qualquer um dos casos a casa é considerada mais que estrutura física, pois inclui sempre um “terreiro, chão de terra ou fundo de casa”, onde o morador “bota roça”.¹⁰⁵ Normalmente, os produtos cultivados para subsistência doméstica são as culturas temporárias, por ocuparem o terreno por um ou dois anos. No entorno da moradia há árvores frutíferas e um terreiro onde as mulheres criam aves, suínos e outros animais domésticos. Entretanto, para criar animais não destinados ao autoconsumo, como animais de carga, faz-se necessária a autorização do senhor. Parte do trabalho que o morador retira de seu terreiro ou sítio pertence, de direito, ao proprietário, como a própria casa em que mora e o sítio onde trabalha. A expressão terra de agricultura se relaciona ao espaço em que são reproduzidas as condições sociais dos cultivos realizados por grupos domésticos de pequenos produtores. Ao contrário, terra de engenho, ou simplesmente engenho, demarca áreas onde os cultivos são realizados por trabalhadores submetidos ao proprietário das terras onde residem e trabalham, comumente designados por moradores.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Nos engenhos de Fogo Morto ou em qualquer grande propriedade do Nordeste açucareiro, atualmente o sítio constitui uma forma de retribuição do proprietário ao morador de condição por seu trabalho na cana (Palmeira, 1977).

¹⁰⁵ Palmeira, M. *Casa e trabalho*, 1977:105.

¹⁰⁶ Estudos realizados por Garcia Júnior, no Brejo e Agreste da Paraíba, demonstraram que no censo agrícola de 1940 os moradores foram agrupados sob a denominação de colonos, categoria de uso corrente no Centro-Sul, particularmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para designar os trabalhadores residentes nas grandes plantações de café. Em 1950 esta categoria desaparece dos quadros estatísticos publicados. De 1960 até 1980 a classificação passa a só fazer referência à forma de remuneração. “Assim, se a constituição de uma série estatística homogênea é problemática entre 1940-1980, as mudanças constantes das categorias classificatórias mostram que há mais coisa em jogo na passagem de trabalhadores residentes a trabalhadores não-residentes que um deslocamento de local de residência (...). Para se ter uma imagem objetiva das transformações, vê-se que o pior caminho é a constituição de uma série estatística a partir de dados do censo (...). O estudo comparado dos censos é mais revelador da perda de legitimidade da categoria morador, ao longo do período, do que do número de indivíduos que entrariam nesta rubrica” (Garcia Júnior: 1989, 15).

A dominação estabelecida pela moradia não se reduz ao dever de trabalho, à casa e às trocas materiais no interior da propriedade. Mais que isso, representa um dos princípios de estruturação do conjunto da vida social e, em especial, das atividades culturais. Ao se observar a distribuição espacial das construções existentes nestas grandes propriedades e suas funções, é possível avaliar a amplitude dos planos da vida social estruturados por uma hierarquia.

O esquema do conjunto da propriedade mostra uma parte central, onde a construção mais imponente é a casa-grande, onde reside a família do senhor, (...). Este conjunto está cercado por campos cultivados de cana-de-açúcar; no meio do canavial, vez por outra, encontram-se as casas dos moradores, de pau-a-pique, em geral cercadas por roçados e, eventualmente, por algumas árvores frutíferas. A posição central e o aspecto da casa da família do proprietário, em contraste com as casas dos moradores, e a extensão do canavial, confrontada com os roçados diminutos, constituem um dos melhores índices da maneira pela qual se distribui e se exerce o poder social.¹⁰⁷

Na acepção de Garcia Jr., o que mantém os moradores nos limites da propriedade é a própria organização da vida social, “envolvendo trabalho, residência, trocas materiais, práticas religiosas, festas”, que se desenvolve dentro de seus limites e constitui uma espécie de força centrípeta que atrai os moradores para dentro do espaço dominado pelo poder do senhor, “isolando-os do mundo social mais abrangente”.¹⁰⁸

Descrever as diferentes formas de moradia, trabalho e trajetórias sociais não explica a experiência referente à mobilidade, tal como vivida por esses trabalhadores rurais: qualquer que seja a trajetória, falando de si ou de terceiros, falam, quase sempre, da oposição entre libertos e sujeitos. Apesar de um estilo de vida específico, de uma integridade de cultura e de organização social, estes trabalhadores estiveram inseridos em um sistema social mais amplo. Ao lado destes, pelo menos desde o século XVIII, setores da sociedade fundaram o sentido dominante das atividades de produção e da vida social, sendo os grupos de moradores transitórios relegados a uma intransponível marginalidade. Essa marginalidade é uma das causas da alta mobilidade desses grupos, além de preservar de forma simples o sistema social. Além do mais, a falta de regulamentação das relações de trabalho, reforçando a baixa produtividade, é consequência de esses grupos estarem submetidos à influência das grandes propriedades agrícolas, diretamente ligados a elas, ou de forma paralela, “mas não de todo estranho”.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Garcia Júnior, A. R. *O sul: caminho do roçado*, 1989:43.

¹⁰⁸ *Idem*, p.46.

¹⁰⁹ Franco, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*, 1983:33.

Capítulo Quatro

Assentamentos Rurais: o problema da moradia no contexto da Reforma Agrária

*Para dizerem milho dizem mio
Para melhor dizem mio
Para pior pio
Para telha dizem teia
Para telhado dizem teiado
E vão fazendo telhados.*

IV. ASSENTAMENTOS RURAIS: O PROBLEMA DA MORADIA

NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA

Em grande parte das pesquisas realizadas sobre assentamentos rurais, à moradia são relacionadas questões como acesso a água, energia elétrica, material construtivo e outros. Observa-se que apenas o aspecto quantitativo é utilizado para caracterizar a moradia. Nesta ótica, com base em dados censitários, são apresentadas as diferenças tipológicas das moradias nos assentamentos do Brasil rural.

O capítulo está estruturado em uma seção na qual se apresenta uma síntese sobre a constituição dos assentamentos rurais no Brasil em diferentes fases, resgatando informações de autores que trabalham o tema. Em seguida, contextualiza-se o Crédito de Instalação, na modalidade Aquisição de Materiais de Construção, destinado a “apoiar a construção da moradia do assentado”. Assim, em linhas gerais, é caracterizada esta modalidade de crédito, que se insere no chamado Crédito de Implantação. Através de dados do I Censo da Reforma Agrária, são descritas, para o Brasil como um todo, as predominâncias na construção das moradias em áreas de assentamentos rurais. Dando continuidade, analisam-se as características regionais, enfatizando o Centro-Oeste, região onde se localiza o assentamento Vereda I. Considerando os estados como referência, é apresentada e feita uma análise comparativa quanto aos padrões acentuados de moradia, de acordo com o material construtivo.

4.1. Reforma Agrária, Assentamentos Rurais e Morádias

A compreensão da problemática das morádias no contexto da reforma agrária depende de algum conhecimento da história da reforma agrária no Brasil. Através da interpretação de fontes bibliográficas, procurou-se, de forma sintética, resgatar parte dessa história.

Trinta e dois anos haviam decorrido da descoberta do Brasil, quando o rei de Portugal, D. João III, resolveu dividir o “seu enorme território da América em lotes de 50 léguas, distribuindo-os aos servidores mais notáveis do reino”,¹¹⁰ que se dispusessem, por seus recursos ou crédito, promover a povoação e defesa da parte que lhe fosse confiada, dando em troca um sexto da produção. O problema fundiário do país remonta a essa época, com a criação das capitâneas e do sistema de sesmarias. Assim nascia o latifúndio.

Em sua essência, a economia brasileira pode ser caracterizada como agrícola, monocultora, escravocrata, direcionada ao mercado externo e com domínio de grandes extensões de terra, da criação das capitâneas, em 1532, à independência, em 1822. Como consequência desses três séculos de concentração de terras por uma pequena parcela da população, configura-se a atual estrutura agrária do Brasil.

A primeira lei aprovada no país que se refere à questão fundiária foi a Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, popularmente conhecida como Lei de Terras, regulamentada pelo Decreto nº. 1.318, de 1854.¹¹¹ O principal objetivo desta lei era distinguir terras devolutas de terras particulares, com intuito de regulamentar estas terras. Apesar de seus “dispositivos simples e teoricamente eficientes”,¹¹² favoreceu a consolidação da grande propriedade rural voltada à exportação, ao proibir a ocupação de áreas públicas e determinar que a aquisição de terras só podia se dar mediante pagamento em dinheiro.

Com a elaboração da Nova Constituição em 1946, a questão agrária começou a ganhar importância por meio do Decreto-Lei nº. 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispunha sobre terras devolutas da União. Apenas no final da década de 1950 e início da década de 1960, de acordo com Ranieri, a questão fundiária começou a ser debatida pela sociedade.¹¹³ Como consequência das chamadas reformas de base, em 1962 foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e, em 1963, foi aprovado e sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural. No início de 1964 o governo federal tomou uma série de providências com intenção de

¹¹⁰ Souza, A. F. de. *Estudo sobre a divisão territorial do Brasil*, 1988: 19.

¹¹¹ Pinheiro, A. M. *Assentamentos de reforma agrária em Goiás*, 1999.

¹¹² *Idem*, p.15.

¹¹³ Ranieri, S. B. L. *Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil*, 2003.

efetivar a desapropriação de terras, além de propor mudanças na Constituição para permitir a reforma agrária.¹¹⁴

Após março de 1964, no regime militar, foi elaborada e aprovada a Emenda Constitucional de 10 de novembro, que permitia à União promover a desapropriação por interesse social, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos da dívida pública. Em 30 de novembro desse ano, o governo federal implantou medidas de política fundiária ao sancionar a Lei nº. 4.504, que dispunha sobre o Estatuto da Terra, além de criar o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à SUPRA. Na acepção de José Gomes da Silva, o Brasil passou, por meio dessas medidas, a dispor de aparato jurídico e institucional que permitiria iniciar um programa nacional de reforma agrária. Em 4 de novembro de 1966 o Decreto nº. 59.456 instituiu o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que “não saiu do papel”.¹¹⁵ Em 9 de julho de 1970, por meio do Decreto nº. 1.110 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do IBRA com o INDA.¹¹⁶

Mais do que reforma agrária, o que se tentou fazer nesse período foi a colonização da Amazônia. Conflitos crescentes pela posse de terras nesta região obrigaram o governo Figueiredo a criar o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF) e os Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT) e do Baixo Amazonas (GEBAM), que funcionaram paralelamente ao INCRA e posteriormente foram extintos.¹¹⁷

Estudos realizados pelo INCRA sobre a ação fundiária dos governos militares, de 1964 a 1984, demonstraram que o número de famílias assentadas em programas de colonização e reforma agrária foi de 115 mil, tendo sido desapropriados 13,5 milhões de hectares de terras e 185 imóveis.¹¹⁸

O início da década de 1980 assiste ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em decorrência da ausência de mudanças na estrutura fundiária do país e do aumento dos conflitos no meio rural. Na mesma década surge também a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Com o fim dos governos militares em 1985, assume um presidente civil, o vice-presidente José Sarney, que criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), ao qual o INCRA passou a ser subordinado. Neste governo o INCRA foi extinto em

¹¹⁴ Gomes da Silva, J. *A Reforma Agrária no Brasil*, 1971.

¹¹⁵ Histórico do INCRA.

¹¹⁶ Ranieri, S. B. L. *Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil*, 2003.

¹¹⁷ *Op. cit.*, p. 12.

¹¹⁸ INCRA - Relatório de Atividades, 1995.

1987 e restabelecido em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária, nesse período, passou para o Ministério da Agricultura. O Decreto nº. 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu novo Plano Nacional de Reforma Agrária, que tinha como meta destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias em cinco anos. O PNRA sofreu alterações, tendo como resultado, em 1990, final do governo Sarney, atingido menos de 10% da meta inicial. A Constituição de 1988, que, entre outros, trata da questão da desapropriação de terras para fins de reforma agrária, no capítulo III e no título VII, também foi elaborada durante este governo.¹¹⁹

De 1990 a 1992, no governo Fernando Collor de Mello, o MIRAD foi extinto. Itamar Franco, ao assumir a Presidência da República, no período compreendido entre 1992 e 1994, resgata a iniciativa de desenvolver projetos de reforma agrária, através da promulgação do rito sumário, Lei Complementar 76. Por meio do Programa Emergencial o governo reiniciou as desapropriações, com objetivo de assentar 80.000 famílias. Ao final do governo, 23.000 famílias haviam sido assentadas, com a implantação de 152 assentamentos.¹²⁰

Uma análise dos 30 anos de existência do Estatuto da Terra, de 1964 a 1994, mostrou que o número de famílias assentadas foi de 350.836, em 1.626 assentamentos, entre os de reforma agrária, de colonizações e de ações fundiárias estaduais.¹²¹

Por meio da pressão dos movimentos sociais e da opinião pública, após o massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Também neste governo diversas medidas possibilitaram a efetivação dos assentamentos, como o aumento do número de desapropriações e linhas de crédito específicas, como o Programa Especial de Crédito Rural para Reforma Agrária (PROCERA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Segundo dados oficiais, de 1995 a 1999 foram assentadas 372.866 famílias.¹²² Contraditoriamente, outros estudos demonstram que a estrutura fundiária do Brasil, avaliada pelo grau de desigualdade na distribuição da terra, praticamente não sofreu alterações nesse mesmo período. Prova disso é o índice de Gini¹²³ da distribuição da posse da terra, calculado com base

¹¹⁹ Ranieri, S. B. L. *Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil*, 2003.

¹²⁰ INCRA - Relatório de Atividades, 1993.

¹²¹ Guedes Pinto, L. C. *Reflexões sobre a política agrária brasileira no período de 1964-1994*, 1995.

¹²² INCRA - Relatório de Atividades, 1999.

¹²³ O índice de Gini varia de zero a um. O valor zero representa uma situação hipotética em que todos possuem exatamente a mesma quantidade de terra, e o valor um, uma situação em que todas as terras estariam concentradas nas mãos de poucas pessoas. Assim, quanto mais próximo de um, maior será a concentração de terras.

nos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, equivalente a 0,843 em 1998, um dos maiores do mundo.¹²⁴

Confirmando as informações anteriores, os dados da Tabela 6 referem-se à estrutura fundiária do país em 2003. Ocupando área de até 10 hectares, encontram-se 31,6% do total de imóveis com apenas 1,8% da área total de imóveis. Ao contrário, os imóveis com área superior a 2.000 hectares correspondem a apenas 0,8% do número total de imóveis, mas ocupam 31,6% da área total.

TABELA 6. ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, 2003

Área Total (ha)	Imóveis	% dos Imóveis	Área Total (ha)	% de Área	Área Média (ha)
Até 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4%	100.216.200	23,8%	207,6
De 500 a 1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1.000 a 2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,8%	132.631.509	31,6%	4.110,8
Total	4.238.421	100,0%	420.345.382	100,0%	99,2

Fonte: II PNRA - Proposta, 2003:7 (cadastro do INCRA, situação em agosto de 2003).

O termo reforma agrária é utilizado para descrever distintos processos que possibilitam o acesso à posse da terra e aos meios de produção aos trabalhadores rurais que não a possuem ou a possuem em quantidade insuficiente. Há os que consideram como sendo reforma agrária “as medidas de estímulo à produção agrícola, como assistência técnica, crédito agrícola, garantia de preços e outras intervenções similares”.¹²⁵ Há ainda aqueles que consideram que a reforma agrária só será possível por meio da exclusão da propriedade privada sobre a terra e da sua estatização. Entre os vários autores que discutem o tema, José Gomes da Silva considera reforma agrária “um processo amplo e imediato de redistribuição da propriedade da terra com

¹²⁴ Hoffmann, R. *A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do INCRA: 1967 a 1998*, 1998.

¹²⁵ Ranieri, S.B.L. *Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil*, 2003:8.

vistas à transformação econômica, social e política do meio rural, com reflexos no conjunto da sociedade".¹²⁶

A reforma agrária não se inicia nem se encerra nos assentamentos, mas, com certeza, estes são os pontos de partida para sua realização. Antes dos assentamentos, vem a fase de acampamentos,¹²⁷ que ocorrem com as ocupações de terras. Segundo Ricardo Abramovay, esses acampamentos constituem uma nova forma de luta, sendo o acampar

*uma das mais importantes conseqüências do desencadeamento do processo de reforma agrária e uma nova forma de luta e resistência por parte dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, as dezenas de acampamentos à beira de estradas que têm surgido nos últimos anos (...) representam formas inéditas de manifestação dos movimentos sociais pela terra (...) Os acampados, ao se organizarem coletivamente, deixam de ser apenas os objetos do processo de reforma agrária e tornam-se seu sujeito, eles passam do plano receptivo para o ativo.*¹²⁸

Na fase da luta pela terra, nos acampamentos, trabalhadores rurais acabam se ressocializando com estranhos, através do convívio e dos enfrentamentos vivenciados em conjunto. A proximidade se dá à medida que traços comuns de natureza social, ocupacional ou genericamente humana são compartilhados. Resulta, pois, um alargamento de horizontes e de convivência, favorecendo os conceitos tradicionais a respeito de parentesco e vicinalidade, além de outras formas de relacionamento. Conceitos estes comuns aos agrupamentos humanos das sociedades tradicionais, que, recolhidos sobre suas próprias representações de mundo, garantem forte coesão.¹²⁹

Nos assentamentos rurais, o horizonte alargado pelo período de sociabilidade nos acampamentos, mesmo que instável, se enriquece com a descoberta do novo. Contudo, de forma contraditória, retorna às estruturas fundamentais da família e da vizinhança rurais. Em decorrência, Martins mostra que nos assentamentos rurais

*a sociedade é literalmente reinventada, abrindo-se para concepções mais largas de sociabilidade e, ao mesmo tempo, fortalecendo as concepções ordenadoras da vida social provenientes do familismo antigo.*¹³⁰

¹²⁶ Gomes da Silva, J. *A reforma agrária no Brasil*, 1971.

¹²⁷ Os números referentes aos acampamentos, segundo levantamento realizado pelo INCRA, totalizam 171.288 famílias acampadas, consideradas como demanda emergencial da Reforma Agrária (II PNRA - Proposta, 2003).

¹²⁸ Abramovay, R. *Nova forma de luta pela terra: acampar*, 1895: 51.

¹²⁹ Simmel, G. *A metrópole e a vida mental*, 1979.

¹³⁰ Martins J. de S. *A sociabilidade do homem simples*, 2000:47.

Na prática dos assentamentos rurais, trabalhadores aprendem a reordenar a estrutura produtiva da agricultura familiar. Com base na mesma intensa utilização do tempo de todos os membros da família, prática de seus pais e avós, diversificam as atividades econômicas, combinando artesanato e agroindústria, incorporando técnicas e equipamentos modernos a práticas atuais de comercialização. A experiência dos acampamentos já lhes ensinara formas de cooperação extrafamiliares e de vizinhança, que dizem mais respeito a uma nova divisão do trabalho do que a formas tradicionais de auxílio mútuo, de modo que a economia e a tecnologia modernas viabilizam em seu proveito formas tradicionais de organização da sociabilidade e da vida no cotidiano dos assentamentos rurais.

É nesse novo espaço que se reconstruem o compadrio e a vicinalidade, próprios da sociabilidade rural, importantes para se reverter o “estranhamento” dos primeiros tempos de acampamento. Todo tipo de “parentesco simbólico”, como o compadrio, é observado em alguns assentamentos, talvez, enquanto construção de estratégias familiares mediadas por relações culturais e práticas de sociabilidades.

A concepção de assentamento implica a fixação do homem à terra, pela oferta de condições para sua exploração e de incentivos à organização das famílias assentadas. O assentamento tem importância primordial na reforma agrária, pois inclui uma série de medidas complementares necessárias à fixação e transformação dos novos proprietários em produtores rurais. Na opinião de Brancolina Ferreira,

o assentamento agrário seria a culminância e a finalização de um longo processo que se iniciou com a formulação de planos, projetos, desapropriações etc. Mas o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador à terra: antes terão que lhe ser propiciadas condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra cumprir sua função social. Se, por um lado, a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torná-la produtiva.¹³¹

No Estatuto da Terra, os assentamentos rurais não foram evidenciados de maneira específica. Tem-se um conjunto de procedimentos indicados para identificar, arrecadar e imitar a posse das áreas destinadas àquelas pessoas selecionadas como beneficiários da reforma agrária. Somente a partir do I PNRA é que a questão dos assentamentos rurais passa a ser destacada.

O processo de criação de um assentamento oficialmente passa por uma seqüência de fases e etapas; de forma resumida, pode-se destacar:

¹³¹ Ferreira, B. *Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: políticas de assentamento do Governo Federal*, 1994:43.

1. Obtenção de recursos fundiários: vistoria da área, identificação e seleção dos beneficiários.
2. Constituição do assentamento e conhecimento de recursos: ocupação da área pelas famílias a serem assentadas,¹³² imissão de posse do imóvel desapropriado, fornecimento de crédito e início de explorações de subsistência e criações.
3. Habilitação dos recursos: implementação de algumas obras de infra-estrutura básica e, a partir do conhecimento das aptidões e dos recursos disponíveis na área, desenvolvimento de ações que visem o aproveitamento e uso racional desses recursos.
4. Consolidação do assentamento: compreende ações que conduzirão o assentamento à auto-suficiência, mediante a estruturação de suas bases produtivas e a consolidação da infra-estrutura básica requerida.

Para os assentamentos decorrentes de reforma agrária, de acordo com o INCRA, são fixadas três condições básicas para sua efetivação:

1. A oferta de terras ao beneficiário.
2. A oferta de condições para explorar a terra.
3. O incentivo à organização dos assentados.¹³³

Na análise de Horácio Martins de Carvalho,¹³⁴ a criação de um assentamento não é constituída só por um ato administrativo do governo, mas, sobretudo, pela luta dos movimentos sociais. Além disso, segundo o mesmo autor, o assentamento rural não é apenas uma área de terra com finalidade de produção agropecuária e/ou extrativista, mas também um agregado heterogêneo de grupos sociais constituído por famílias de trabalhadores rurais que antes não tinham terras e, dessa forma, se apossam formalmente delas. Passam, então, a se encontrar “face a face” nesse espaço físico, social, político, ambiental e econômico onde irão reproduzir seus meios de vida e de trabalho.

¹³² Nessa fase procede-se à construção das moradias temporárias, popularmente denominadas barracos. Na forma de construção destas moradias estão implícitas as técnicas ou o “saber fazer”, decorrentes do conhecimento adquirido anteriormente.

¹³³ Ferreira, B. *Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: políticas de assentamento do Governo Federal*, 1994: 43.

¹³⁴ Carvalho, H. M. de. *A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. 1999.

*O assentamento de reforma agrária é uma encruzilhada social onde a interação social entre as pessoas e famílias de grupos socialmente heterogêneos alcança considerável intensidade e novidades, se comparada com a rotina que o cotidiano dessas pessoas e famílias lhe proporcionava.*¹³⁵

Na implantação de um projeto de assentamento, o governo se compromete a liberar créditos para a construção das moradias e instalação das famílias, proporcionar acesso à eletrificação e à água de boa qualidade, além de viabilizar o crédito para a produção (PRONAF-A).¹³⁶ Mais recentemente, a partir de 1999, também é obrigatória a elaboração de um Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA). O PDA é um instrumento de gestão do projeto que visa definir, entre outras questões, os sistemas de produção agrícola prioritários e as necessidades de investimentos para essa finalidade. Este plano, além de ser necessário para a liberação de créditos, é o primeiro instrumento formal de planejamento detalhado e participativo adotado nos assentamentos.¹³⁷

Os trabalhadores rurais assentados nos projetos de reforma agrária são beneficiados por dois segmentos de programas de financiamento: o Crédito de Instalação e o Crédito de Produção. A concessão do Crédito de Instalação tem base legal no “Estatuto da Terra, Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, em especial no seu artigo 73, regulamentado pelo Decreto nº. 59.428, de 27 de outubro de 1966”.¹³⁸

Os recursos do Crédito de Instalação e de Produção poderão ser utilizados nas seguintes modalidades:

1. Apoio: destina-se à ajuda à alimentação, à aquisição de ferramentas, insumos em geral, animais e outros itens indispensáveis ao início da fase produtiva do projeto de assentamento.
2. Aquisição de Materiais de Construção: destina-se à construção e/ou reforma de habitações rurais, incluindo o pagamento de mão-de-obra, e somente será liberado após o projeto de assentamento estar com as parcelas medidas e demarcadas, excetuando-se os casos de agrovilas e projetos de exploração coletiva definitivos.

¹³⁵ Carvalho, H. M. de. *A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*, 1999:13.

¹³⁶ Em 1994, após intensas mobilizações das organizações de trabalhadores rurais, o governo federal criou o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), um marco na política agrícola. No ano seguinte, como resultado do avanço nas negociações realizadas pelos movimentos sociais populares, este programa foi consolidado, recebendo o nome de PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sendo oficializado em 1996 pelo então Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Em 1999 as famílias assentadas pela reforma agrária passam a ser consideradas beneficiárias do PRONAF Grupo A.

¹³⁷ Sparovek, G. *A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira*, 2003.

¹³⁸ Instrução Normativa/INCRA/nº. 19 de 10 de setembro de 1997.

Na região do semi-árido será concedido um crédito adicional, para atender as peculiaridades regionais.

3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Grupo A): destina-se a financiar projetos de investimentos da produção agropecuária.

Os valores da concessão dos créditos em suas diferentes modalidades são os seguintes:

1. Crédito Apoio: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).
2. Crédito Aquisição de Materiais de Construção: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
 - 2.1. Área circunscrita no semi-árido: R\$ 1.000,00 (um mil reais).
3. PRONAF A: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).¹³⁹

O Crédito Aquisição de Materiais de Construção é concedido em parcela única. Os valores concedidos serão pagos pelos seus tomadores em prestações anuais e sucessivas, amortizadas em até 20 anos e com carência de três anos. Os encargos financeiros são de 1,15% ao ano, com rebate de 50% sobre o valor total concedido, quando o pagamento for efetuado até a data de vencimento de cada prestação anual, sendo que na modalidade Apoio e semi-árido, deverá ser totalmente subsidiado.¹⁴⁰

Dados do I Censo da Reforma Agrária revelaram, de um total amostrado de 8.711 beneficiários, para o Brasil como um todo, o predomínio da construção de moradias de madeira (31,90% dos casos). O índice de moradias construídas com taipa (28,20%) supera a de alvenaria (22,9%). Para a Região Sudeste, os dados indicam um índice de moradias de alvenaria de 65,38%, seguido das de madeira (8,1%), de adobe (7,69%) e de taipa (7,09%). Minas Gerais apresenta, entre os estados da Região Sudeste, o menor índice de moradias construídas com material de alvenaria (54,29%). Na Região Sul a madeira lidera os tipos de habitação (73,46%), seguida pelas regiões Norte (50,89%) e Centro-Oeste (49,17%). A Região Nordeste apresenta a maior incidência de moradias construídas com taipa (45,35%). A distribuição dos tipos de moradias por região pode ser observada na Tabela 7.¹⁴¹

¹³⁹ Do valor de R\$ 15.000,00 por família, R\$ 13.500,00 é valor de referência para projetos agropecuários e R\$1.500,00, para assistência técnica.

¹⁴⁰ Norma de Execução nº. 40, de 30 de março de 2004 (Diário Oficial da União - Seção 1, p.151).

¹⁴¹ Schmidt, B. V.; Marinho, D. N. C.; Rosa, S. L. C. (Org.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*, 1998.

TABELA 7. TIPOS DE MORADIAS, POR REGIÃO

Região	Madeira	Taipa	Alvenaria	Adobe
	% Estimada	% Estimada	% Estimada	% Estimada
CENTRO-OESTE	49,17	3,17	22,04	5,76
NORDESTE	2,26	45,34	40,36	7,00
NORTE	50,89	21,16	7,25	3,45
SUDESTE	8,10	7,09	65,38	7,69
SUL	73,46	0,28	19,24	-
BRASIL	31,90	28,20	22,99	4,78

Fonte: Adaptado de I Censo da Reforma Agrária, 1996:83.

Considerando os estados como referência, há três padrões acentuados de moradia, quanto ao material construtivo:

1. Madeira: Pará, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Acre, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amapá e Roraima.
2. Alvenaria: Ceará, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Alagoas e Sergipe.
3. Taipa: Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins.

De acordo com o Censo, a distribuição percentual dos créditos para reforma agrária, especificamente Aquisição de Materiais de Construção, demonstra que há maior concentração de distribuição em 2001 e 2002 (52,28%). A maior regularidade e o acompanhamento desses recursos, por parte do INCRA, explicam esses dados.

Quanto ao local de moradia, conforme dados da mesma pesquisa, houve, em nível nacional, predominância da moradia na parcela rural em 48,41% dos casos, o que significa que as famílias, em sua maioria, moram nos assentamentos e em suas vilas internas, incluindo as áreas comunitárias de moradia. Verifica-se, assim, um tipo de ocupação do espaço caracterizado por uma junção entre local de trabalho e de moradia.

Capítulo Cinco

O Espaço Construído no Assentamento Vereda I

*Se você não tem um
lugar que não pode
chamar de seu,
você não tem uma casa.*

Herman Hertzberger

V. O ESPAÇO CONSTRUÍDO NO ASSENTAMENTO VEREDA I

O presente capítulo está organizado em três seções. Na primeira, denominada “Ocupação da Fazenda Serra Feia: dos acampamentos ao assentamento”, de acordo com informações geradas a partir do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, é apresentado um retrato da luta pela terra, que culminou com a criação do Vereda I. Nesse processo, são caracterizadas as fases de acampamentos, organização do grupo e espacialização dos barracos.

Na segunda, “O Processo de Construção das Moradias”, por meio das informações colhidas na pesquisa de campo, é descrita a mobilização das famílias assentadas para ter acesso ao Crédito Aquisição de Materiais de Construção. Após a liberação do Crédito, a etapa subsequente passa pela escolha do “lugar ideal” para implantação das moradias.

Na terceira, “Os Significados da Moradia”, a *chácara*, lugar da família, é descrita e analisada sob a ótica da apropriação do espaço, conceituado aqui como o conjunto de ações que o morador pratica nesse ambiente, tornando-o peculiar. As formas de utilização das moradias são descritas e analisadas em relação aos cantos e recantos, em sua dimensão simbólica. Ao refúgio, simbolizado pela moradia, soma-se também uma sociabilidade vicinal.

5.1. Ocupação da Fazenda Serra Feia: dos acampamentos ao assentamento

A história de ocupação da Fazenda Serra Feia, localizada no município de Padre Bernardo, Estado de Goiás, por famílias de agricultores sem terra iniciou-se em 1998. O grupo organizado pelo MST incluía famílias militantes e famílias que ingressaram no Movimento devido à ocupação. Em um primeiro momento, organizaram-se para ocupar a área da Fazenda Boa Vista, construindo acampamento próximo ao córrego Água Quente. Em 11 de outubro de 1998 transferiram o acampamento para as proximidades da Fazenda Boa Vista, local denominado de Capão Bonito. Neste local, em quatro meses de acampamento, foram erguidos, aproximadamente, 800 barracos de lona.

Quando uma terra é ocupada, uma das primeiras preocupações é com a construção dos barracos, cujo significado, nesse caso, é demarcar território. Entretanto, a simples construção do barraco não é suficiente para a possível conquista da terra; é preciso ocupá-lo logo. Não basta existir apenas o barraco, tem de haver uma família nele morando, que poderá vir a ser cadastrada pelo INCRA. A função do barraco, diferentemente do que afirma Bachelard, não é a de abrigo do homem, mas a de demarcação do território, que é mantida e reafirmada com a ocupação do espaço-barraco pela família ou por alguns membros desta.¹⁴²

Os barracos de lona preta podem ser considerados a primeira forma construtiva, vivenciada pelas famílias acampadas, enquanto grupo definido. Podem ser analisados enquanto espaços percíveis e móveis e, como tais, símbolos da falta de fixação, de desenraizamento das famílias sem-terra. Há uma simplicidade e escassez de mobília no interior deles, bem como de outros utensílios - a maioria é construída nas fases do acampamento. São improvisos descartáveis, nos quais não se acumula valor econômico, mas, em alguns casos, valor emocional negativo, que remete a uma época de vida difícil. Estes barracos são organizados em núcleos, efetuando-se um processo de aproximação, numa estratégia racional de ocupação, mas também de proteção e ajuda mútua. Segundo algumas famílias do Vereda I, o entrosamento nos acampamentos se fez, a princípio, com facilidade e união, uma vez que muitas famílias já se conheciam, havendo, inclusive, parentesco entre algumas. A primeira forma de organização do trabalho deu-se por meio de mutirão para limpeza da área onde foram construídos os barracos, levantamento de barraco de uso coletivo e alguns individuais e abertura de picadas.

A pressão do grupo de acampados, aproximadamente 700 famílias, resultou na intervenção do INCRA, que adquiriu, para fins de reforma agrária, as fazendas Boa Vista e Buriti

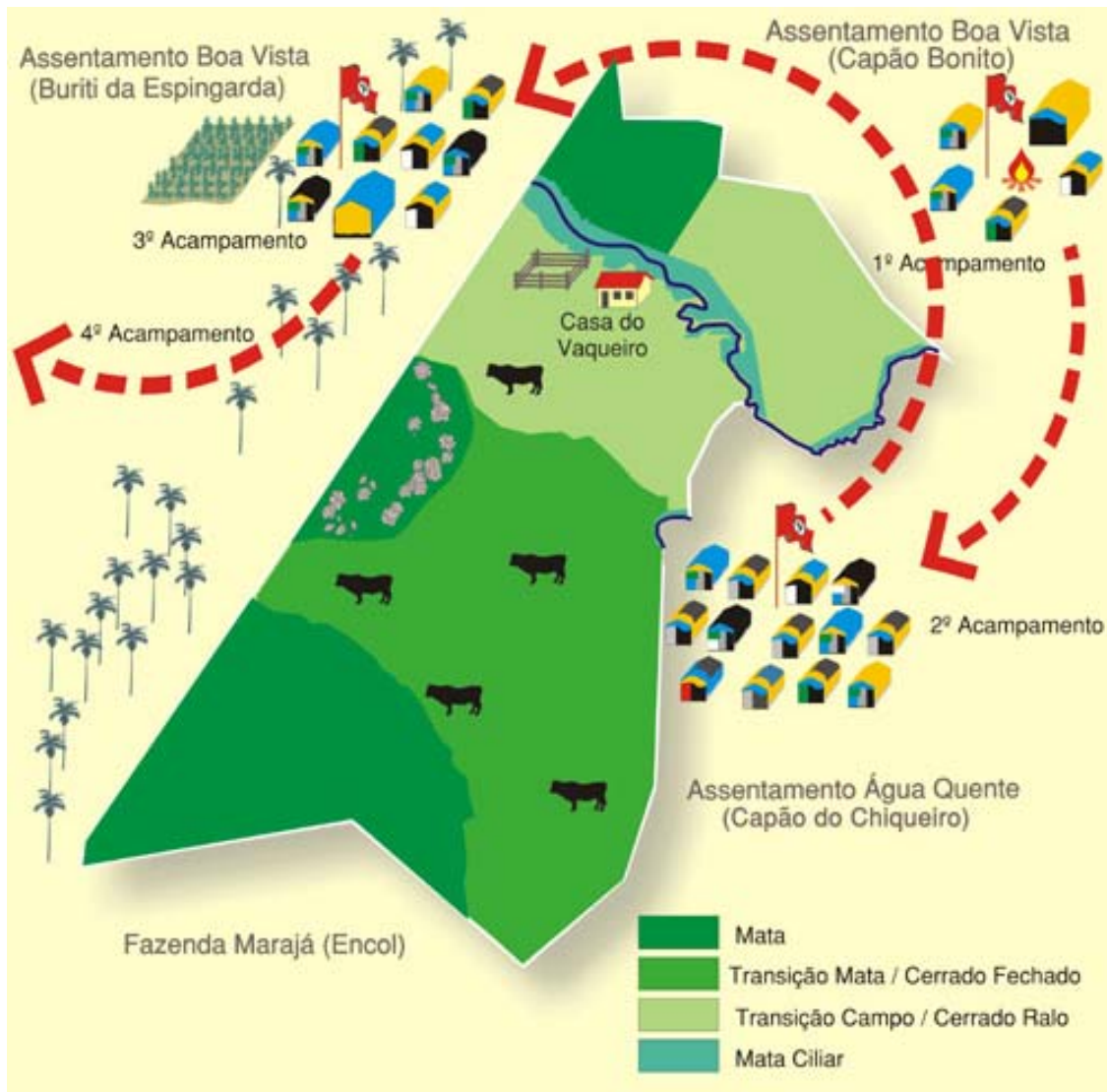
¹⁴² Situação similar foi encontrada por Costa no estudo realizado com moradores numa área de baixada de Belém. Neste estudo, a "casa primeira", o barraco, também tinha função de demarcar território (Costa, 1998).

da Espingarda. Numa área de 4.380,0339 hectares (quatro mil, trezentos e oitenta hectares, três ares e trinta e nove centiares), foi criado o assentamento Boa Vista. A ação não alcançou o sucesso desejado, pois apenas 145 famílias foram assentadas nesta área, permanecendo as demais como excedente.

O grupo de excedentes, aproximadamente 500 famílias, continuou acampado, com interesse nas fazendas Serra Feia, Capão do Chiqueiro e Vereda. Dentre estas, a Fazenda Serra Feia constitui-se como herança de Mariana Nunes da Rocha Louza Umbelino. A propriedade foi registrada no cartório de imóveis de Padre Bernardo (GO), em 7 de junho de 1989, em usufruto de Cathia Regina Nunes da Rocha Louza Umbelino, mãe de Mariana. Numa tentativa posterior, em 11 de fevereiro de 1999, 80 famílias excedentes se organizaram e ocuparam a área da Fazenda Serra Feia.

O acampamento foi estabelecido em área divisória das fazendas Serra Feia e Buriti da Espingarda, próximo ao córrego Água Quente. Nessa área ergueram um galpão comunitário, onde eram preparadas as refeições, enquanto os barracos estavam em construção. Nesse acampamento, a organização e o funcionamento se fizeram sob grande tensão. A fazenda passava por um processo de inventário familiar, de disputa da terra pelos trabalhadores rurais e de intervenção do INCRA para uma futura desapropriação ou aquisição. A princípio, as famílias se organizaram sob direção do MST, que orientou a instalação, a administração da produção e a estratégia de segurança no acampamento. No aspecto da organização da produção, um mês após o início do acampamento, em uma área de aproximadamente 18 hectares, foram adotados projetos coletivos de feijão e milho, sob orientação do MST. Nessa ocasião, as famílias acampadas foram surpreendidas por pistoleiros contratados pelo arrendatário da Fazenda Serra Feia. Em consequência, as famílias registraram ocorrência na delegacia de Padre Bernardo (GO). A pedido do superintendente da SR-28 e do juiz, as famílias acampadas desocuparam a área, aguardando o término das negociações entre as partes, acampadas na Fazenda Buriti, que já estava desapropriada (Mapa 4). A partir de então, ocorreram desentendimentos que causaram o rompimento do grupo de acampados com as lideranças regionais do MST.

MAPA 4. ACAMPAMENTOS NO ENTORNO DA FAZENDA SERRA FEIA.



Fonte: Adaptado de INCRA/SR-28. Divisão Técnica - Seção de Cartografia e Recursos Naturais, 2003.

Após a desapropriação da área e imissão na posse,¹⁴³ um ano depois, em 25 de julho de 1999, aproximadamente 80 famílias acamparam, definitivamente, na área da Fazenda Serra Feia (Mapa 5). O acampamento foi denominado “25 de Julho”, em homenagem ao dia do trabalhador rural.

¹⁴³ A imissão na posse é uma decisão interlocutória que se inicia com a desapropriação da área para fins de reforma agrária e prossegue com o processo em andamento.

MAPA 5. OCUPAÇÃO DA FAZENDA SERRA FEIA.



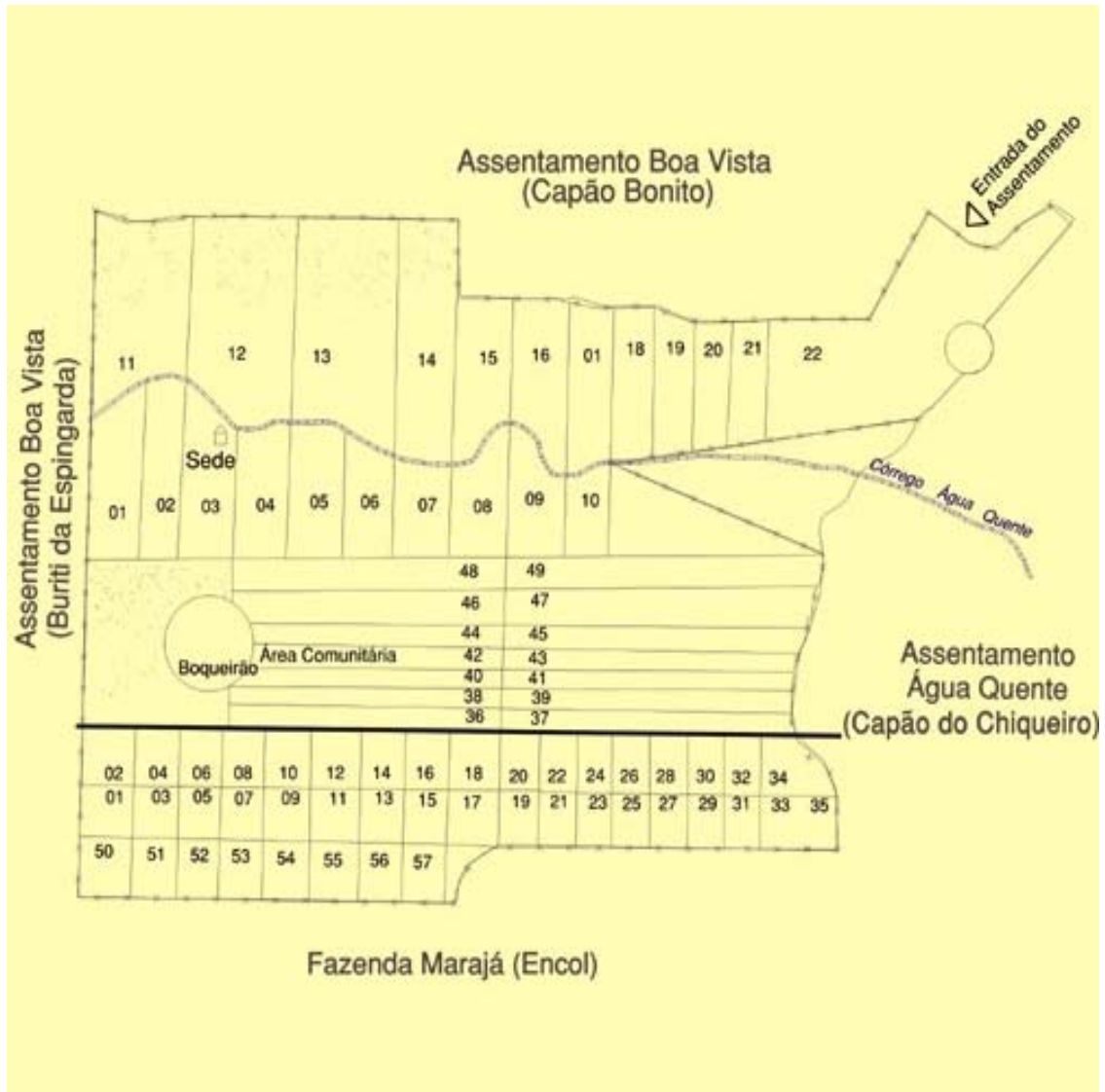
Fonte: Adaptado de INCRA/SR-28. Divisão Técnica - Seção de Cartografia e Recursos Naturais, 2003.

Das famílias que acamparam na Fazenda Serra Feia, 70 foram cadastradas e permaneceram no local. Entre dezembro de 1999 e janeiro de 2000, estas famílias realizaram o parcelamento da área através da chamada “medição na corda”.¹⁴⁴ Normalmente, o INCRA é responsável pelo parcelamento da área dos assentamentos, organizando escala de demanda. No caso do Vereda I, não havia programação de serviço topográfico para o ano de 2000. A medição da área, tarefa que se prolongou por 11 dias, foi realizada por uma equipe de oito pessoas acampadas, sendo três coordenadores permanentes e cinco que se revezavam. A área

¹⁴⁴ Utilizando-se de um arame com pouco mais de 50 metros e um esquadro de 4x3 metros, demarcaram lotes de 1.000 metros de lateral por 200 metros de fundos.

total de 2.063,7804 hectares foi dividida em 70 *chácaras*, com tamanho uniforme de 20 hectares, além de área coletiva e reservas, como pode ser observado no Mapa 6.¹⁴⁵ Entretanto, como os acampados não tinham acesso a informações sobre a qualidade do imóvel em relação ao potencial de uso agropecuário, algumas *chácaras* ficaram sem “terras de cultura”¹⁴⁶ e sem acesso a água.

MAPA 6. PARCELAMENTO DA ÁREA DA FAZENDA SERRA FEIA - MEDIÇÃO NA CORDA.



Fonte: Pereira et al., 2001.

¹⁴⁵ O MST vem desenvolvendo uma nova forma de organização das moradias, denominada de Núcleos de Moradia e de Núcleos Habitacionais, com objetivo de aproximar as moradias. No parcelamento tradicional, como ocorreu no Vereda I, apelidado de “quadrado burro”, muitas famílias ficaram isoladas (CONCRAB, 2001).

¹⁴⁶ A expressão “terra de agricultura” é definida como o espaço em que são “reproduzidas as condições sociais dos cultivos” realizados por grupos familiares de pequenos produtores (Garcia Jr., 1989:24).

Após a demarcação e parcelamento, as famílias se organizaram em dois grupos para ocupar as áreas denominadas “mata/mata-cerrado fechado” e “campo-cerrado ralo”. Na primeira área, caracterizada pela baixa fertilidade natural dos solos e escassez de água, ficaram localizadas 50 *chácaras*, e na segunda, 22. Realizaram o sorteio das *chácaras* em 16 de janeiro de 2000, com o objetivo de definir a área a ser ocupada por cada família.

O sorteio ocorreu de forma pacífica, permitindo aos beneficiários permutar entre si as *chácaras* recebidas, o que efetivamente ocorreu em vários casos, pois as famílias procuraram se estabelecer próximas umas das outras, segundo a afinidade, o parentesco e a produção. As condições de vida e as experiências vivenciadas nas fases de acampamento exerceram influências na disposição espacial das moradias nas respectivas *chácaras*. Estas foram organizadas individualmente, próximas ao traçado da estrada ou da picada, não muito distantes do curso de água, da área que cada família destinou ao roçado - principalmente milho, mandioca e feijão - e dos vizinhos. A forma de implantação adotada, privilegiando as relações vicinais, reforça sua importância enquanto elo significativo do grupo.

Antes de ser meramente um espaço físico, a moradia é um espaço de tradução das relações, espaço que possibilita uma pluralidade de interpretações. Na forma construtiva estão implícitas as conjugações de diversos fatores: físicos, econômicos, culturais, afetivos. Estas moradias, cujas famílias são idealizadoras e construtoras, podem ser interpretadas como o resultado de conhecimento e “saber fazer”, decorrentes de vivências adquiridas anteriormente, muitas delas no lugar de origem (Fig. 11).

A casa que eu nasci era uma casa de taipa. A casa de taipa é feita com varas amarradas com palhas de carnaúba, que é uma planta originária do Nordeste. Coloca as varas em pé, trança com as palhas da carnaúba e vai tampando tudo com barro amassado. Esta casa era uma antiga casa de farinha. Esta casa era da família mesmo, era nossa mesmo. Era uma casa bem grande, com um puxado nos fundos com fogão de lenha (Sra. Lia, 2003).¹⁴⁷

A casa que eu nasci era de pau-a-pique, coberta de capim, não era de telha. Essa casa não era muito grande não. Pau-a-pique, você sabe né? A parede é cercada de madeira entrelaçada e depois era tudo tampado com barro e cobria a casa de capim. Pau-a-pique você corta as madeiras, faz as paredes e em cima é com caibro, com ripa de taboca e aí cobria. Cobria de capim. Todo ano era preciso reformar, porque os ratos furavam o capim pra fazer ninho e começava a gotejar dentro de casa. E assim precisava, a cada ano, colocar mais capim. Então quando nós mudamos daquele lugar, já estava dessa grossura [demonstrou] de capim, porque todo ano punha uma camada e amarrava em cima da outra. A madeira utilizada era colhida na lua minguante, porque na minguante a madeira não caruncha. Foi o meu pai que construiu essa casa (Sr. Amaral).¹⁴⁸

¹⁴⁷ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:52.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p.59-60.

(...) A casa que eu nasci era uma casa grande. Tinha uns 10 cômodos, porque a família é muito grande, então a casa tinha que ser grande também. Essa casa é de alvenaria, rebocada, piso queimado e telha colonial. Na época, todos ajudaram a construir esta casa. Porque os que não davam conta de construir, ajudavam de algum modo. Uns faziam os tijolos, desses tijolinho de cerâmica mesmo, e os outros carregavam. Foi todo mundo que ajudou (Sr. Ivonaldo).¹⁴⁹



FIGURA 11. MORADIAS 'TEMPORÁRIAS' NO ASSENTAMENTO VEREDA I. NAS PAREDES DE PAU-A-PIQUE E MADEIRA, ASSIM COMO NA COBERTURA, NOTA-SE A PRESENÇA DE RECURSOS LOCAIS. A DIVERSIDADE NA FORMA SE RELACIONA AO LUGAR DE ORIGEM E CONHECIMENTO DESSAS FAMÍLIAS. Fonte: Arquivos do autor, 2001.



As moradias possuem planta retangular, com poucas divisões internas. São construções térreas, cujo tamanho se relaciona com os recursos de que dispõe cada família. Ao retângulo principal, que dá forma à planta da moradia, normalmente era adicionado um outro retângulo que abriga uma cozinha, onde se encontra o fogão a lenha, feito de barro. A cozinha, nesse contexto, não é simplesmente o lugar onde são preparados os alimentos, mas um dos principais espaços de socialização. Nas paredes são empregados diversos materiais, como pau-a-pique, madeira e lona; o telhado é geralmente em duas águas, com estrutura de madeira. O material empregado na cobertura é a palha de buriti,¹⁵⁰ e a telha, de fibro-cimento ondulada. O piso dessas moradias é de terra batida. Segundo as famílias, para garantir a resistência e durabilidade da madeira, assim como da palha, recomendam-se cuidados na sua obtenção e

¹⁴⁹ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:72.

¹⁵⁰ Palmeira da espécie *Mauritia vinifera*, dotada de fruto amarelo, do qual se extrai óleo e cujas folhas se empregam em trabalhos trançados, esteiras e coberturas de moradias.

preparo, exigindo-se, por exemplo, que sejam cortadas “no minguante da lua”¹⁵¹ e que, se possível, certo prazo decorra entre sua derrubada e utilização.

O esgoto doméstico é lançado a céu aberto, com posterior infiltração desse material sobre o solo, nas áreas próximas à moradia, pois as louças e resíduos da cozinha são lavados sobre jirau de madeira, construído de tábuas justapostas, formando uma mesa, assentada sobre quatro pontaletes enfiados no chão. A poucos metros da moradia encontram-se edificações de apoio - construções mais rústicas que abrigam o galinheiro e o chiqueiro.

O assentamento recebeu o nome “Vereda I” e não “25 de Julho”, como era desejo das famílias, embora não se encontrem veredas¹⁵² na área. O nome deve-se à proximidade com a Fazenda Vereda, atualmente assentamento Vereda II.

Atualmente, o Vereda I é representado legalmente pela “Associação P.A. Vereda I da Fazenda Serra Feia” (APAVI), instituída em 3 de julho de 2000 e registrada no cartório de Padre Bernardo (GO), em 19 de outubro de 2000. O objetivo da APAVI, como consta em seu estatuto, é representar o interesse das 70 famílias diante das instituições financiadoras do Estado, representadas pelo INCRA, além de facilitar o diálogo com outras instituições parceiras.

*Parágrafo Único - A Associação é única e legítima representante dos pequenos produtores, cabendo levar as reivindicações e soluções, junto às autoridades competentes, nas instâncias: locais, estaduais (regionais) e federais.*¹⁵³

Por ter sido implantado em 1999, a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) Vereda I, considerado obrigatório pelo INCRA, ocorreu entre os meses de janeiro e março de 2001, com a participação das famílias assentadas. Durante a realização do PDA esteve no assentamento um topógrafo, contratado pela SR-28, e um técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o objetivo de realizar o parcelamento “oficial” da área. Na nova configuração do mapa do assentamento, observou-se que a “demarcação na corda” realizada pelos assentados foi respeitada, mesmo com todos os problemas decorrentes de um parcelamento uniforme, lotes individuais de 20 hectares. As alterações ocorreram nas áreas consideradas pelo IBAMA como reserva legal e preservação permanente. O parcelamento definitivo do Vereda I pode ser observado no Mapa 7.

¹⁵¹ Prática utilizada para garantir a resistência e durabilidade das madeiras empregadas nos sistemas construtivos adotados nas edificações em Vila Rica, no início do século XVIII (Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, Cód. 53, 215-v. *apud* Vasconcellos, 1977:114).

¹⁵² Nascente e curso de água margeados de buritis, especialmente nas regiões de Minas Gerais e Centro-Oeste.

¹⁵³ Estatuto da APAVI, 2000:01.

MAPA 7. PARCELAMENTO DEFINITIVO DO ASSENTAMENTO VEREDA I.



Fonte: Adaptado de INCRA/SR-28. Divisão Técnica - Seção de Cartografia e Recursos Naturais, 2003.

Durante a realização do PDA, na fase de planejamento, foram utilizadas, seqüencialmente, técnicas participativas para problematizar a realidade, entre elas: “Construção”, “Matriz Realidade/Desejo” e “Eleição de Prioridades”. O objetivo da primeira técnica foi estimular a criatividade do grupo participante na utilização de recursos escassos, observando os projetos apresentados para o assentamento. Os resultados dessa técnica deram subsídios para a realização da “Matriz Realidade/Desejo”, em que os participantes, por meio de uma matriz, apresentaram os principais problemas enfrentados. A partir dos resultados obtidos através dessa técnica foi realizada a “Eleição de Prioridades”, com a finalidade de obter uma

listagem, em ordem de prioridade para as famílias, dos problemas e desejos a serem resolvidos, com a elaboração de projetos específicos.

Na “Construção”, os participantes se dividiram em cinco grupos, com o objetivo de planejar, construir e apresentar projetos para o assentamento, em forma de maquete. Durante a apresentação foi possível perceber uma preocupação com o lugar de morar, reflexo das experiências vivenciadas anteriormente, como pode ser observado nos resultados da técnica:

- Grupo um: projetou um galpão (para armazenar a produção), máquinas agrícolas, eletrificação rural e poço artesiano. Este projeto foi constituído, praticamente, por trabalhadores rurais que foram empregados em grandes propriedades da região.
- Grupo dois: apresentou a história de ocupação da Fazenda Serra Feia, enfatizando a necessidade de organização para a conquista da terra. Projetou um barracão e um fogão a lenha, onde eram realizadas as reuniões e as refeições, na fase de acampamentos.
- Grupo três: inicialmente apresentou dificuldades em planejar. Ao final, projetou uma moradia e seu entorno, utilizando todos os recursos disponíveis.
- Grupo quatro: projetou uma fazenda. Cada integrante se empenhou em construir o que desejava, caracterizando um trabalho mais individual do que coletivo. O grupo trabalhou de forma criativa e habilidosa, construindo moradia com fogão a lenha, energia elétrica, antena parabólica, chiqueiro, galinheiro, curral, mata-burro, área cercada destinada a culturas, pasto e reserva ambiental.
- Grupo cinco: constituído praticamente por trabalhadores de origem camponesa, representou a utilização da área da *chácara*, onde construiu moradia, com telhado em uma água, fogão a lenha, luz elétrica e água canalizada. No entorno, construiu banheiro, galinheiro, chiqueiro - *onde nós vamos criar nossos porquinhos* - e pomar. Próximo à moradia, destinou uma área para o plantio de culturas. O perímetro da *chácara* foi delimitado por cercas.

Em sua vida cotidiana, o homem apropria-se de um espaço atribuindo-lhe significados. Esse processo de atribuir significados ao espaço encontra forte representatividade na figura da moradia, como apresentado em quase todos os projetos. Assim, durante a técnica “Matriz Realidade/Desejo”, foi proposto ao grupo presente, constituído por 81 pessoas, que fizessem o desenho da moradia, ou seja, a planta baixa da moradia por eles desejada, incluindo número de cômodos, uma estimativa da área total construída, do material necessário para a construção, além da força de trabalho que seria utilizada.

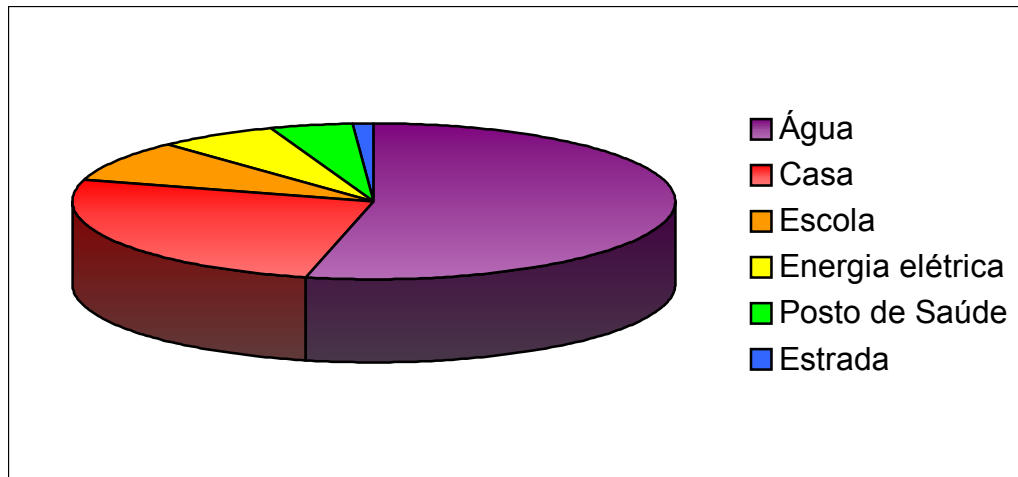
Por meio do desenho das moradias de 62 famílias (88,6%), pode-se observar que, em média, o número total de cômodos foi de seis, distribuídos em sala, quarto, cozinha, banheiro, despensa e área de serviço. Contudo, para 26 famílias o número de cômodos foi de cinco, com uma sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro. Em relação à média da área construída, em 40 casas, esta foi equivalente a 56,60 m², sendo quatro o número médio de membros por família. Quanto ao material de construção, em todos os casos analisados, parte seria adquirida com recursos provenientes do Crédito Instalação, na modalidade Aquisição de Materiais de Construção, e parte proveniente do próprio assentamento, como areia, pedra e madeiras brancas. No que se refere à construção das moradias, em todos os casos seria utilizada a força de trabalho familiar, não sendo especificado, porém, se algumas famílias trabalhariam em parceria ou se o trabalho seria realizado em mutirão. O resultado da análise dos desenhos das moradias pode ser observado na Tabela 8.

TABELA 8. RESULTADO DA ANÁLISE DOS DESENHOS REFERENTES ÀS MORADIAS

Número de Famílias	Especificação dos Ambientes					
	Sala	Quartos	Cozinha	Banheiros	Despensa	Área
02	1	2	1	2	-	-
10	1	3	1	1	-	-
26	1	2	1	1	-	-
05	1	2	1	1	1	1
07	1	2	1	1	-	1
08	1	3	1	1	-	1
01	1	3	1	1	1	-
01	1	3	1	2	1	1
01	1	1	1	1	-	-
01	1	3	1	2	-	-
62						

Fonte: Pereira et al., 2001.

Dando seqüência ao planejamento participativo do Vereda I, foi realizada a “Eleição de Prioridades”, técnica que também possibilitou uma análise sobre as moradias. Para a realização desta técnica foram distribuídos cartões coloridos, representando simbolicamente o dinheiro, para atribuir valores aos votos, da seguinte forma: azul = R\$ 10,00; branco = R\$ 5,00; amarelo = R\$ 1,00. O resultado da “Eleição de Prioridades”, área social, pode ser observado na Figura 12.



Fonte: Pereira et al., 2001.

FIGURA 12. RESULTADO DA ELEIÇÃO DE PRIORIDADES DA ÁREA SOCIAL.

Através dos “votos” de 153 pessoas, apresentados na Figura 24, foi possível verificar que o acesso à água e à moradia constitui prioridade para essas famílias. Segundo um assentado, *o ser humano sem uma casa não é ninguém*.¹⁵⁴

A análise do resultado das três técnicas evidencia que, para essas famílias, morar é muito mais do que habitar. Morar diz respeito a um modo de viver, à convivência com o espaço, com a natureza. Esse modo de viver também tem indicadores sociais demarcatórios: a excepcionalidade de recursos financeiros, a junção de moradia e trabalho, o enraizamento - todos valores camponeses, valores da sociedade tradicional,¹⁵⁵ como se pode ver a seguir.

Com a finalização do PDA, os contratos de assentamento foram assinados em 20 de julho de 2001, possibilitando o recebimento do Crédito Instalação, nas modalidades Apoio e Aquisição de Materiais de Construção. A concessão do Crédito Instalação ocorre após a criação do assentamento, com divulgação da Relação de Beneficiários (RB), devidamente homologada e lançada no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA - INCRA/SR-28). O Crédito Instalação, na modalidade Aquisição de Materiais de Construção, somente é liberado após o assentamento estar com as parcelas medidas e demarcadas, excetuando-se os casos de agrovilas e projetos de exploração coletiva.

¹⁵⁴ Pereira et. al. *Plano de desenvolvimento do assentamento Vereda I*, 2001:49.

¹⁵⁵ Martins, J. S., *op. cit.*, p. 23.

5.2. O Processo de Construção das Moradias

Após a luta pela terra, as famílias do Vereda I iniciaram uma nova fase, denominada de “luta na terra”, abrangendo deste o fortalecimento de sua organização até a implantação de infraestrutura básica, como, por exemplo, moradia. O assentamento torna-se lugar para a construção de uma nova vida, projeto que se inicia, segundo as famílias entrevistadas, pela construção do lugar a partir da moradia. Expressivo da trajetória do Vereda I, destaca-se a organização das famílias para superar os impasses decorrentes do processo que antecedeu a liberação do Crédito Aquisição de Materiais de Construção.

Pra nós conseguirmos o Crédito Moradia foi um sofrimento. Tivemos que ocupar o INCRA várias vezes. Nos organizamos para irmos ao INCRA. A decisão partiu de um grupo organizado. Aí continuamos a nossa luta aqui, esperando o Crédito Habitação. Foi mais uma outra luta. (...) Mesmo com uma demora, nosso Crédito Habitação saiu. Marcamos um dia e eles vieram: o pessoal da Caixa Econômica junto com a Gilda [funcionária da SR-28], e trouxeram nossos contratos de habitação. Mesmo assim foi uma demora, porque uns receberam e outros não. (...) Depois, foi que com muita pressão resolveram liberar pra todo mundo o crédito de uma vez só e o prefeito resolveu nos doar 15 dias de água, porque também não tinha como construir as casas (Sra. Lia).¹⁵⁶

Em novembro de 2001 o Crédito Aquisição de Materiais de Construção, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), foi liberado em parcela única. No entanto, discutia-se qual a melhor forma de atender às exigências do INCRA em termos de execução da planta e emissão de notas fiscais de material.

O valor do crédito recebido foi R\$2.500,00. Esse valor foi repassado direto para a conta da madeira [onde compraram o material de construção]. Não foi repassado em nossas mãos. Nós assinamos, eles trouxeram os documentos aqui no assentamento mesmo. O pessoal da Caixa Econômica veio, junto com a funcionária lá do INCRA, e aí nós assinamos aqui mesmo no assentamento, lá na casa do Sr. Osvaldino [presidente da associação, na época]. Mesmo assim ainda demorou alguns dias (Sra. Lia).¹⁵⁷

À preocupação com estas exigências acrescentava-se a preocupação com a insuficiência dos recursos concedidos para tal fim, considerados absolutamente insuficientes para a construção de uma moradia e, até mesmo, insuficientes para execução da planta imposta pelo INCRA. De acordo com as famílias, a insuficiência de recursos não permitiria rebocar as paredes, colocar piso e construir as instalações sanitárias.

¹⁵⁶ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:56.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.57.

Eu acho que o INCRA podia aumentar mais o dinheiro pra gente, que é pelo menos para rebocar a casa, porque esta casa sem rebocar assim junta barata, junto grilo, e a gente já vem de uma situação precária. A gente não tem dinheiro para rebocar. Já que o INCRA é que está fazendo isso, então ele podia fornecer um tanto a mais pra fazer ao menos um reboco. E também ajeitar o banheiro, porque esse dinheiro nós vamos pagar, né. No ano de 2001, em novembro de 2001, foi que saiu este recurso de R\$2.500,00. E no outro ano atrás, 2000, já tinha saído pro outro assentamento [assentamento vizinho] R\$2.500,00. As coisas aumentaram. Tudo aumentou e saiu R\$2.500,00, a mesma coisa. Eu acredito que é errado (Esposa do Sr. Amaral).¹⁵⁸

Para a maioria das famílias, o modelo da moradia imposto pelo INCRA difere de suas moradias anteriores, seja em termos de área, seja em termos de disposição e quantidade de cômodos. Destaca-se especialmente, dentre as diferenças, a disposição do espaço privado. Uma observação era salientada nesse sentido: a ausência de divisão entre a sala e a cozinha. A planta desta moradia, apresentando 31 m² de área construída, denominada “embrião” (Anexo III), inviabilizava as demandas destas famílias para o tão desejado espaço de moradia.¹⁵⁹

A planta, a primeira que veio, nós realmente não aceitamos, porque era um corredor. (...) A planta que veio, nós olhamos, calculamos, e vimos que sequer uma rede dava pra armar. Porque era um corredor bem estreito com um banheiro, com lavatório pelo lado de fora da casa. A pia era pelo lado de fora. Esta planta foi descartada. Esta planta tinha 31 metros. Aí foi que na Boa Vista [assentamento vizinho], eles tinham conseguido uma casa de 48 metros [Anexo IV]. (...) Eles nos emprestaram esta planta e aí nós fomos lá no INCRA e eles [funcionários da SR-28], junto com o pessoal da Caixa Econômica Federal, falaram: se vocês conseguirem que a madeireira cubra o orçamento que dê pra fazer esta casa [de 48 m²], nós aceitamos sem nenhum problema. (...) Aí nós analisamos e a madeireira cobriu esse orçamento (Sra. Lia).¹⁶⁰

Convém mencionar que os desenhos das moradias, feitos na época de elaboração do PDA, não foram utilizados. Se for considerado que a maioria deles retratava uma casa com número de cômodos igual ao da planta sugerida pelo INCRA, parece estranho. Será a realidade econômica limitando a imaginação ou a imposição de um modelo?

Essa casa ficou diferente daquela do PDA. É, eu to vendo. Mais eu sabia que tava diferente mesmo. Mais eu ainda vou aumentar ela mais. Aí ela vai ficar mais parecida (Sr. Antônio).¹⁶¹

Ela [a casa] até que ficou parecida com essa do PDA. Essa aqui nós fizemos maior e mudamos a porta da cozinha e o jeito da frente. Eu gostei mais dessa aqui mesmo [da atual]. A frente dela ficou bem melhor (Sra. Lia).¹⁶²

¹⁵⁸ d'Ávila, C. A. R. *Cadernos de entrevistas*, 2003:63.

¹⁵⁹ Situação similar foi descrita por Magalhães, em relação à liberação do crédito habitação, em 2001, no assentamento Rainha, localizado na mesorregião Sudeste do Estado do Pará. A autora descreve a preocupação dos assentados com a insuficiência dos recursos destinados à construção da moradia (R\$ 2.500,00), com o modelo imposto pelo INCRA e com o reduzido número de cômodos (Magalhães, S. B., 2003).

¹⁶⁰ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:55-56.

¹⁶¹ *Ibidem*, p.45.

¹⁶² *Ibidem*, p.54.

Aquela planta do PDA foi eu que fiz. Mas eu fiz só a frente. Justamente a frente está do mesmo jeito. Só está faltando a faixa. Quando for pra rebocar, eu vou fazer a faixa. Aqui é a frente dela [mostrando no desenho do PDA] (Sr. Amaral).¹⁶³

Mesmo após definição da planta baixa e liberação do recurso para aquisição do material de construção e outras despesas necessárias à edificação da moradia, as famílias cujas *chácaras* se localizam nas áreas denominadas “mata” e “transição mata-cerrado fechado” não iniciaram a construção. Isso porque estas *chácaras* estão localizadas em áreas de difícil acesso e ausência de água. Somente após reivindicação, na Prefeitura de Padre Bernardo (GO), que disponibilizou água por um período determinado, foi possível iniciar o trabalho de construção das moradias.

Quando nós assinamos o crédito, mesmo assim ainda demorou alguns dias. A desculpa foi por causa da água. Outra desculpa foi por causa das estradas. Realmente era difícil, porque as estradas estavam abertas, mas não estavam cascalhadas. (...) Quando nós começamos a construção, pelo menos eu, eu peguei só uma semana de água. Porque o pessoal daqui de cima foram os últimos a receber o material. Eu precisei comprar água pra construir a casa. Porque não deu tempo. Se eu tivesse pego desde a primeira semana [água doada pela Prefeitura], talvez eu teria gasto bem menos pra construir. Eu gastei mais foi com água mesmo, porque o material deu suficiente. (...) Enfrentamos muita dificuldade pra ter essa casa aqui. Enfrentamos a falta d'água, pois não tinha como construir porque um tambor de 200 litros custava R\$ 5,00 (Sra. Lia).¹⁶⁴

Foi uma correria danada. Porque foi 30 dias. Nós tinha 30 dias pra levantar esta casa. Porque eu não tinha dinheiro pra puxar água. Pra pagar pra puxar água. Aí a prefeitura [de Padre Bernardo] contratou o Virgílio, que tem um caminhãozinho pra puxar água aqui pra nós, durante 30 dias. Como o contrato do Virgílio com a prefeitura foi só 30 dias, então tinha que aproveitar. Aí era aquele sufoco. Eu madrugava (Sra. Ilma).¹⁶⁵

Uma etapa que antecede a construção da moradia, considerada uma das mais importantes para os construtores, é a determinação do local da edificação, a escolha do “lugar ideal”. As moradias no Vereda I localizam-se na parte central do terreno, no local mais plano, sendo suas fachadas principais voltadas para a estrada.¹⁶⁶ Para as famílias, a escolha deste lugar relaciona-se com a paisagem local, a topografia do terreno, as relações de vicinalidade e as facilidades de locomoção.

Eu e a mulher escolhemos esse lugar. Eu gostei do lugar, por causa de uma árvore que tem na frente. Um pé de jatobá e um pé de olho de boi. Então eu escolhi aqui. Então eu disse: eu quero morar aqui. Aqui perto destas árvores. E além de tudo fica perto da estrada (Sr. Antônio).¹⁶⁷

¹⁶³ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:62.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p.55-57.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p.68.

¹⁶⁶ Situação similar foi constatada por Ludwig, no estudo realizado em comunidades rurais do município de Guaraciaba, Zona da Mata Mineira (Ludwig, M. P., 2003).

¹⁶⁷ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:46.

Colocamos a casa neste lugar porque é o local mais adequado. É o lugar mais aprazível, mais altinho um pouquinho. A gente avista mais longe. (...) Nós olhamos neste meio e achamos que era o lugar mais ideal. Aqui eu não removi muita terra não. Inclusive se eu fosse fazer em outro lugar o declive era maior (Sr. Amaral e esposa).¹⁶⁸

Eu coloquei a casa neste lugar aqui porque eu achei assim, mais aprumado. Porque pra eu fazer lá em cima eu teria que derrubar a mata, mexer na mata, e eu não quero mexer na mata. Eu gosto demais da minha mata. Ali mais pra cima também eu ia ficar mais isolada. (...) E eu tenho uns vizinhos aqui (...) aqui eu não estou tão isolada assim (Sra. Ilma).¹⁶⁹

Essas moradias foram construídas, em sua maioria, pelos seus moradores. As seis edificações analisadas não seguem o modelo de planta baixa sugerido pelo INCRA. Compreendem o espaço físico da construção e o espaço livre do entorno, denominado terreiro, onde se localizam as edificações de apoio. Nas moradias analisadas evidencia-se o “saber fazer”, e a opção pela mudança do projeto demonstra a adequação deste às necessidades individuais das famílias.

Para fazer a base desta casa, primeiro eu cavei as valetas. Cavei sozinho, porque nessa época tava todo mundo muito apertado de serviço. Cavei as valetas e depois puxei com carroça pedras pra colocar dentro do alicerce dela. Porque todo o alicerce dela é com pedra mesmo. Pedra grande. Aí, depois que eu fiz a base, fiz direitinho mesmo com as pedras, o pedreiro veio. E aí foi a minha mão-de-obra mais a do pedreiro. Continuamos na base, e fizemos a base toda de cimento e pedra. Não teve cinta em baixo. Só teve as colunas e as cintas em cima. Mas embaixo, embaixo tudo é na pedra (Sr. Antônio).¹⁷⁰

Essa é a quarta casa que nós construímos. Eu acho que essa coisa de construir tá no meu sangue. Por causa do meu avô, do meu pai e do meu tio. Também, eu já vi o meu pai e o meu tio construir tanto lá no Rio Grande do Norte [local de origem]. E o Zezinho [esposo] entende muito também. Eu acho que todas essas casas que nós fizemos, em cada uma, a gente foi aprendendo mais um pouquinho de construir (Sra. Lia e esposo).¹⁷¹

Eu aprendi a construir sozinho. Eu desenho também. Pra desenhá eu lembro de outras casas, outras casas que eu já construí. Aquela planta do PDA foi eu que fiz. Sempre todas as casas que eu pego pra construí, eu desenho também. Aí eu chamo a dona da casa e falo: agora a senhora olha aqui se tá do jeito que a senhora quer. E na hora de construí, chamo de novo e falo: qual a altura [da pia] que a senhora quer? Aí eu meço, porque depende da altura da dona da casa. Porque às vezes tem mulher muito alta (Sr. Amaral).¹⁷²

Ao analisar a planta dessas moradias, percebe-se que existe um padrão de distribuição interna. Conforme se constata, a distribuição dos cômodos não estabelece uma setorização,

¹⁶⁸ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:61.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p.68-69.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p.45.

¹⁷¹ *Ibidem*, p.54.

¹⁷² *Ibidem*, p.62.

pois os quartos podem se comunicar não apenas com a sala, mas também com a cozinha. Como não existem corredores, a interligação dos diferentes cômodos é feita de maneira direta.

Essas moradias possuem planta retangular, de área construída superior a 48 m², composta por sala, quartos, cozinha, despensa e banheiro. Ao retângulo principal que dá forma à planta da casa foi adicionado um puxado que abriga geralmente uma cozinha ou área de serviço, que funciona como extensão da cozinha. Nesta área é obrigatória a presença do fogão a lenha. Na construção foram utilizados materiais provenientes do “kit do INCRA” e outros encontrados no assentamento, como pedras e madeira para escora. Como os materiais utilizados na construção foram os mesmos, o olhar desatento tenderá a analisá-las como sendo todas iguais. No entanto, um olhar atencioso encontrará sempre variações sutis, que dão conta de uma infinidade de mensagens. Assim, encontram-se moradias tímidas, com a fachada virada para outro lado que não a estrada, moradias sociáveis e convidativas, com janelas geralmente abertas, e moradias esquecidas, abandonadas, cujos telhados abaulados, paredes com rachaduras, quase engolidas pela vegetação, contrastam com a ambiência ao redor.

As paredes foram executadas em alvenaria de tijolo furado (25x20x10 cm), embora os moradores saibam, em detalhe, o processo construtivo da taipa, por exemplo.

Para o preparo do barro a gente colocava a terra ... essa terra aqui [do assentamento] não é igual a de lá.¹⁷³ A terra de lá é liguenta. É só misturar a terra com a água e fazer a massa. Aí botava os paus em pé, as parede era tudo de pau-a-pique. Depois pegava e amarrava tudo com imbira [sic] fina e depois ia encaixando, jogando o barro, um ficava de lá, outro ficava de cá [taipa de sopapo], até ficar bem cheinho, bem tampadinho (Sra. Ilma).¹⁷⁴

As paredes encontram-se sem reboco interno e externo. O telhado é em duas águas, com estrutura de madeira e telhas de fibro-cimento ondulada. As janelas e as portas externas são de metal, sem pintura.

Eu também mantive as janelas da planta do INCRA. Todas elas. As quatro janelas. Se eu pudesse, se tivesse uma condiçãozinha, eu botava tudo de madeira, porque pra quem mora na roça, a janela de madeira é melhor.¹⁷⁵ Parece que com a janela de madeira a gente, a casa da gente ela fica mais reservada. Eu acho que a casa fica um pouco mais protegida [esposa] (Sr. Antônio e esposa).¹⁷⁶

¹⁷³ Referência a Patos de Minas, local de origem.

¹⁷⁴ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:67.

¹⁷⁵ Em relação ao material construtivo das janelas, situação similar foi verificada pela pesquisadora em reassentamento de famílias atingidas pela construção da PCH Fumaça, na Zona da Mata de Minas Gerais. Neste caso, em projeto apresentado à comunidade, as janelas possuíam estruturas de metal. As famílias não aceitaram, pois, segundo as mesmas, “janela de casa de roça é de madeira”, “a janela de madeira protege mais a casa na roça”. Atualmente as moradias possuem janelas de madeira (Angelim), respeitando a reivindicação e a cultura rural (d'Ávila, C. A. R., 2003).

¹⁷⁶ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:46.

Em algumas moradias o piso foi executado em cimento natural sobre um contrapiso de concreto rústico, mas, na maioria, o piso é de concreto rústico. As paredes internas, sem forro, não chegam a atingir o teto, denominadas “meia-parede”. Ao analisar as moradias, do ponto de vista da estrutura física, e conversar com as famílias, percebe-se que existe um saber que informa a maneira de localizá-la no terreno, a estrutura dos encaixes e travamentos de madeira do telhado, o tamanho dos cômodos e sua distribuição.¹⁷⁷

O arranjo espacial das edificações de apoio em relação à casa é, do mesmo modo, um exemplo de funcionalidade, que, em soluções criativas, possibilita o desempenho simultâneo de várias tarefas, pois o terreiro é uma extensão da moradia. Relação semelhante é descrita por Cândido em referência à casa do caipira.

Parte apreciável das atividades domésticas e do próprio conforto pessoal se processa no seu exterior, de modo que cada casa é, na verdade, núcleo de um pequeno sistema de moradia. (...) O milho é armazenado em paiol externo, e só o arroz e o feijão são guardados na residência. A este mínimo se anexa quase sempre o forno de barro com a sua cobertura de sapé; e ao conjunto é que se pode realmente chamar de habitação rústica.¹⁷⁸

É um saber que define soluções que se tornam um padrão e que, mesmo que se incorporem novos materiais e novas técnicas, deixa espaço para esta cultura construída a partir da experiência coletivizada através do tempo e pelas limitações impostas pelas políticas e ações do Estado.

5.3. Os Significados da Moradia

Na literatura sociológica, diversos autores têm chamado atenção para as relações existentes entre morfologia e organização social, notadamente para a simbologia contida nos espaços. A construção das moradias no Vereda I exigiu ainda outros tipos de atualização, não apenas em termos de cálculo econômico, mas sobretudo no que diz respeito à delimitação e representação do espaço da *chácara*, da função social dos ambientes na moradia e das relações de vicinalidade.

¹⁷⁷ Também chama atenção o saber que informa a construção da casa rural na Serra da Mantiqueira (Ferraz, 1992).

¹⁷⁸ Cândido, A. *Os parceiros do Rio Bonito*, 2001:37.

5.3.1. A *chácara*: lugar da família

A *chácara* inicia uma nova etapa da conquista da terra. O novo quadro de vida, no entanto, não é unívoco, e a experiência que nele se inaugura é carregada de uma grande complexidade, pois ela representa, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma continuidade em relação ao passado, tanto o passado remoto, de trabalhador sem-terra quanto o mais recente, de trabalhador urbano, de chacareiro no Entorno de Brasília. Finalmente instalados em sua própria terra, na *chácara*, tudo está para ser construído. A sociabilidade que dá fundamento às relações familiares constitui o núcleo mais forte e coeso da vida no Vereda I. Como parte do projeto de vida familiar, a terra conquistada destina-se ao trabalho da família. A terra significa patrimônio da família, onde a produção tem como objetivo principal a reprodução social da família, responsável pelo trabalho na *chácara*.

Eu conquistei essa terra é pra trabalhar, pra família trabalhar. E eu pretendo é ficar aqui. Porque quando chegar a data de começar a pagar isso aqui [a terra], eu vou ter certeza que eu vou ter condições de pagar a dívida. E se não der pra plantar, vai dar pra criar, porque galinha, por exemplo, cria em qualquer lugar. E eu não quero viver devendo a minha vida toda, porque isso acaba sendo uma bola de neve (Sra. Lia).¹⁷⁹

A família fornece, portanto, o essencial da força de trabalho, seja pela divisão do assentamento em *chácaras*, seja pela forma de exploração produtiva. Ainda não houve nenhuma manifestação de trabalho coletivo que envolvesse grande número de famílias. Na chamada “roça coletiva” que organizaram na fase dos acampamentos não ocorreu a coletivização do trabalho. Entretanto, constata-se a formação de pequenos grupos de ajuda mútua, geralmente constituídos por cinco pessoas, entre vizinhos, parentes e amigos. O tipo de ajuda mútua mais comum é a troca de dias. Embora algumas famílias tenham permanecido longe dos amigos ou estes tenham sido substituídos por pessoas desconhecidas, a maioria pode reconstruir os já antigos laços de proximidade, fundados no parentesco, na vizinhança ou na solidariedade dos acampamentos.

*Aqui tem o meu irmão e o meu sobrinho. A *chácara* do meu irmão é nos fundos da minha. A *chácara* do meu sobrinho fica ali do lado de cima da estrada. Nós sempre trabalhou junto. Desde a época que era só os barraco. Desde quando a fazenda foi dividida. Tem também o Seu Paulo que é nosso outro vizinho. Quando a gente precisa, a gente trabalha junto. É mais fácil trabalhá junto com quem tá mais perto, como os vizinho (Sr. Josué).¹⁸⁰*

¹⁷⁹ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:58.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p.79-80.

As famílias do Vereda I, em sua maioria, são originárias de várias regiões do país, com destaque para o Nordeste (40%). Em relação aos outros estados, são procedentes de Minas Gerais 27,14% destas famílias e, do Maranhão, 12,86%. Todas possuem origem rural, embora tenham morado na cidade por um período médio de 10 anos. Quanto à composição familiar, a média de pessoas por família é de quatro membros residentes no domicílio, ligados entre si por laços de parentesco, os quais compõem o grupo compreendido

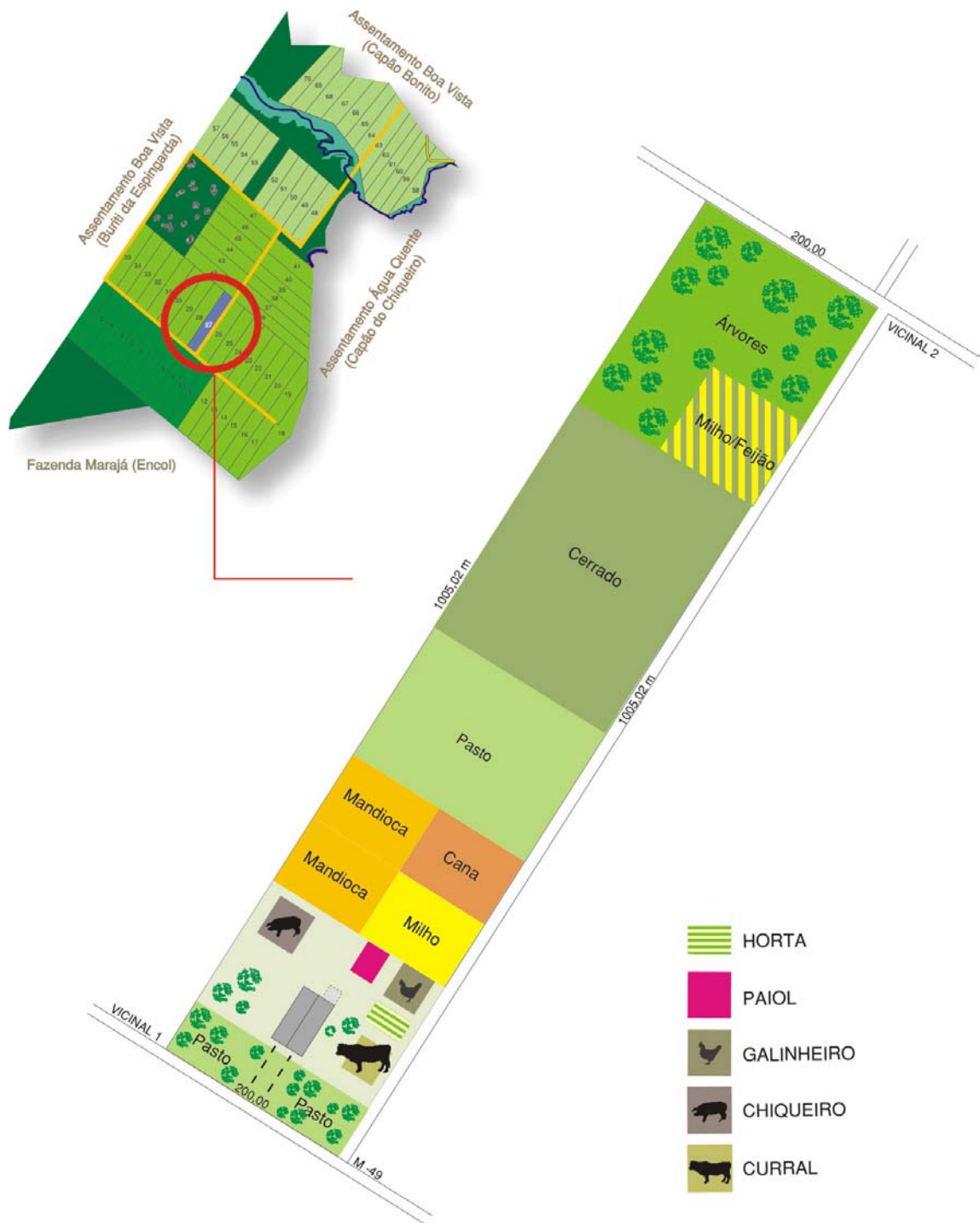
*pelo conjunto de indivíduos que vivem na mesma casa e possuem uma economia doméstica comum. O grupo doméstico é a unidade de residência, e é dentro dele que têm lugar a reprodução física e, em grande parte, a reprodução social de seus membros.*¹⁸¹

O ciclo de vida dessas famílias encontra-se em três tipos. Uma pode ser denominada de família em formação, com casais mais jovens, na faixa etária de 35 anos, com filhos menores de 12 anos ou casais sem filhos. Outra pode-se chamar de fase de dispersão, apresentando casais com faixa etária superior a 50 anos, com filhos maiores de 18 anos e parte deles fora de casa. Também há a monoparental, na qual se encontram solteiros ou separados, residindo sozinhos ou na companhia dos filhos. A distribuição dos tipos mostra que há predominância da família nuclear, caracterizada pela presença de pai, mãe e filhos, embora tenha sido significativa a constatação da família monoparental.¹⁸²

A denominação *chácara* é utilizada para delimitar a extensão total de terra englobada por cada uma das famílias, incluindo nessa denominação a moradia e a área que se dispõe para o cultivo. Compreende um sistema de espaços articulados entre si, pensado pelas famílias como um todo, cujas partes se interligam. Esse sistema não é algo dado, mas constituído ao longo da vivência dessas famílias. A área de 20 hectares apresenta as seguintes proporções: área destinada à roça, principalmente feijão, milho e mandioca, consideradas culturas de subsistência; área destinada a moradia, pomar, horta e edificações de apoio; área de pasto; e área de mata (Fig. 13).

¹⁸¹ Heredia, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*, 1979: 37.

¹⁸² Montali, L. *Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na grande São Paulo*, 1990.



Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

FIGURA 13. DIVISÃO INTERNA DA CHÁCARA DA SRA. ILMA.

O quintal, como prolongamento da moradia, constitui espaço privado, e a produção proveniente do quintal, é de responsabilidade das mulheres. A dificuldade de obtenção de água inibe o cultivo de hortaliças. Em quase todos os quintais há criação de pequenos animais, como aves e suínos. A agricultura praticada na *chácara* visa assegurar, ao mesmo tempo, a alimentação direta e imediata da família, sob a forma de autoconsumo, e a obtenção de recursos financeiros, através da venda do excedente, quando existente. As atividades realizadas no espaço de morar e de plantar delimitam e reforçam as esferas feminina e masculina. As atividades não apenas classificam as tarefas, como também os próprios membros da família, tanto em termos sexuais como de ciclo de vida. A área de cultivo é, por excelência, o lugar masculino; a moradia, ao contrário, um espaço feminino, em termos do espaço e dos cultivos que a cercam, como no que se refere à criação de pequenos animais.

O trabalho da família na *chácara* articula o morar, o plantar, o colher e o conviver num sistema de definições que evidencia a centralidade e a complexidade do sistema de morada. A moradia e a área destinada ao cultivo constituem uma única unidade espacial, não existindo nenhuma separação evidente entre elas. “Morar” e “ter terra” significam, antes de tudo, a não-dissociação entre lugar de viver e lugar de trabalhar.

Aqui eu construí o curral das cabras bem aqui atrás [da moradia]. Então tá tudo perto. Eu preciso cuidar delas e não preciso ir longe. Tem umas que ficam soltas, mas o pasto é aqui mesmo. Você viu que eu só limpei o lugar da casa e das outras coisas. Tá tudo com muita árvore. Ai eu cerquei e as cabras ficam soltas por aí. De manhã elas vem aqui, aqui perto da cerca, naquela portezinha ali e eu trato delas (Sr. Antônio).¹⁸³

Bom, a chácara, eu dividi a chácara assim: 15% eu deixei pra mim plantar e o restante eu tô formando pasto nela. Devagar eu estou formando. Nesses 15% a casa está incluído, a casa tá incluído nesses que eu tirei pra mim plantar. E o restante é pra mim formar pasto. Porque não adianta eu querer tocar roça muito grande aqui que eu não dou conta (Sr. Ivonaldo).¹⁸⁴

Pra colocar a casa nesse lugar, eu pensei muito (...). E outro, porque eu olhei o lugar aqui, achei bonito e fiz a casa aqui. E aqui também é mais plano. E aqui eu tô dentro da roça. Não tenho que andá muito não. E também eu não tô muito longe dos vizinho (Sr. Josué).¹⁸⁵

O trabalho da família na terra adquire um sentido não-econômico, tornando-se uma atividade prática e utilitária diante da natureza. Algo parecido é observado por Heredia ao estudar o campesinato marginal à *plantation* açucareira da Zona da Mata de Pernambuco, na análise da relação entre a unidade de produção e a unidade de consumo, expressa na oposição casa *versus* roçado. A autora não tinha como objeto analítico de estudo a moradia em si, mas

¹⁸³ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:49.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p.75.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p.78.

esta se torna referência obrigatória ao serem abordados aspectos relacionados ao universo simbólico dos camponeses, assim como aspectos associados ao trabalho e à produção de subsistência.

O trabalho no roçado é que possibilita o consumo familiar que se realiza na casa, adquirindo o roçado um caráter dominante sobre a casa (...) a planta da casa e as atividades que nela se desenvolvem, consideram que ali estão expressas as relações sociais entre os indivíduos que nela habitam. (...) Os produtos fornecidos pelo roçado são os que asseguram o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar, consumo que se materializa na casa.¹⁸⁶

Constatou-se também que a ligação com a terra, através do trabalho ali efetuado, significa a permanência dessas famílias enquanto grupo social. Conseguir manter-se na terra é pensar o futuro a partir do patrimônio garantido pela *chácara*, de que “ninguém pretende abrir mão” e cuja continuidade quase todos imaginam assegurada pelo próprio desejo.

Já trabalhei muito na roça, já arranquei muito toco, tanto é que as cabeças dos meus dedos são tudo aleijado. E eu quero isso aqui, vou lutar por isso aqui. Se tiver que ser até o final da vida, vai ser. Porque eu quero e gosto de coração. Eu estou aqui não é pra falar que estou por estar, é porque eu gosto, de coração e vou deixar isto aqui [a chácara] pros meus filhos (Sra. Lia).¹⁸⁷

Com efeito, o significado da terra é o significado do trabalho que constrói a família enquanto valor, “como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família”, e a *chácara*, local de moradia, de trabalho e de reprodução da família.¹⁸⁸ Por isso, para os assentados do Vereda I ela é objeto de herança importante, pois dela se retira a subsistência de boa parte dos moradores.

Em relação às práticas de trabalho com a terra, estão implícitos os valores culturais diferenciados dessas famílias. A heterogeneidade, em relação à origem, experiência de vida e trabalho, diferenciadas em termos socioeconômicos e culturais, é um fator relevante no Vereda I, com reflexo na configuração das moradias. Se, por um lado, há famílias tipicamente camponesas,¹⁸⁹ por outro, encontram-se também famílias constituídas por ex-assalariados

¹⁸⁶ Heredia, B. M. A. de. *A morada da vida*, 1979:89.

¹⁸⁷ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:51.

¹⁸⁸ Woortmann, K. “*Com parente não se neguceia*”, 1990:43.

¹⁸⁹ O camponês é dedicado à terra a que está habitualmente ligado, produzindo alimentos variados e diretamente consumíveis pelo grupo doméstico ou pelos demais. O amor à terra, que é cultivada de geração em geração, simboliza a continuidade familiar, estando relacionada a uma racionalidade econômica ou a uma exigência de liberdade. Outro valor fundamental é a continuidade familiar, sendo o grupo doméstico e a linguagem duas instituições-chave de uma sociedade camponesa (Mendras, 1978).

rurais, além daquelas que já vivenciaram uma significativa experiência urbana. Esses valores culturais diversos caracterizam diferentes formas de trabalho e de sociabilidade.

A indissociação entre terra para trabalhar e casa para morar pode ser considerada base da supressão do desenraizamento. Ao que parece, a luta não é somente pela terra, mas também contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência.

5.3.2. Cantos e Recantos: a sociabilidade a partir da moradia

Falar dessas moradias é também transpor sua caracterização material para buscar seus significados mais profundos, ou seja, procurar perceber como se transforma em espaço vivido, mediante a apropriação simbólica de seus moradores.

As formas de utilização da moradia ajudam a revelá-la. O acesso às casas pode ser feito por duas portas localizadas nos extremos opostos: uma na sala, que corresponde à frente da casa, e outra nos fundos, na cozinha. A porta situada na fachada principal, ao contrário das janelas, encontra-se sempre fechada porque no dia-a-dia não se costuma usá-la, o que se explica pelo fato de, por ali, transitarem somente pessoas estranhas. O setor exterior imediato a essa porta de acesso ajuda a definir a frente da moradia. Há um cuidado especial em manter esse terreiro limpo, porque este é o espaço público da moradia. O grupo familiar, os parentes e vizinhos utilizam, normalmente, a porta dos fundos. “A porta (...) simboliza o contato com o mundo exterior, é o ‘lugar’, a construção que nos lança fora ou nos leva ao ninho, é a proteção...”.¹⁹⁰

A sala é essencialmente para a apresentação da moradia às pessoas de fora. Ela assume a condição de espaço mais público da moradia, pois é destinada, predominantemente, ao recebimento de visitas. Logo, caracteriza-se como importante elo entre o externo e o interno, entre o público e o privado. É também, em alguns casos, um ambiente relacionado à figura masculina, o que enfatiza ser o masculino uma figura ligada ao mundo externo da moradia. A moradia como um todo, no entanto, reveste-se da condição de espaço essencialmente feminino, por isso sua parte mais privativa está sempre relacionada à figura da mulher. Entretanto, mesmo sendo um espaço essencialmente feminino, a implantação do projeto da moradia ficou a cargo do homem, como pode ser observado no depoimento a seguir:

¹⁹⁰ Ontiveros, *apud* Costa, 1998:101.

(...) Justamente aqui é o seguinte: já tem aquela área no fundo ali, o sol vai virando aqui [sala] agora e a mulher já fica na sombra lá [na área de serviço]. Uma sombra aprazível, uma sombra boa, um ventinho suave, um ventinho mais gostoso. Olhei tudo isso aí. Porque se fosse por ela [a casa] virada, com a porta da sala pra lá, como eu até acho o mais certo para o povo chegar e vir pela porta da sala. Mas o que acontece: esta porta aí, no desenho pede que é ali. Mas eu já coloquei ela de cá, com a casa assim, para auxiliar a mulher lá em baixo [cozinha e área de serviço] que fica na área lá na sombra e quando o povo chegar, que eles vem de lá [estrada], a porta da casa tá aí. Já ajetei tudo direitinho, pra dar certo. Eu fiz tudo isso de acordo comigo e aí eu mudei tudo na planta (Sr. Amaral).¹⁹¹

Mesmo sendo um espaço masculino, a principal função da sala não é a de abrigar o homem, mas sim a de apresentação da moradia a terceiros e aos “estranhos”. Para cumprir tal função, há necessidade de que ela esteja sempre arrumada, pois retratará aos visitantes a própria imagem dos moradores. Observa-se que o “espaço do viver e o espaço da produção” se misturam, ocupando praticamente todos os ambientes da moradia, entre eles a própria sala.

Aqui nós usamos a sala mais quando chega visita. Geralmente quando vem pessoas assim da cidade, pessoas mais estranhas é que a gente recebe na sala. Mais quando é pessoa assim da família, pessoa mais chegada, é na cozinha mesmo. As pessoas da família, ou as pessoas já acostumadas é pela cozinha mesmo (...). Na sala também, você tá vendo, tem muita coisa guardada, porque não tem lugar. Aqui na sala eu coloquei umas ração das cabras, porque não pode molhar. Tem que ficar bem guardado (Sr. Antônio).¹⁹²

No momento a sala está servindo de depósito, porque eu não tenho ainda os móveis pra trazer. Então eu coloco é o milho, é o adubo, é o arame. (...) Tem também os brinquedo dos meninos e as minhas sementes, que eu guardo nas garrafas. Está tudo no quarto, por enquanto. As coisas que eu ainda não tenho como colocar no quartinho [depósito], então eu estou usando aqui até cobrir lá. Mas, quando terminar, tiro tudo pra lá e aí vai ser uma casa de verdade. Eu acho que ainda não é uma casa de verdade. Precisa arrumar tudo direitinho nos lugar (Sra. Ilma).¹⁹³

A função das portas acaba por definir também a função dos cômodos nos quais se situam, ou seja, a sala é o local onde se recebem as visitas, os que são de fora. É aí que, normalmente, são pendurados nas paredes, geralmente naquela fronteira à porta de entrada, os retratos de família, os quadros de santos, a folhinha, elementos centrais da cultura camponesa, respectivamente a família, a religiosidade e a relação com a terra, já que o calendário dispõe o presente ante o futuro e o passado, permitindo planejar e recordar. As fotos de familiares, neste ambiente, também demarcam o espaço público do privado.

Em relação aos quartos, os que se situam na sala são destinados, prioritariamente, às visitas. Embora o costume permaneça sem a rigidez do passado, essa prática pode ser

¹⁹¹ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:61.

¹⁹² *Ibidem*, p.48.

¹⁹³ *Ibidem*, p.70.

explicada pelo padrão de arquitetura utilizado pela família patriarcal do período colonial, que exibiu sempre os quartos de hóspedes na parte frontal da habitação e os da família, mais preservados.

Os quartos têm um que é a nossa camarina e tem o outro, este da frente, que é pras pessoas visitantes. Chega uma pessoa que vai dormir aqui, aí já tem lugar, que é o quarto da sala (Sr. Antônio).¹⁹⁴

Os quartos, este que dá pra frente, que é o quarto da sala, nós deixamos pras visitas. Ou quando os nossos filhos vem, eles também ficam nele. (...) Como o quarto é grande e é pra visita mesmo, eu coloquei três camas: uma de casal e duas de solteiro. Agora, você viu que tem um motor guardado neste quarto. Nós guardamos o motor aqui dentro de casa porque tem sumido muita coisa aqui no assentamento. E aquele cômodo lá fora ele não é seguro. Então nós guardamos aqui no quarto mesmo. O motor nós usamos pra jogar a água na caixa. Porque como não tem água, nós juntamos a água da chuva e depois, com o motor, jogamos na caixa d'água. É mais para o banheiro, pra tomar banho. O outro quarto, aquele dos fundos, é o meu quarto e do Zezinho [esposo]. Nós escolhemos aquele quarto porque fica mais reservado, fica nos fundos da casa (Sra. Lia).¹⁹⁵

Nessa casa, o quarto meu [do casal] é o quarto dos fundos. Eu fiquei com esse quarto porque é mais tranquilo. É um quarto que fica pros fundo da casa. Na casa dos meu pais, em todas as duas, o quarto dos fundos era deles também. O quarto das visita é o quarto da sala. A gente fala quarto da sala porque a porta dá prá sala. Eu acho que a visita fica mais a vontade nesse quarto (Sr. Josué).¹⁹⁶

Transpostos os cômodos que servem de passagem, chega-se à cozinha, centro de socialização. *Locus* de relações familiares e sociais, é na cozinha que parentes e vizinhos são recebidos, sem necessidade de interrupção das tarefas. Dessa maneira, a cozinha deixa de ser ambiente exclusivamente de serviço para tornar-se o principal ambiente da sociabilidade doméstica e vicinal (Fig 14). Para a mulher, a cozinha simboliza a intimidade da moradia. Só se adentra verdadeiramente a moradia quando se passa da sala para a cozinha. Por isso que a mulher, quase sempre, leva suas visitas para lá:

As pessoas que a gente tem costume é todo mundo recebido na cozinha mesmo, ou na área onde fica o fogão. Se chegou e eu estou fazendo comida e é gente conhecido, eu nem paro de fazer o almoço, ou a janta (esposa do Sr. Antônio).¹⁹⁷

É só pras visitas [sala], porque quem é da família, quem já é assim conhecido, ou um vizinho, é recebido na cozinha mesmo. Ou nessa varanda aqui [local da entrevista]. A cozinha é por onde a gente chega mesmo. Todo mundo chega é por aqui (Sr. Josué).¹⁹⁸

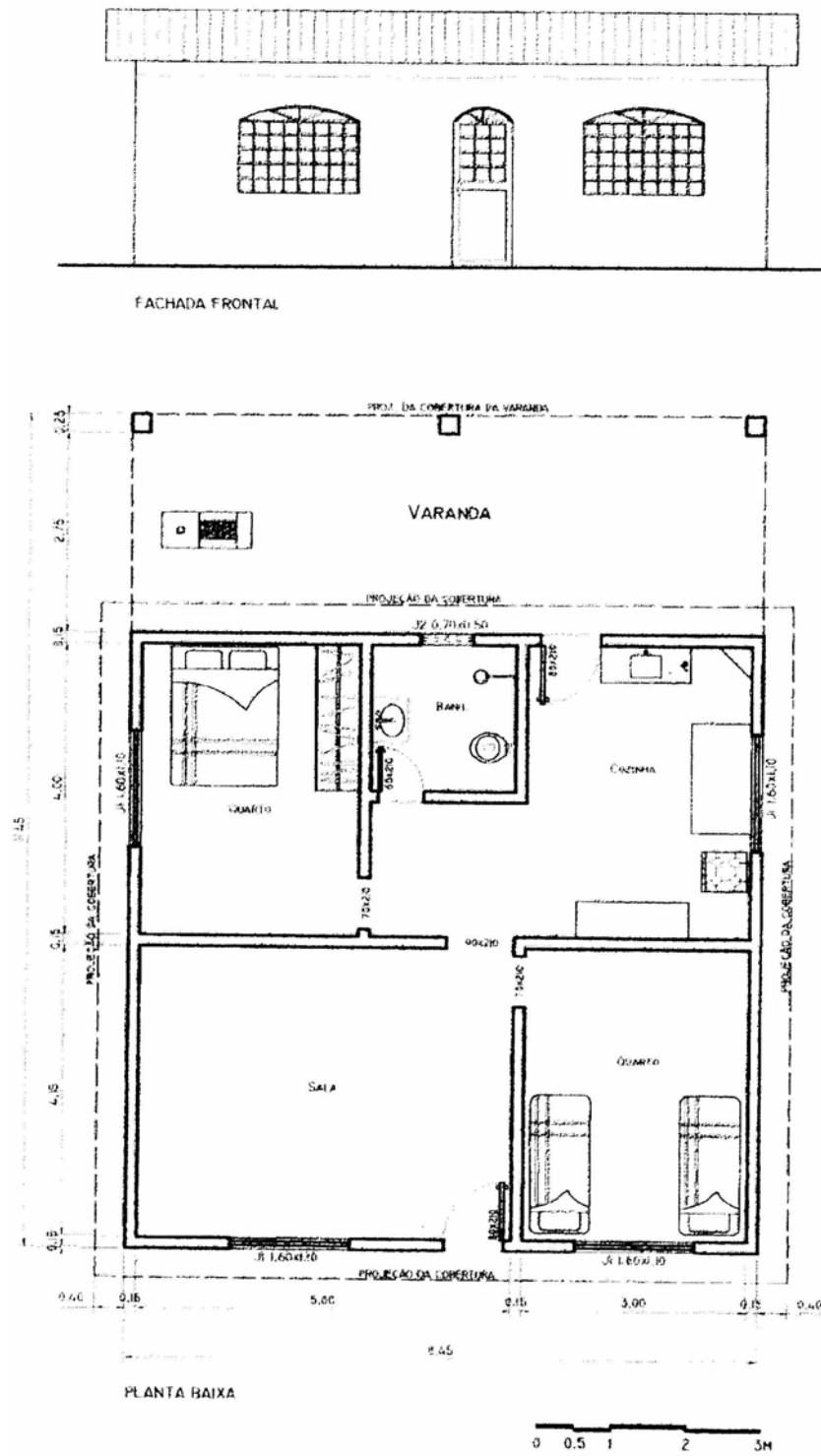
¹⁹⁴ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:48.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p.56.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p.79.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p.46.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p.79.



Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

FIGURA 14. FACHADA FRONTAL E PLANTA BAIXA DA MORADIA DO SR. JOSUÉ.

O principal elemento da cozinha é o fogão a lenha, revestido de barro, construído pelos próprios moradores. Complementando a ambientação, na cozinha observam-se objetos de uso comum nas regiões interioranas, como o pote que serve para colocar a água de beber e a bateria (suporte de alumínio para panelas), dependurada nas paredes, como se fossem objetos decorativos e não necessariamente utilitários. Mais uma vez, ilustra-se, em alguns casos, a permanência de uma memória coletiva regional. Da cozinha tem-se acesso ao terreiro situado nos fundos da moradia, destinado, fundamentalmente, ao galinheiro e ao chiqueiro. É também neste espaço que as mulheres lavam a louça e as roupas da família, ao relento ou sob puxados. Também é no terreiro dos fundos que são plantadas árvores frutíferas.

Como se procurou demonstrar, a moradia e seu entorno, sua forma e, sobretudo, seu uso traduzem forças culturais fundamentadas no modo de vida. A moradia representa a materialização das famílias e o *locus* de reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, ela é mais do que uma estrutura material, é também uma estrutura simbólica, pois é o lugar onde são reproduzidas as regras e formas sociais de existência do grupo que nela mora.

Ao refúgio simbolizado pela moradia soma-se a sociabilidade vicinal, enquanto forma simples e rica de sociabilidade reencontrada na vida das famílias no assentamento. A sociabilidade pode se manifestar em diferentes formas de reciprocidade, como as descritas por Cândido ao estudar a cultura caipira, denominadas formas de cooperação, entre elas a troca de serviço, o trabalho coletivo, a retribuição em trabalho ou em espécie e o mutirão.

Além de ser o lugar de “terra de trabalho” e “chão de morada”, a *chácara* é o lugar da troca de tempo de trabalho, da ajuda mútua. A troca de tempo tem significação simbólica pois, ao trocar, está se produzindo também a comunidade, ligada por laços de solidariedade.¹⁹⁹ No Vereda I, a importância tanto da rede de parentesco quanto da rede de vizinhança denota relações que, longe de se basearem unilateralmente na generosidade da dádiva e da ajuda, envolvem compensações e retribuições não-econômicas, próprias da sociedade tradicional. A função estabilizadora da estrutura de vizinhança, como elemento da cultura e sociabilidade, pode ser expressa nas diferentes formas de reciprocidade, como a troca de serviço à época de construção das moradias.

Pra construir esta casa tive ajuda de duas pessoas daqui. Eu precisei ir pra cidade e não podia parar, porque o pedreiro tinha outros trabalhos pra fazer, outras casas, aí eles vieram e ajudaram. Nós nunca trabalhamos juntos antes. Nós não tinha costume. Tinha só a amizade, o conhecimento, porque estamos todos num P.A. (Sr. Antônio).²⁰⁰

¹⁹⁹ D’Aquino, T. *A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das Terras de Promissão (SP)*, 1996.

²⁰⁰ d’Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:42.

Pra construir esta casa eu ajudei o pedreiro. Pra fazer a fundação dessa casa, vieram os vizinhos. Porque graças a Deus eu tive muita ajuda aqui. No primeiro dia eles fizeram a vala e fizeram a base de tijolo. Eles ajudaram a fazer a base, colocando os tijolos, porque foi tudo feito de tijolo, porque não tinha como fazer com pedra, porque eu não tinha dinheiro pra pagar pra puxar a pedra. Ai depois eles fizeram as colunas e levantaram as paredes (Sra. Ilma).²⁰¹

A importância da vizinhança e dos grupos cuja integração se alimenta da proximidade assegura não só a produção dos meios de vida, mas também do próprio ritmo da vida cotidiana, expressão de um vínculo de pertencimento a uma coletividade local. A organização das famílias, para ter acesso à água, durante o período de construção das moradias permitiu mudanças importantes nas relações, possibilitando maior integração e articulação em busca de formas mais consolidadas de atividades econômicas e de organização social.

Embora essas moradias estejam localizadas individualmente, há uma unidade que as congrega, propiciada pela forma de orientação quanto à sua implantação na *chácara*. Por meio da proteção entre vizinhos ou grupos de parentesco, as relações adquirem “consciência de funcionamento”.

Eu fiz a casa ficá perto dos vizinhos, porque as vezes a gente sai e a mulher fica só. Antigamente o nosso barraco era lá na mata. Então, quando eu saía, ela ficava sozinha lá. Não tinha vizinho lá. Era tudo longe. Então, aqui eu já fiz mais perto dos vizinhos. Porque tem vizinho de um lado e do outro, porque o vizinho é o irmão da gente que tá perto pra qualquer coisa (Sr. Antônio).²⁰²

A troca de bens e serviços entre vizinhos é uma constante, embora as relações nem sempre sejam harmônicas. Diariamente, adultos e crianças se dirigem à casa de um vizinho para pedir emprestado algum utensílio de cozinha ou qualquer objeto necessário naquele momento, entre os quais se incluem também ferramentas. Ao que parece, é preferível solicitar algo emprestado ao vizinho, que retribui pedindo alguma coisa em troca. Praticamente não existem relações comerciais entre vizinhos ou parentes. No assentamento, essa reciprocidade é que permite a manutenção desse tipo de relação. Observa-se também com frequência que, quando uma mulher precisa se ausentar, mesmo por vários dias, uma vizinha se encarrega de cuidar dos filhos. Entretanto, nas relações cotidianas recorre-se mais aos vizinhos próximos do que aos parentes que residem em *chácaras* distantes. Outro elemento de definição da sociabilidade vicinal encontra-se nas atividades festivas e religiosas, que transcendem o âmbito familiar. Na

²⁰¹ d'Ávila, C. A. R. *Caderno de entrevistas*, 2003:68.

²⁰² *Ibidem*, p.48.

área do assentamento as famílias se organizam em grupos, responsáveis pelo culto aos domingos.

Considerações Finais

*Valeu a pena?
Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.*

Fernando Pessoa

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi o de compreender que tipos de relações os moradores dos assentamentos rurais estabelecem no momento da construção da moradia. Em conseqüência, é descrito e analisado o lugar de morar de famílias de agricultores, moradores do assentamento Vereda I, localizado no município de Padre Bernardo, Estado de Goiás. Para finalizá-lo, impõe-se uma volta aos objetivos e hipótese formulados para que se extraiam elementos capazes de respondê-los e explicar as suas inter-relações:

1. Que valores culturais orientam a construção das moradias nos assentamentos rurais?
2. As técnicas empregadas na forma de construção dessas moradias ou o “saber fazer” estão sendo reproduzidas de geração para geração?
3. O saber técnico de construção das moradias constitui um dos elementos formadores da identidade dos assentados?

Para responder a essas questões, foi necessário partir de um referencial teórico abrangente, colocando em diálogo diversos autores, possibilitando, assim, compreender os elementos fundantes das relações estabelecidas no assentamento.

No início deste estudo foram apresentados os espaços de morar de tribos que habitam parte da África e América e de camponeses da Europa. Das famílias nômades, cuja economia se baseia na caça e na coleta, às famílias de camponeses que praticam o cultivo de subsistência, a

forma da moradia não está relacionada, fundamentalmente, a causas físicas, como clima, topografia, materiais de construção, mas sim a convenções sociais, que dão forma ao ambiente em função de exigências culturais. A moradia torna-se expressão direta de um campo de valores, símbolos, percepções e modos de vida. Sua construção é uma manifestação cultural, sua forma e sua organização são influenciadas pelo sistema cultural a que pertence. A escolha do lugar e a disposição das moradias, muitas vezes, são definições culturais que possibilitam uma teia de relações sociais, um elenco de relacionamentos que revigora a sociabilidade vicinal.

A possibilidade de um sistema de moradia restaurado e enriquecido pela experiência de instabilidade em terra alheia, do vínculo precário com a terra, aproximou esses agricultores sem-terra do programa fundiário do governo. Assim, os acampamentos constituíram uma fase de mediação da luta pela terra. No assentamento esses trabalhadores encontraram o desafio do permanente, do estrutural e, por que não, do definitivo. Ali estão vivenciando relações sociais reprodutivas, que são as da família e da comunidade, como referência a uma sociabilidade anterior. O acesso à terra, a propriedade da terra, em sua dimensão social e cultural, é a condição para que se viva em família, para que se garanta através dela a sua reprodução, de acordo com um padrão que se considera ideal.

A pesquisa demonstrou que a moradia, na fase de ocupação da Fazenda Serra Feia, nos acampamentos, teve como função primordial a demarcação do território pretendido. Entretanto, para que tal demarcação se consolidasse, havia necessidade de que membros da família ocupassem o barraco, residindo na área do acampamento. O sentimento de temporalidade mostrou-se marcante em relação a essa primeira moradia. Embora a sociabilidade fosse provisória, assim como os barracos, foi a base para reconstituir referências sociais mínimas, vivenciadas em fases posteriores.

Após o parcelamento da área da antiga Fazenda Serra Feia por um grupo de acampados, ocorreu o sorteio das *chácaras*, com o objetivo de definir a área ocupada por cada família. A categoria *chácara*, assim como a categoria *sítio*, no Vereda I, define a pequena produção em oposição à fazenda. Ao mesmo tempo, as famílias também utilizam esta denominação para delimitar a extensão total englobada por cada uma das famílias, incluindo a moradia, seu entorno e as áreas destinadas a cultivo e a pasto. Após o sorteio aconteceram muitas permutas de *chácaras*, evidenciando a rede de parentesco e a continuidade de relações estabelecidas à época dos acampamentos. A *chácara* tornou-se um terreno demarcado de possibilidades, revelando um esforço da família no sentido de construir este lugar, por meio da contribuição das relações de parentesco e de vizinhança, da possibilidade de utilização do trabalho familiar e das experiências anteriores de trabalho com a terra. Nas moradias, a natureza

e o “saber fazer” orientaram a prática arquitetônica. Em oposição a um modelo justificável por uma prática industrial, que geralmente termina em expressões estereis, a atividade projetiva resultou num importante meio de espontaneidade e manifestação cultural. De volumetria simples, mas com variações, foram construídas casas de pau-a-pique, de paus roliços, de material reciclado (tambores), de tábuas, de lona, com telhados em uma ou duas águas, cobertos de folhas de palmeiras, de telhas de fibro-cimento ondulado e de lona. Nos fundos, em um puxado, a presença do fogão a lenha e do jirau era obrigatória.

A liberação do Crédito de Instalação, na modalidade Aquisição de Materiais de Construção, antigo Crédito Habitação, possibilitou a construção das moradias “definitivas”. Junto com o recurso de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) as famílias receberam uma planta baixa de área construída equivalente a 31 m². Esta planta não foi aceita. Conseguiram “emprestada”, no assentamento vizinho, uma planta com área construída de 48 m². Das 66 famílias do assentamento Vereda I que já construíram suas moradias, 49,1% utilizaram esta planta, porém 27,3% não a utilizaram. Dentre estas, seis casas foram objeto de análise do presente estudo, pois foram projetadas pelos próprios moradores. Nestas construções, utilizou-se a força de trabalho familiar, com ou sem a contratação de pedreiros, mas sempre com ajuda dos vizinhos. Os materiais de construção empregados foram provenientes do “kit INCRA”, somado a alguma matéria-prima do assentamento. Construídas em alvenaria estrutural, encontram-se sem acabamento externo; as esquadrias são metálicas, sem pintura; a cobertura foi executada em duas águas, com telhas de fibro-cimento amianto; e o piso, em concreto rústico, na maioria dos casos. Nos fundos da moradia, um puxado é utilizado como extensão da cozinha e área de serviço. As edificações de apoio, como paiol, galinheiro, chiqueiro e curral, encontram-se localizadas no terreiro dos fundos, compondo o espaço total da moradia.

Constatou-se que a organização espacial destas moradias divide-se em espaços públicos, como a sala, destinada às pessoas de fora, e espaços privados, assim também como espaços relacionados com a figura masculina e aqueles destinados à figura feminina. Toda essa gama de valores incorporados à moradia reforça a idéia de que esta abriga um espaço de relações sociais.

O que essas seis famílias apresentam em comum é a origem camponesa, trazendo consigo os valores desta sociedade tradicional. Por isso, na organização da *chácara*, incluindo a moradia e seu entorno, constatou-se que elas procuraram reproduzir seus valores, como, por exemplo, a não-dissociação entre lugar de trabalhar e lugar de morar. Estas famílias de origem camponesa procuraram estabelecer condições mínimas para a reprodução de suas famílias e do grupo de parentesco. Além disso, como demonstrado, o grupo estabeleceu relações afetivas no

processo de luta e nos acampamentos para conquista da área. Essas relações de parentesco e de vizinhança transcenderam os acampamentos, possibilitando ajuda na construção das moradias, trocas de dias de trabalhos e pequenos favores entre as famílias. O significado da conquista da terra é o de “chão de morada”, lugar de reprodução da família. A terra torna-se patrimônio da família enquanto herança para as futuras gerações, sendo explorada de acordo com o saber que possuem. Nesse contexto, a exploração econômica da *chácara* não ocorre nos moldes de uma atividade lucrativa ou capitalista.

Tendo em vista os resultados apresentados, poder-se-ia dizer que no caso do Vereda I a concepção de moradia é uma manifestação cultural, espontânea, ou o resultado de um tipo de ação política do estado; de um tipo de dotação orçamentária para construção e de uma forma de intervenção que não considera válida qualquer opinião dos atingidos por essas políticas? Esta é uma questão complexa de ser respondida, mas que permite reflexões para a realização de novos estudos. Nessas reflexões a autora acredita não ter chegado a formulações terminadas, nem era a pretensão. Nesse sentido, pode-se especular sobre algumas questões. Mais que uma manifestação cultural, a edificação foi condicionada por fatores exógenos aos desejos, compreensão estética e habilidade dos assentados. Entretanto, nos usos do espaço é que aparecem as condições culturais herdadas ou as condições reais que estão sendo enfrentadas. Assim, o assentamento torna-se o limiar entre uma identidade tradicional, em relação às técnicas de construção das moradias, e a construção de uma nova identidade. Nessa terra conquistada uma nova identidade está em construção, como também um novo “modelo” de moradia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Nova forma de luta pela terra: acampar. *Reforma Agrária*. Campinas, São Paulo, n.2, maio/jul. 1985, pp 55-59.

ALENCAR, E. *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras, MG: UFLA, 1999.

AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ASSOCIAÇÃO DO P.A. VEREDA I DA FAZENDA SERRA FEIA, MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO ESTADO DE GOIÁS. *Estatuto social*. [Padre Bernardo, GO], 2000. Não paginado.

AZEVEDO, E. B. de. *Arquitetura do açúcar*. São Paulo: Nobel, 1990.

BACHELARD, G. A poética do espaço. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. pp 181-353.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. pp 11-64; 308- 345.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. pp.237-280

CAMPOS, N. Brasília - a "capital" do capital incorporador. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; AZEVEDO, S. de. (Org.). *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. pp. 152-166.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARVALHO, H. M. *A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. MPF-NEAD-IICA. Curitiba. 1999.

CODEPLAN - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. *Guia de informações sócio-econômicas, turísticas e culturais do Distrito Federal*. Brasília: 1999. pp. 11-63.

_____. *Textos CODEPLAN*. Brasília. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br>>. Acesso em nov./2003.

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. O que levar em conta para a organização do assentamento. A discussão no acampamento. *Caderno de cooperação agrícola*, São Paulo, 2001. nº. 10, 37p.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

CORNELL, E. *A arquitetura da relação cidade-campo*. Brasília: Ed. ALVA Ltda, 1998.

COSTA, S. M. G. Como vejo minha casa: representações do "espaço-casa" numa área de baixada de Belém. In: AMIN, M. M.; XIMENES, T. (Orgs.). *Habitat nos países amazônicos*. Manaus: UNAMAZ, 1998. pp.69-108

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das Terras de Promissão-SP. In: *XX Encontro da ANPOCS*. Caxambu, outubro de 1996.

D'ÁVILA, C. A. R. *Reassentamento de famílias atingidas pela PCH Fumaça - Relatório de Atividades*. Viçosa, 2003. Mimeografado.

_____. *Caderno de Entrevistas*. Padre Bernardo, 2003. Mimeografado.

ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERRAZ, M. C. *Arquitetura Rural na Serra da Mantiqueira*. São Paulo: Empresa das Artes, 1992.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio - Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. (CD-ROM).

FERREIRA, B. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, L.. et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994. pp. 29-47.

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

_____. *Oh de casa!* Recife: Artenova, 1979 (Série Estudos e Pesquisas).

GARCIA JR, A. R. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1989.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GOMES DA SILVA, J. *A reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, 1971.

GUEDES PINTO, L. C. Migrações internas: distribuição de renda no campo. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - Abra, n. 7/8, 1995.

HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Estudos sobre o Nordeste, 7).

HOFFMANN, R. *A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do INCRA: 1967 a 1988*. Convênio INCRA/Unicamp. Campinas: Unicamp, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 1995-1996*. Número 25. Goiás. CD-ROM, Rio de Janeiro. 1998b.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relatório de atividades*. Brasília, 1993.

_____. *Relatório de atividades*. Brasília, 1995.

_____. *Relatório de atividades*. Brasília, 1999.

_____. *II Plano Nacional de Reforma Agrária - Proposta*. Brasília, 2003.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUDWIG, M. P. *Descortinando a paisagem - a construção social do espaço e o sentido do lugar: uma comunidade rural da Zona da Mata de Minas Gerais nos umbrais do Século XXI*. São Paulo: USP, 2003 (Tese - Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).

LEMOS, C. A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.

MAGALHÃES, S. B. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, J. de S. *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pp. 247-294.

MALARD, M. L. O método em arquitetura: conciliando Heidegger e Popeer. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001. nº. 8, pp. 128-154.

MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernização anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MONTALI, L. Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na grande São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, 1990. nº. 72, pp.58-61.

OLIVEIRA, E. V.; GALHO, F.; PEREIRA, B. Construções primitivas e elementares. In.: _____. *Construções primitivas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988. pp.7-43.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, Niterói, nº. 2, p. 103-114, nov. 1977.

PASTORE, J. *Brasília: a cidade e o homem. Uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano*. São Paulo: Editora Nacional, Editora USP, 1969. pp.19-54.

PEREIRA, J. R. DRPE - Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador: a base para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da Reforma Agrária. Viçosa, UFV, 1998. 17p. (mimeo).

_____. et.al. *Plano de desenvolvimento do assentamento Vereda I*. Brasília, UnB/UFV, 2001.

PEREIRA, J. V. da C. Agregado. In.: IBGE, Rio de Janeiro. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. *Tipos e aspectos do Brasil*. 10 ed. Atualizada e ampl. Rio de Janeiro, 1975. pp 449-453.

_____. Casa do agregado. In.: IBGE, Rio de Janeiro. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. *Tipos e aspectos do Brasil*. 10 ed. Atualizada e ampl. Rio de Janeiro, 1975. pp 472-475.

PINHEIRO, A. M. *Assentamentos de reforma agrária em Goiás: processos de organização*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003. pp. 5-38.

RAPOPORT, A. *Vivienda y cultura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1972.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Trad. de Regina Regis Junqueira. São Paulo: Itatiaia, 1975.

_____. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Trad. de Vivaldi Moreira. São Paulo: Itatiaia, 1974.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. (Org.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. pp.37-90.

SCHOENAUER, N. *6000 años de habitat: de los poblados primitivos a la vivienda urbana em lãs culturas de oriente y ocidente*. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. pp.128-133.

_____. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. pp 165-182.

SPAROVEK, G. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. *Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, S. de. *Vila Rica. Formação e desenvolvimento - Residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VAZ, L. F. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia". O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*/87. 1990. pp. 11-73.

ANEXO

Anexo I: Tabela 1A. Famílias que participaram da pesquisa

Entrevistados*	Origem**	Idade	Escolaridade	Estado civil
Sra. Lia e esposo	Umarizal (RN)	47	Ensino médio	Casada
Sr. Antônio e esposa	Gilbués (PI)	61	2ª. Ensino básico	Casado
Sr. Amaral e esposa	Panamá (GO)	59	3ª. Ensino básico	Casado
Sra. Ilma	Patos de Minas (MG)	52	Não alfabetizada	-
Sr. Ivonaldo	Pedreiras (MA)	39	7ª. Ensino fundamental	Separado
Sr. Josué	Governador Valadares (MG)	50	2ª. Ensino básico	Casado

* Nomes fictícios

** Origem rural

Anexo II: Roteiro de Entrevistas - Assentamento Vereda I - Padre Bernardo (GO)**1. Origem do entrevistado**

Tem como objetivo conhecer a origem do entrevistado, em relação aos hábitos, saberes, costumes e forma de viver, assim como descrição do local de origem, a relação com os parentes, com os vizinhos, as técnicas utilizadas no trabalho com a terra (no caso de origem rural), e na construção das moradias e as formas de produção.

Questões

- Como era seu trabalho no local de origem? Com quantos anos começou a trabalhar?
- A família era extensa ou nuclear?
- Moravam todos na mesma casa? Como era essa casa?
- Algum membro da família construiu ou ajudou a construir esta “casa natal”?
- Quais eram as relações de vizinhança? Parentes como vizinhos?
- A família realizava trabalho em grupo, como troca de dias, mutirão?
- Quais as lembranças desta “casa natal”?
- Descreva, se possível, o entorno desta moradia.

2) Técnicas de construção das moradias

Nesta etapa da entrevista o principal objetivo é identificar as técnicas de construção das moradias. Quais os motivos que levaram a família a adotar determinada técnica naquele ambiente? Condições climáticas e aspectos físicos do terreno influenciaram? E o saber, a cultura deste homem? Como diz Rapoport (1972: 65), “o ambiente procurado traduz numerosas forças sócio-culturais, que compreendem as crenças religiosas, a estrutura da família e do clã, o modo de se ganhar a vida e as relações sociais entre os indivíduos. Eis porque as soluções são muito mais variadas que as necessidades biológicas, os meios técnicos e as condições climáticas”.

O tamanho da “chácara” foi preponderante na escolha do lugar de implantação da moradia? Procurar compreender se houve influência de vizinhos, parentes, antigos patrões em relação à técnica construtiva adotada.

Questões

- Técnicas construtivas:
 1. Fundação: organização para a construção (mutirão?).
 2. Telhado: material empregado, procedência e por que utilizá-lo.
 3. Esquadrias: material empregado, procedência e por que utilizá-lo.
 4. Vedação vertical: material empregado, procedência e por que utilizá-lo.
Restrição de material construtivo? Caso positivo, qual ou quais alternativas adotadas?
- Escolha do terreno/sítio: como aconteceu a escolha do local para a construção da moradia. Procurar identificar qual, ou quais, a lógica que rege as construções neste espaço: moradias próximas umas das outras ou isoladas.
- Orientação solar e de acesso (planta de situação).
- Conhecimentos adquiridos anteriormente possibilitaram, de alguma forma, a utilização dos recursos locais?
- As técnicas empregadas na construção da moradia foram adquiridas através de gerações, sofrendo modificações/adaptações à realidade local?
- Utilização de matéria-prima presente no assentamento: interessa olhar e compreender através da moradia como o assentado se relaciona com a natureza,

como dela se apropria, enfrentando as dificuldades e adversidades que lhe são próprias.

- Observar se existe diversidade nos materiais empregados na construção da moradia e nas construções secundárias.
- Sabedoria popular ou explicação lógica: cortar o buriti somente no minguante da lua.
- Toda a família se envolve na construção da moradia? Possíveis “superstições”: a construção da moradia é de responsabilidade dos homens, e o adobe, das mulheres.

Obs.: não se restringir à análise do ambiente construído. Analisar o ambiente rural como um todo.

3) Significados da moradia

Este item será analisado sob a ótica da apropriação do espaço, conceituado aqui como o conjunto de ações que o morador pratica neste ambiente, tornando-o próprio. Ou seja, busca-se conhecer as relações estabelecidas entre o morador e a atual moradia.

Bachelard (1978) refere-se à moradia como um “primeiro mundo do ser humano”, um mundo detentor de um “corpo” e também de uma “alma”. Ela traz em si significados essenciais às referências que o seu morador tem de modos de viver, em que o passado, o presente e o futuro dão à moradia dinamismos diferentes, que freqüentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro. Nesse contexto, o que foi aproveitado, trazido, de uma moradia anterior? O que os moradores trouxeram, na memória, da “casa natal”? Há costumes que, mesmo com o tempo, são respeitados?

Questões

- Presença do fogão a lenha? Conversas ao anoitecer ao pé do fogão a lenha? Resgate? Memória? Local da moradia preferido dos mais velhos?
- Religiosidade: cruz com “(...) tradicionais arranjos florais do Minho, no norte de Portugal?” (Ferraz, 1992:20). Presença de santos espalhados pela moradia?

- O interior das moradias revela o verdadeiro significado dos objetos: utilitários e decorativos a um só tempo?
- Barraco = demarcar território. E a moradia atual?
- Qual a função social dos ambientes construídos, como sala, quarto, copa/cozinha?

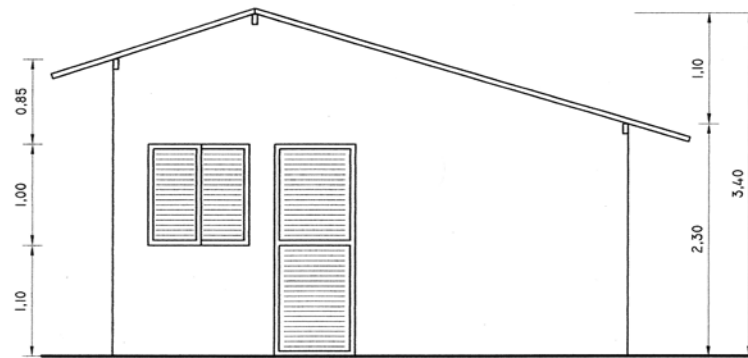
4) Tipos de relações estabelecidas

Partindo do pressuposto de que a moradia constitui parte integrante do cotidiano, interferindo nas práticas sociais, apoiando a memória individual e coletiva, guardando significados para os diversos segmentos da população e participando da formação das identidades sociais (Vaz, 2002), investiga se a construção das moradias neste ambiente propiciou algum tipo de relação entre as famílias. Caso positivo, quais relações? Laços de vizinhança surgiram ou foram reforçados? Houve a participação de parentes na construção da moradia? Se houve, eram moradores do próprio assentamento?

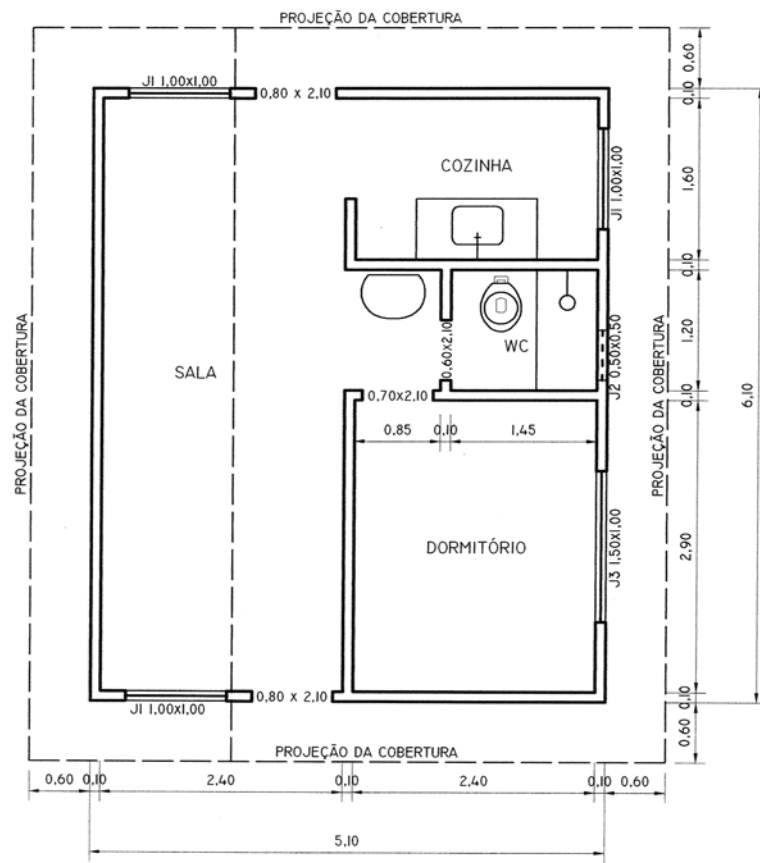
Questões

- Mudança na localização do habitat de urbano para rural, possibilitou a construção de uma nova identidade?
- Ter o lugar de moradia enquanto “chão de morada”, ou seja, apropriação do lugar que influencia diretamente a formação da identidade do grupo, transformando, recriando ou mesmo construindo novas formas de viver.
- Presença de construção que prolongue o corpo central da moradia, ou seja, presença de puxados como uma das formas de identidade que acabam imprimindo uma marca, através de alternativas aos problemas presentes.

Anexo III: Projeto Residencial - Implantação em Projetos de Assentamento - INCRA



FACHADA FRONTAL

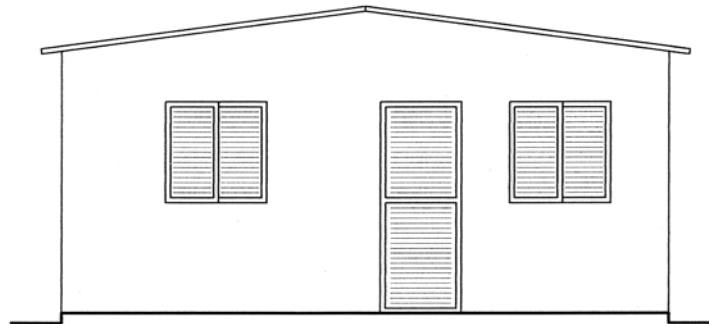


PLANTA BAIXA

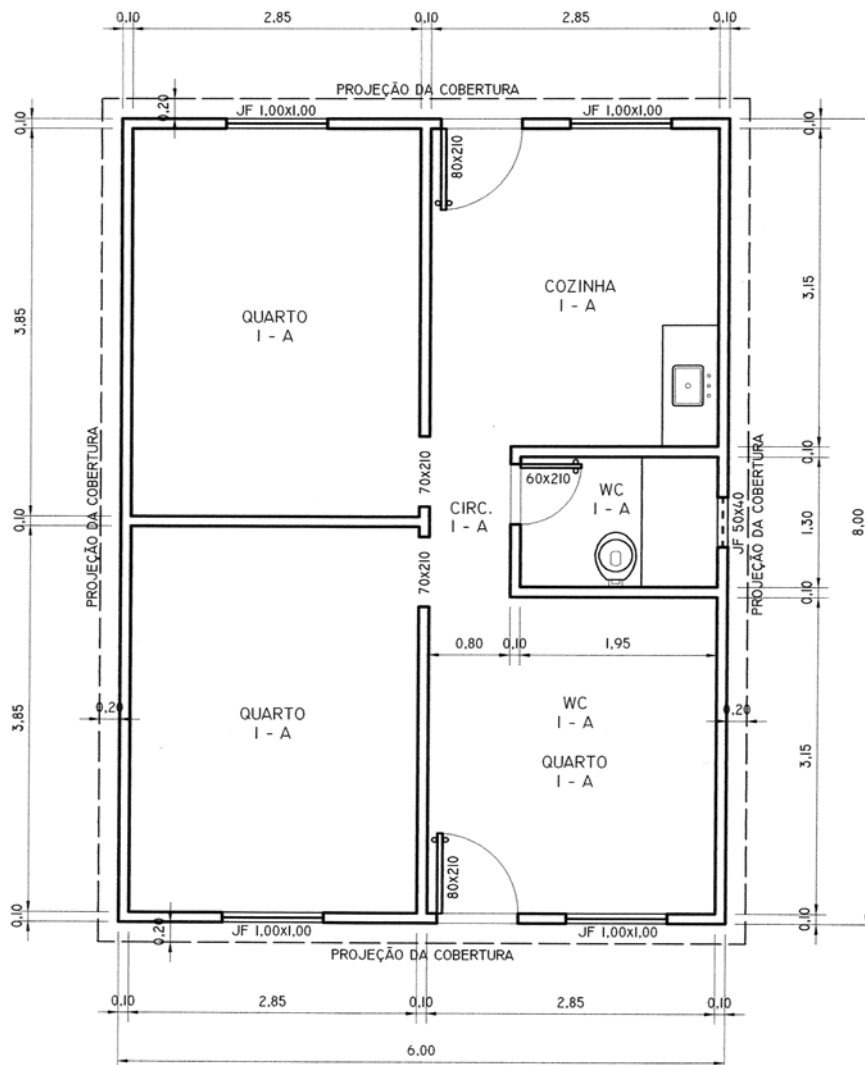


Fonte: Superintendência Regional do DF e Entorno - SR-28/DFE, nov. 2001.
 Modelo - Residência Rural CB M.31 - Caixa Econômica Federal/SINAPI. Área construída = 31,11 m².

Anexo VI: Projeto Residencial - Implantação em Projetos de Assentamento - INCRA



FACHADA FRONTAL



PLANTA BAIXA

